


ÉRICO SACHS

MARXISMO E LUTA DE CLASSES
QUESTÕES DE ESTRATÉGIA E TÁTICA

COLEÇÃO MARXISMO MILITANTE.  3

CVM - CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER

Érico Sachs

MARXISMO E LUTA DE CLASSES
Questões de estratégia e tática

CVM - CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER
Salvador - BA
2010

COLEÇÃO MARXISMO MILITANTE

Volume 3

Uma publicação do **Centro de Estudos Victor Meyer**

Organizadores: Orlando Miranda e Sérgio Antão Paiva

Editoração eletrônica:
Empresa Gráfica da Bahia

Edição integrante do Projeto "50 anos da POLOP (1961-2011)"

Dados internacionais de catalogação na Publicação (CIP):

S126 Sachs, Érico

Marxismo e luta de classes; questões de estratégia e tática.-
Salvador: EGBA, 2010.

218 p.

ISBN 978-85-63320-03-2

Coleção Marxismo Militante 3 (CFVM – Centro de estudos Victor Meyer)

Marxismo – Luta de Classes – Manifesto Comunista – Revolução de 1948 – 1ª
Internacional – Comuna de Paris – Revisionismo – Título

CDU – 141.82

CVM - Centro de Estudos Victor Meyer
CNPJ 10.806.922/001-44
cvmbahia@gmail.com
Salvador – BA

1ª edição - agosto de 2010
1.000 exemplares



Érico Sachs - "Ernesto Martins"
(1922 - 1986)

Toda luta que travamos, desde o nosso surgimento como organização política, foi pela independência do movimento operário brasileiro, contra a sua submissão à liderança burguesa. Tivemos de repetir tantas vezes esse grito de guerra no decorrer do tempo, que as palavras talvez já tenham perdido sentido para muitos de nossos companheiros.

As tarefas que se colocam hoje aos agrupamentos revolucionários exigem que se aplique a experiência marxista-leninista a um novo e desconhecido terreno. A doutrina tal como a herdamos da revolução russa já não soluciona mais todos os problemas colocados no momento presente contra o imperialismo mundial. Mas o que se ignora não se pode aplicar nem desenvolver nas novas circunstâncias. Também neste terreno temos de vencer os vícios de amadorismo herdados do passado.

(Ernesto Martins, in Aonde Vamos I)

Sumário

SOBRE O AUTOR - Os Editores

APRESENTAÇÃO - Sérgio Antão Paiva

MARXISMO E LUTA DE CLASSES

1. Introdução: Colocação do problema

2. Aula I - As origens do marxismo

3. Aula II - O Manifesto Comunista, ponto de partida

4. Aula III - Experiências e ensinamentos da Revolução de 1848

O desenrolar da Revolução - A atuação de Marx e Engels - Mensagem do CC à Liga dos Comunistas - Luta interna e dissolução

5. Aula IV - Tempos da Reação (1850-1864)

Primeiras dissensões no campo da reação: a guerra da Criméia - A crise de 1857/58 e suas conseqüências - Primeiros passos para a aproximação das organizações operárias na Europa

6. Aula V - A I Internacional

Fundação da I Internacional - Manifesto inaugural e estatutos - o papel de Marx - A I Internacional e o anarquismo proudhoniano e bakuninista - A I Internacional, a guerra franco-alemã e a Comuna de Paris - O fim da I Internacional - Conclusão

7. Aula VI - Fundação dos Partidos Socialistas

Introdução - Alemanha - O desenvolvimento dos partidos operários na Alemanha - O movimento operário na França - Itália - Espanha - Rússia - A luta na fase do marxismo legal

8. Aula VII - A Comuna de Paris

1 -Desenvolvimento da luta de classes na França.

2 -A guerra franco-alemã.

3 -A República de Setembro.

4 -A Comuna.

4.1 - Crônica da Comuna de Paris

4.2 - As principais medidas da Comuna.

4.3 - Os erros da Comuna.

4.4 - A derrota

9. Aula VIII - As divergências sobre o revisionismo na socialdemocracia alemã

Sobre o surgimento do reformismo na socialdemocracia alemã - Reforma social ou revolução?

Anexo:

PARTIDO, VANGUARDA E CLASSE - Érico Sachs

Apêndice:

1 - Estrutura do curso Marxismo e luta de classes

2 - Currículo do autor

* * * * *

SOBRE O AUTOR

Érico Sachs nasceu na Áustria, em 1922. Já durante a adolescência participou ativamente das organizações militantes da juventude, ligadas ao socialismo revolucionário europeu. Era a época da resistência ao fascismo e da guerra civil espanhola. Era também a época da consolidação do stalinismo na Rússia e nos PC's em todo o mundo. Érico Sachs teve sua formação intelectual estreitamente vinculada às correntes anti-stalinistas do comunismo europeu, especialmente à Oposição alemã de Brandler/Thalheimer.

Imigrante no Brasil, naturalizado brasileiro, trouxe para o nosso País essas raízes ideológicas. Circunstância que o tornaria, entre nós, uma figura incomum. Foi um dos primeiros marxistas a compreender o caráter das transformações econômicas e sociais em marcha no Brasil, particularmente a partir de 1930, que aceleradamente o tornava um país capitalista maduro; foi também um dos pioneiros na compreensão da importância social e política da nossa classe operária, enfatizando o marco qualitativo que representará sua passagem à condição de classe independente.

Foi um dos fundadores e principal dirigente da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop).

Ao longo de dois decênios, especialmente a partir da queda do Estado Novo e durante a década de cinquenta, Érico iria consolidar seus laços com o movimento operário e com as correntes socialistas brasileiras: foi esse o caminho que o levou a exercer marcante influência nos debates políticos e ideológicos da esquerda, nos anos que antecederam e que se seguiram ao golpe de 64.

Sua abordagem da teoria marxista seguia a preocupação de restabelecer as bases originais da doutrina, enterradas durante décadas de predominância dogmática: "*O marxismo é antes de tudo método e é experiência acumulada e aproveitada*". Alertava para o fato de ser frequente ouvirmos se ressaltar o papel da teoria marxista sobre o movimento operário, mas que a tradição dogmática costuma obscurecer a influência inversa, isto é, o papel que o movimento operário vivo exerceu e exerce sobre a formação e o aperfeiçoamento da própria teoria.

Exilado na Alemanha, durante os anos 70, somente voltaria ao Brasil em 1980. Ingressou no PT, seção carioca, integrando o Núcleo dos Jornalistas.

Morreu no Rio de Janeiro, em maio de 1986. Deixou vasta obra, pouco conhecida do grande público brasileiro, uma parte da qual pode ser encontrada em publicações patrocinadas após a sua morte por antigos companheiros de militância, entre elas:¹

- *Qual a herança da Revolução Russa e outros textos, SEGRAC, Belo Horizonte, 1988.*
- *Andar com os próprios pés, SEGRAC, Belo Horizonte, 1994.*
- *Polop, uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil, Centro de Estudos Victor Meyer, Salvador-BA, 2009*

Seus trabalhos em geral não foram redigidos como análises teóricas, propriamente ditas. São artigos escritos durante a luta e em função desta. A teoria entra na medida em que fundamenta a militância imediata. Em sua maioria, foram redigidos como pontos de vista da direção da ORM Política Operária – organização da qual fazia parte – para orientar a atuação das bases em momentos concretos da ação política. Circularam originalmente em

¹ Disponíveis para venda no Centro de Estudos Victor Meyer, cymbahia@gmail.com – www.centrovictormeyer.org.br

precárias edições mimeografadas distribuídas entre militantes da esquerda revolucionária, principalmente na fase da ditadura militar no Brasil.

Para driblar a repressão política, Érico Sachs assinava os seus escritos com nomes literários, sendo os principais Eurico Mendes, Eurico Linhares e, mais amplamente durante a ditadura militar, Ernesto Martins.

Ao curso "Marxismo e Luta de Classe", que ora reproduzimos, juntamos, na presente edição, o texto do mesmo autor "Partido, Vanguarda e Classe", divulgado pela primeira vez em 1982¹. Nele é debatido o problema do partido da classe operária, com referências à histórica controvérsia, sustentada sobre o assunto, entre Lênin e Rosa Luxemburgo.

(janeiro de 2010)

Os Editores

¹ Revista "Polêmica" nº 2, julho / 1982.

APRESENTAÇÃO

Sérgio Antão Paiva

Os presentes textos têm sua origem num curso de formação orientado por Érico Sachs por ocasião do seu exílio na Alemanha nos anos 70. O curso foi frequentado por militantes de diversas nacionalidades (latino-americanos, alemães e do Oriente Médio), mas não chegou a ser concluído.

Os três primeiros capítulos são de autoria de Érico Sachs e serviram como uma introdução ao curso, tendo sido traduzidos para o português pelo próprio autor. Essa parte foi publicada na revista "Marxismo Militante Exterior" em 1975 e reproduzida em Salvador-BA, em 1987, pela Editora Práxis.

Uma componente do grupo, Elke Stichs, ex-companheira de Érico Sachs, revelou numa carta como funcionava o curso de formação:

Tanto quanto me recordo, o curso de formação começou em 1975 (...). Depois, comprometemos as pessoas segundo sua confiabilidade e interesse sério em pesquisar e entender os primórdios do movimento operário e o seu desenvolvimento até o nosso tempo.

O núcleo do grupo de trabalho reunia-se semanalmente em nossa casa, de 1976 a 1979.(...)

Após as três primeiras reuniões (ou talvez mais) preparamos uma estrutura. Discutimos os temas que queríamos trabalhar. (...) Então, distribuímos os temas.

Cada um de nós devia preparar bem um ou mais temas e isso servia como base para a discussão. Érico não assumiu nem preparou por escrito mais nenhum tema. Ele conduzia as discussões. Assim, cada um de nós trazia um relatório para a discussão, no espaço de mais ou menos seis semanas. Só raramente os relatórios eram apresentados datilografados. Algumas pessoas trabalhavam com apontamentos, rascunhavam os temas em grandes linhas e, então, colocávamos questões e discutíamos.

Disso tudo restaram apenas alguns relatórios. Muito foi anotado apenas a mão! Não havia computador na época (...).

Infelizmente não conseguimos resumir todos os temas, o que era o nosso objetivo original. Assim, sobrou do curso de formação um fragmento, um tronco.

A experiência mais importante do nosso curso foi a preparação individual dos textos da bibliografia com uma discussão exclusiva, na qual eram procuradas respostas para as questões em aberto. Também avaliações diferentes desempenhavam um papel de destaque e, nessa hora, o nosso querido "professor" era de imensa ajuda, com a sua firme orientação.

Assim, além dos três primeiros capítulos anteriormente publicados, foram encontrados no arquivo deixado por Érico Sachs após a sua morte os relatórios elaborados pelo grupo que se reunira na Alemanha, referentes às aulas de 4 a 8, além da estrutura do curso, com a bibliografia correspondente, a que Elke Stichs se refere.

Pelo esquema que apresentamos no Apêndice desta publicação, verifica-se que o curso deveria conter 43 capítulos e, apesar da modéstia do autor ao afirmar na introdução que pretendia tão somente destacar os marcos principais da história do marxismo e das lutas de classes, constata-se que se tratou de um plano bastante arrojado, apontando para um trabalho extraordinário, que infelizmente ficou inconcluso.

Sobre o material ora publicado, com exceção da introdução e das três primeiras aulas, cuja tradução passou pelo crivo do seu autor, temos que fazer referência ao estágio de desenvolvimento de cada uma das demais aulas.

A aula 4 ("Tempos da Reação") tem pouquíssimas notas manuscritas por Érico Sachs no original em alemão, o que parece indicar que o texto estivesse próximo de sua versão final. As aulas 5 ("A I Internacional") e 6 ("Fundação dos Partidos Socialistas") têm muitas anotações com a caligrafia de Érico, revelando o início de um processo de revisão. Sempre que possível, faremos referência na tradução a essas anotações.

Já as aulas 7 ("A Comuna de Paris") e 8 ("As divergências sobre o Revisionismo na Socialdemocracia Alemã") foram datilografadas em outras máquinas e possuem notas de distintas caligrafias, denotando ser relatórios ainda sem revisão para uma possível publicação. Optamos por apresentá-los aqui da maneira como estão, mesmo tendo consciência de que não estão completas nem apresentem o mesmo grau de profundidade das aulas iniciais.

O curso "Marxismo e Luta de Classes" constitui material da máxima importância para a formação política marxista, justificando a sua publicação imediata, mesmo com as falhas relatadas.

Fica, entretanto, a advertência de Elke Sticks, que participou do curso original, de que nenhum relatório de discussão, por melhor que seja, pode substituir o próprio trabalho de estudar em profundidade as fontes do marxismo e as experiências do movimento operário internacional.

Rio de Janeiro, maio de 2010.

MARXISMO E LUTA DE CLASSES

Érico Sachs

Introdução

COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

O marxismo hoje não é mais o mesmo dos dias de Marx e Engels. Mesmo antes de ser desenvolvido e aplicado às necessidades das lutas de classes na época do imperialismo, por Lênin e sua geração, já tinha passado por um processo de constante enriquecimento, que em grande parte se deu ainda sob os olhos dos seus fundadores. Com a Revolução de Outubro na Rússia e o subsequente desmoronamento das sociedades exploradoras num terço do mundo, novos e inéditos problemas tinham de ser enfrentados e absorvidos e, dessa maneira, continuaram a enriquecer o marxismo.

Não pretendemos aqui escrever uma história do marxismo e das lutas de classes. Queremos sim, destacar os seus marcos principais. Não é também mero interesse histórico que nos motiva. Queremos destacar justamente os marcos que contribuíram para formar o marxismo de hoje, como doutrina de luta contra a sociedade atual, mais complexa do que o mundo de Marx e Engels e mesmo o da Revolução Russa.

Mais concretamente, enfrentamos hoje os problemas que se escondem atrás da muito usada e abusada terminologia da estratégia e tática das lutas proletárias. Queremos analisar essa problemática das lutas do passado, para melhor compreender a nossa - sem falar do futuro. Temos plena consciência que dessa maneira estamos jogando para o passado uma terminologia (e, com isso, determinadas categorias), que é de origem mais recente e que antes não fora usada. Embora Engels na década de 80 do século passado já começasse a falar em "tática", "programa tático", etc., o termo "estratégia" se impôs no início da Internacional Comunista. O próprio Lênin ainda escreveu um panfleto intitulado "Duas táticas da Social-democracia na Revolução Democrático-burguesa", quando na realidade as diferentes concepções de luta, que separavam as duas alas da social-democracia russa, eram diferentes conceitos estratégicos, pela nossa terminologia atual. O próprio Lênin contentou-se, a maior parte de sua vida, com os termos em voga desde Engels, quando se distinguíam "questões de tática" e "questões de princípio".

O que se entendia na Internacional sobre estratégia e tática? Quais eram as relações entre as duas categorias? A explicação comum (diríamos o senso comum), é que as estratégias visavam objetivos mais distantes e as táticas os mais imediatos. Essa explicação é, todavia, produto de um senso comum pequeno-burguês e não diz nada. O problema da estratégia não é de distância, mas do papel que os objetivos visados têm na luta de classes. Objetivos estratégicos, uma vez alcançados, mudam as relações existentes entre as classes e coloca a sua luta em novo nível. Assim, por exemplo, o célebre "organizar a classe operária em partido", de Engels, foi uma estratégia comum nos países industrializados da época, em condições de luta similares. Tornar o proletariado a força motriz da revolução burguesa na Rússia, foi a estratégia dos bolcheviques, até fevereiro de 1917. Unir o proletariado alemão, dividido, numa frente única proletária, para torná-lo capaz de enfrentar a ofensiva da burguesia como classe, foi a estratégia de Brandler e Thalheimer frente a ameaça nazista na República de Weimar.

A tática, por sua vez, consiste nos métodos diários, adequados às mudanças constantes de situação e de conjuntura, que levam aos objetivos estratégicos. Objetivos estratégicos similares, em diversos países, em diversas situações, podem exigir táticas diferentes mas, mesmo assim, há uma relação funcional entre estratégia e tática. Esta não pode contrariar os objetivos estratégicos. Engels combateu os Fabianos, porque estes pregavam aos operários ingleses darem seus votos aos liberais e dessa maneira atrasaram o processo da "Organização da classe operária em partido". Lênin combateu os mencheviques porque queriam atrelar a classe operária ao carro das forças democrático-burguesas, opondo-se assim, na prática, ao papel hegemônico do proletariado na revolução. E na Alemanha de Weimar não se podia querer mobilizar o proletariado como uma só classe e, simultaneamente, seguir a tática do "social-fascismo". Uma tática contrária aos objetivos

estratégicos os anula e os elimina. É por isso mesmo que os oportunistas acabam falando muito pouco sobre estratégia e reduzem tudo a "tática".

Finalmente, resta chamar a atenção sobre um problema fundamental. Estratégias e táticas marxistas não "brotam" das cabeças dos nossos teóricos, não são inventadas por eles. As nossas cabeças, de todos os militantes revolucionários, devem servir para traduzir uma situação em redor, e para tirar as conseqüências necessárias à prática revolucionária. Toda estratégia de guerra baseia-se numa doutrina de guerra. A nossa é o marxismo. E ser marxista significa poder interpretar o mundo em redor de maneira materialista, a fim de poder intervir nele. E para compreender a problemática de estratégia e tática, como se desenvolveu sob o signo do marxismo, temos de levar em conta, além da evolução da sociedade capitalista, o progresso da doutrina, que não nasceu pronta nem se manteve imutável no turbilhão das lutas de classes.

O ponto de partida de uma estratégia e tática marxista é o Manifesto Comunista. Foi aí que Marx e Engels apresentaram pela primeira vez uma perspectiva histórica para a classe operária. Não para uma classe operária in abstracto, mas para a de 1847/48, com o seu estado de desenvolvimento de então. Pela primeira vez, apresentaram também uma perspectiva de atuação para uma organização militante, a Liga dos Comunistas. O Manifesto, entretanto, e isso não é casual, é também o primeiro documento no qual os dois fundadores do socialismo científico apresentam as suas concepções da sociedade e da sua história de forma amadurecida.

Também o marxismo não nasceu pronto e acabado com o Manifesto. Não "nasceu" das cabeças de Marx e Engels. O que constitui a genialidade dos dois fundadores do socialismo científico, foi a capacidade de ver e analisar o mundo em redor, a sociedade, o seu passado e as tendências do seu futuro desenvolvimento. Também Marx e Engels foram um produto do seu tempo, embora se adiantassem de tal modo ao espírito da sua época que por muito tempo nenhum contemporâneo conseguiu acompanhá-los. Esse caminho de Marx e Engels, até o Manifesto Comunista, não foi percorrido em linha reta. Não podemos acompanhá-lo aqui, nem lhe dar a atenção que merece. Não podemos, porém, passar completamente por cima da questão. Um conhecimento das origens da doutrina é indispensável para a sua compreensão. Um debate sobre estratégias e táticas do marxismo há de ficar na metade, quando se ignora - voluntariamente ou não - a sua infra-estrutura teórica. Embora a política diária (e isso inclui pelo menos as táticas) não pode pretender ser científica (semelhante pretensão é sempre suspeita), e embora já seja lugar comum dizer que a política (como a guerra) é uma arte, trata-se para nós marxistas de uma arte que se baseia em conhecimentos científicos da sociedade e das lutas de classes.

(in Revista "MARXISMO MILITANTE EXTERIOR" No. 1, outubro de 1975)

Aula I

AS ORIGENS DO MARXISMO

Aula I

AS ORIGENS DO MARXISMO

Lênin, no seu "Três Fontes e Três Componentes do Marxismo", já mostrou o papel que a filosofia alemã, a economia inglesa e o socialismo francês desempenharam na formação do socialismo científico. Todas as biografias de Marx destacam o episódio em que, na função de redator-chefe do "Jornal da Renânia", foi confrontado pela primeira vez com o problema do comunismo, em virtude de uma polêmica com um jornal de Augsburg e confessa sua ignorância sobre o assunto. Um ano mais tarde, 1843, o "Jornal da Renânia" é fechado pela censura prussiana e Marx vai para a França, onde fica conhecendo de perto as correntes comunistas da época. Ao mesmo tempo começa a estudar a economia clássica e, posteriormente, forçado pelas circunstâncias, muda-se para a Inglaterra, onde vê de perto o capitalismo mais desenvolvido do seu tempo.

Marx e Engels, que nesse meio tempo tinham iniciado a sua colaboração, não se aproximaram de nenhuma das seitas comunistas então em voga, cujo caráter utópico não os podia satisfazer. Por enquanto estavam atraídos pela obra de um jovem filósofo alemão, Feuerbach, que acabara de publicar o seu livro "A Essência do Cristianismo". O impacto que essa obra causou foi descrito por Engels, em retrospectiva, na sua publicação posterior "Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã", quando dizia: "*Nós todos, imediatamente, tornamo-nos feuerbachianos*". Não era, todavia a pregação comunista de Feuerbach - que operava com categorias como "amor" e "fraternidade", que entusiasmou Marx e Engels; o que fez com que ambos se tornassem "feuerbachianos" foi o caminho que o autor da "Essência" apontava para superar o ponto morto em que a herança hegeliana se encontrava.

Hoje se discute ainda até que ponto Marx e Engels foram hegelianos. Fato é que nunca aceitaram o **sistema** filosófico que Hegel deixara. O que valorizavam e fez com que considerassem Hegel como auge da filosofia clássica alemã era o seu método, a **dialética**. Essa atitude uniu a escola dos chamados "Jovens hegelianos", da qual Marx e Engels faziam parte. Tentavam fazer da dialética hegeliana uma arma de luta contra as condições políticas ainda semifeudais, existentes então na Alemanha. Essa escola, entretanto, também tinha chegado a um beco sem saída. O idealismo da dialética hegeliana formou uma barreira natural ao seu emprego como arma política e social.

Feuerbach, por sua vez, deu um golpe de misericórdia no sistema de Hegel que caracterizava como a última manifestação teológica na filosofia. No seu estudo do cristianismo procedeu de forma materialista, defendendo a tese fundamental de que não era Deus que criara o homem e, sim, o homem que criara Deus. Era, entretanto, um materialismo parcial e limitado que Feuerbach empregava. Com a rejeição de Hegel, rejeitou também o seu método dialético. Apesar de todo entusiasmo da primeira hora, Marx viu desde o início esse ponto fraco da obra de Feuerbach. Assim, Marx se propôs como uma das primeiras tarefas no exterior, aplicar o método dialético hegeliano às teses de Feuerbach. O fez, em colaboração com Engels, em "Economia Nacional e Filosofia", também conhecido como os "Manuscritos de 44".

O grau de influência de Feuerbach sobre Marx, naquela fase, torna-se óbvio nos "Manuscritos", onde o comunismo é definido como:

*Suspensão **positiva** da **propriedade privada**, da auto-alienação humana, e portanto a verdadeira **apropriação da essência humana** pelo e para o homem; portanto a volta completa e tornada consciente do homem para si, como um homem social. Isto é, humano, no quadro de todas as riquezas do desenvolvimento atingido até agora. Este comunismo, sendo humanismo acabado = naturalismo;... É o enigma solucionado da história e tem-se como solução.*

Vemos aqui um Marx que opera com conceitos humanistas, com um ser humano abstrato, uma "essência humana", auto-alienado, que encontra o caminho de volta para si, através da história, pela reapropriação. Vemos aqui a dialética hegeliana aplicada ao "homem" de Feuerbach. A distância que separa aqui o Jovem Marx do posterior descobridor do materialismo histórico, mostra o tratamento que o materialismo, como tal, ainda recebe nos "Manuscritos". Se para Feuerbach "a verdade... não é nem materialismo nem idealismo" e sim, a "antropologia", Marx chega igualmente à conclusão que:

O naturalismo realizado ou humanismo, diferencia-se tanto do idealismo como do materialismo e representa ao mesmo tempo a verdade que une os dois.

Embora na sua próxima obra, "A Sagrada Família", Marx desse um passo à frente - entre outros, no que diz respeito ao tratamento do materialismo na história da filosofia - somente na "Ideologia Alemã" é que se livra definitivamente da influência feuerbachiana. A obra é precedida pelas "Teses sobre Feuerbach", nas quais acusa os filósofos de se terem limitado a interpretar o mundo, enquanto a tarefa era mudá-lo. Ele mesmo rompe com seu passado e acusa Feuerbach, de ter "em última instância" visto o mundo pelos óculos do filósofo. É nesta obra que Marx se declara materialista, criticando em Feuerbach justamente que:

Na medida em que Feuerbach é materialista, a história para ele não existe, e na medida em que leva em conta a história, não é materialista.

A obra é uma prestação de contas com as categorias feuerbachianas: "ser humano", naturalismo, humanismo. Nessa limpeza geral entram também as teorias de alienação, caracterizadas como construção idealista:

Os filósofos tomaram como ideal os indivíduos não mais subordinados à divisão do trabalho, batizando-os de "o homem"; em seguida conceberam todo o processo desenvolvido por nós, como sendo o processo de desenvolvimento do "homem", de modo que o "homem" foi atribuído (impingido?) a todos os indivíduos, em todas as fases históricas e apresentado como sendo a força motriz da história. Assim todo o processo foi entendido como processo de auto-alienação do "homem" e isso se deve essencialmente ao fato de o indivíduo médio de um grau de desenvolvimento posterior ter sido sempre atribuído (impingido?) ao do grau anterior, e a consciência posterior à anterior. Mediante essa inversão, que de antemão abstrai das condições reais, tornou-se possível transformar a história toda num processo de desenvolvimento da consciência.

Este balanço autocrítico de Marx e Engels só foi possível porque naquele momento já tinham elaborado os fundamentos essenciais da nova teoria, do materialismo histórico. Não só já tinham criado clareza do fato que a consciência não podia ser mais do que o "ser conscientizado" e que o ser do homem representa o seu processo de vida real, como também a "Ideologia Alemã" já antecipa o futuro Prefácio à "Crítica da Economia Política", de 1859:

*Determinados indivíduos, que desempenham atividade produtiva de maneira determinada, integram essas determinadas condições sociais e políticas. O observador empírico tem que verificar em cada caso empiricamente e sem qualquer mistificação e especulação, o relacionamento das estruturas sociais e políticas com a produção. As estruturas sociais e o Estado originam-se constantemente do processo de vida de determinados indivíduos, mas não da maneira como possa parecer na visão desses indivíduos ou de outros, mas como **realmente** são, isto é, como atuam, produzem materialmente, quer dizer como agem sob determinadas limitações, premissas e condições materiais, independente da sua vontade.*

O que vai mudar na definição posterior, de 1859, é a precisão da linguagem e a clareza do processo global. Engels falou mais tarde, depois da morte de Marx, ao reler o texto, que "a

parte acabada consiste numa exposição do conceito materialista da história, que mostra unicamente quão incompletos eram os nossos conhecimentos da história econômica". Apesar disso, a "Ideologia Alemã" já antecipa certas formulações do Manifesto Comunista, quando verifica que a expansão das forças produtivas cria:

*Uma classe que carrega todo o peso da sociedade, sem desfrutar dos seus benefícios que, marginalizada pela sociedade, entra num antagonismo decisivo com todas as outras classes; uma classe que forma a maioria de todos os membros da sociedade e que parte da consciência da necessidade de uma revolução completa, da consciência comunista... que para a criação em massa dessa consciência comunista, da mesma forma como para a realização do próprio objetivo, é necessário uma mudança material do homem, que só se pode dar nos moldes de um movimento prático, numa **revolução**; isso quer dizer que a revolução é necessária não somente porque não há outra maneira de derrubar a classe **dominante**, mas também porque somente numa revolução a classe rebelada se torna apta a se livrar de todo o velho esterco, a fim de estar em condições para uma nova fundação da sociedade.*

Aqui já encontramos formulações completamente novas em Marx e Engels. Doravante a história da humanidade não é mais "história das alienações" e sim de lutas de classes. O proletariado surge definitivamente como classe revolucionária da sociedade burguesa, destinado a enterrá-la.

Como e quando Marx e Engels chegaram a amadurecer esses conceitos, rompendo com a fase da sua juventude? Também sobre isso se discute ainda, mas o que é decisivo é que o rompimento com o passado, o surgimento do materialismo histórico em sua primeira versão, se dá na "Ideologia Alemã", escrita em 1845/46. Isso, Thalheimer já destaca quando, na sua polêmica com o existencialismo, mostra que as "Origens do marxismo não são o marxismo." Althusser, posteriormente, chama esse marco, que opõe Marx ao Jovem Marx, de "corte epistemológico".

Apesar de já estar formulada nesse momento, em seus grandes traços, a teoria do materialismo histórico, não devemos esquecer que como teoria científica ainda vestiu determinada roupa ao nascer. Nasceu - nas palavras de Lênin - como hipótese científica, que ainda tinha de ser confirmada pelas pesquisas. Isso, no meio tempo, foi feito de maneira mais do que suficiente e foi o próprio Marx, no "O Capital", e Engels, nos seus trabalhos históricos, que abriram caminho.

Se dissemos aqui que em 1845/46 nasceu o marxismo como teoria científica, não queremos afirmar que tudo que foi escrito por Marx e Engels em sua chamada fase de juventude seja "inútil" para nós, seja "falso". Em primeiro lugar, o processo de formação do "filósofo" um fundador de uma ciência da sociedade, tinha de estar pavimentado de contradições (como todo processo), e Marx e Engels maduros não foram "iluminados" pela verdade, tiveram de batalhar por ela. Em segundo lugar, desde cedo estava presente no raciocínio dos dois a preocupação com as bases materiais da sociedade, mesmo antes de poder formulá-la cientificamente. Quem primeiro contribuiu com análises econômicas para a elaboração de uma teoria materialista da sociedade foi Engels, nos "Anais franco-alemães", editados em Paris em princípios de 1844. Engels com sua literal modéstia, disse mais tarde que era Marx o autor da teoria, por ter criado as formulações finais e precisas. Isso, todavia, não diminui o seu próprio mérito.

Por outro lado, foi Marx que nos mesmos "Anais" publicou a sua "Crítica da Filosofia do Direito de Hegel", onde consta o mui citado: "A teoria se torna força material quando penetra nas massas". Mas já então Marx leva em conta uma base material para essa penetração, quando continua: "A teoria só se realiza no seio do povo na medida em que for a realização das suas necessidades... Não basta que a idéia exija a sua realização, a própria realidade tem de exigir a idéia". Essa antecipação materialista não era de importância fundamental somente para a elaboração de uma teoria do socialismo científico, ela conserva todo o seu peso até os dias de hoje, quando se discutem estratégias e táticas da luta proletária.

Para dar o passo decisivo na criação daquilo que hoje conhecemos como marxismo, Marx e Engels tiveram de colher uma experiência prática, pouco destacada pela maioria dos seus biógrafos. Mesmo Althusser, o pesquisador que mais estudou o "corte" não menciona a influência que a atividade prática de Marx possa ter tido nas suas formulações teóricas, pois trata a evolução epistemológica como puro processo intelectual. Riazanov chega perto, mas quem se ocupa com o problema é Göran Therborn.

Fato é que antes de redigir a "Ideologia Alemã", Marx e Engels já estavam em contato contínuo com partes do movimento operário da sua época. Não é que não tenham estado presentes em reuniões operárias antes, mas o fizeram como visitantes ocasionais. Marx descreve inclusive uma dessas visitas numa carta a Feuerbach. Em 1845, entretanto, começam reuniões e discussões sistemáticas com operários ingleses, do Movimento dos Cartistas, e no mesmo ano Marx participa dos debates de operários alemães que em Londres fundaram a "Liga dos Justos", que mais tarde ia se transformar em Liga dos Comunistas sob o impacto desse encontro. Mas, Marx não tinha somente algo a dar, tinha também algo a aprender com a prática das lutas operárias da época. Sabemos que as organizações revolucionárias do proletariado, nos diversos níveis que percorreram, sempre foram produto da fusão do marxismo com o movimento operário vivo. Conhecemos o papel que a teoria marxista exerceu na história do movimento proletário; menos atenção costuma dar-se ao papel que o movimento operário vivo, desde o início, teve na formação e no aperfeiçoamento do marxismo como teoria. Veremos em seguida como essa penetração recíproca se dá em diversas fases de luta.

Literatura recomendada:

Franz Mehring: "Karl Marx", Editorial Grijalbo, México, 1960.

D.Riazanov: "Marx e Engels", Global Editora.

L. Althusser: "Por Marx", capítulos "Sobre o Jovem Marx" e "Marxismo e Humanismo", Zahar Editores.

A. Thalheimer: "De Volta às Origens do Marxismo?", in Rev. Movimento Socialista n° 1.

Göran Therborn: "The Birth of Marxism", in New Left Review N° 79.

Lênin: "Três Fontes e Três Partes Componentes do Marxismo".

Bibliografia geral:

Karl Marx: - "Crítica da Filosofia do Direito de Hegel" (Anais Franco-alemães).

Engels: - "Esboço Para Uma Crítica da Economia Política" (Anais Franco-alemães).

- "Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã".

Marx/Engels: - "Os Manuscritos de 44".

- "A Sagrada Família".

- "A Ideologia Alemã".

Aula II

O MANIFESTO COMUNISTA, PONTO DE PARTIDA

Aula II

O MANIFESTO COMUNISTA, PONTO DE PARTIDA

Já assinalamos a importância do Manifesto Comunista para o movimento operário moderno. Trata-se não só do primeiro documento militante do marxismo, como também do primeiro programa político de uma organização, formulado à base do socialismo científico.

Como programa o "Manifesto" contém, antes de tudo, uma exposição fundamental da doutrina, da teoria do materialismo histórico, que interpreta de maneira sucinta o passado da sociedade humana, a um ponto em que permite compreender a situação da Europa de então, às vésperas da revolução burguesa de 1848. Destaca especialmente o papel da burguesia na história moderna, mostra a sua fase de ascensão e seu declínio inevitável, pois ela produz, entre outros, também o proletariado, o seu coveiro. Finalmente, define os objetivos históricos da luta de classes proletária.

Simultaneamente, o "Manifesto" apresenta o que hoje podemos chamar de uma linha estratégica num momento histórico concreto, em que se tratava de liquidar os restos políticos do feudalismo europeu, para levar as lutas de classes a um nível mais alto, o da contradição principal entre trabalho assalariado e capital.

Igualmente já encontramos no "Manifesto" recomendações táticas rudimentares, na medida em que isso já era possível no nível de luta de então, às vésperas da Revolução de 48.

Destaque todo especial merece o capítulo que trata das relações entre proletariado e comunistas, onde define a função e as tarefas do que hoje chamamos de "vanguarda" revolucionária. Também essa parte só pode surgir como consequência de uma interpretação materialista da sociedade e das lutas de classes e de uma interpretação igualmente materialista das suas futuras perspectivas.

Há ainda um capítulo à parte (o terceiro), que analisa as diversas correntes socialistas e comunistas da época, mas que podemos deixar de lado para nossos fins, pois hoje só conserva valor histórico.

O "Manifesto" começa interpretando a história da humanidade como história de luta de classes. Em resumo distingue três sociedades: escravista, feudal e capitalista:

Homem livre e escravo, patricio e plebeu, barão e escravo da gleba, burguês medieval e oficial, em resumo, opressores e oprimidos, estavam em contínuo antagonismo, travando uma luta ininterrupta, às vezes velada, às vezes aberta, a qual terminou regularmente com a transformação de toda a sociedade ou com a derrocada conjunta das classes em luta.

Uma descrição sumária, mas que tem a função de tornar mais explícitos os problemas da sociedade atual:

A nossa época, a época da burguesia, se destaca porém pelo fato de ter simplificado os antagonismos da classe. Toda a sociedade divide-se em dois campos hostis em escala maior ou menor, em duas grandes classes, que se confrontam diretamente: burguesia e proletariado.

O "Manifesto" apresenta a burguesia moderna como produto de uma evolução que começou no seio da sociedade feudal e que tem as suas origens na camada dominante das cidades medievais (burgos). Destaca o papel altamente revolucionário que essa burguesia desempenhou na destruição da sociedade feudal, papel que manteve até a criação do mercado mundial e a inédita expansão das forças produtivas. O papel revolucionário da burguesia, entretanto, se esgotou, ela mesma tornou-se um obstáculo para o progresso

histórico, tornou-se uma classe conservadora e reacionária em medida crescente. Tende a desaparecer do cenário:

As armas com as quais a burguesia derrubou o feudalismo, apontam agora contra a própria burguesia. A burguesia, porém, não forjou somente as armas mortais, ela criou também os homens que 'manejarão' essas armas - os operários modernos - os PROLETÁRIOS.

Com isso, o "Manifesto" situa-se no terreno da sociedade capitalista. Depois de ter analisado o caráter e o papel da burguesia, que considera revolucionária enquanto luta contra a sociedade feudal (isso era importante salientar no momento em que o "Manifesto" foi escrito, isto é, quando a revolução burguesa ainda não estava concluída), dedica-se ao proletariado. Marx e Engels o definem como o "coveiro" da sociedade burguesa - como dizem em outro lugar do texto. Tornam-se mais explícitos ainda: "*De todas as classes, que se confrontam hoje em dia com a burguesia, somente o **proletariado** é uma classe realmente revolucionária*".

Essas palavras do "Manifesto", freqüentemente são tidas como um deslize propagandístico (e meio sectário) de Marx e Engels. Por que somente o proletariado, se existem tantas outras camadas mais pobres ainda na sociedade? Por que, se de fato são justamente camadas pequeno-burguesas (como os estudantes), que freqüentemente se radicalizam mais depressa? É o próprio "Manifesto" que responde às objeções:

Todas as classes anteriores, que conquistaram o poder, procuraram garantir para si as posições já obtidas, submetendo para isso toda a sociedade às condições de sua prosperidade. Os proletários só podem apropriar-se das forças produtivas sociais, na medida em que abolirem o seu próprio modo de apropriação e, com isso, todo o modo tradicional de apropriação... O proletariado, a camada inferior da sociedade atual, não pode levantar nem se erguer sem que seja lançada pelos ares toda a supra-estrutura das camadas que formam a sociedade oficial.

Trata-se, pois, de um resultado fundamental da aplicação do materialismo histórico à nossa sociedade. O escravo, que sonhou com a liberdade (e às vezes lutou por ela), quando se libertou da escravidão, freqüentemente conseguiu explorar outros. Era um privilégio do "homem livre". O burguês medieval lutou para tornar a sua forma de produção (o com isso de exploração) dominante, e o burguês moderno visa perpetuar-se no seu papel. O camponês pode livrar-se da fronda e de outras cargas feudais e mesmo hoje pode dividir as grandes propriedades, tornando-se ele mesmo dono dos seus meios de produção. O operário industrial, para livrar-se da exploração, não pode dividir as fábricas, nem fazer retroceder o caráter social da produção que a burguesia introduziu: a divisão do trabalho e a cooperação. Ele não tem outra saída senão coletivizar os meios de produção, isto é, abolir a sua propriedade particular. Desse modo tem de transformar radicalmente a sociedade toda.

É justamente esta situação social e econômica do proletariado, que num certo ponto do desenvolvimento lhe confere consciência de classe, na medida em que se torna consciente de sua situação material, e que o torna receptivo ao socialismo científico. É a sua situação objetiva na sociedade capitalista que mais tempo menos tempo o torna revolucionário.

O mesmo não se dá com outras classes, que **podem**, em parte e até certo grau, aceitar teorias revolucionárias - geralmente em conseqüência de um movimento operário existente. Os camponeses da Ásia, em países onde o movimento operário era fraco demais para liderar fisicamente a revolução - ou simplesmente inexistente - deram às suas revoluções uma direção socialista porque aceitaram a liderança ideológica do proletariado, representado pelo Partido Comunista, e em conseqüência de revoluções socialistas já realizadas em países vizinhos.

Mas, voltando à situação europeia de então, o "Manifesto" se ocupa com uma terceira camada da sociedade burguesa, situada entre os dois pólos, trabalho assalariado e capital: as classes médias:

As classes médias, o pequeno industrial, o pequeno comerciante, o artesão, o camponês, todos eles lutam contra a burguesia a fim de salvar do extermínio a sua existência como classe média. São portanto conservadoras e não revolucionárias, pois procuram fazer retornar, reverter a marcha da história, São revolucionárias somente tendo em vista a sua própria transição ao proletariado e então não defendem os seus interesses atuais, e sim, os futuros, abandonam os seus próprios pontos de vista para endossar os do proletariado.

O caráter das classes médias mudou desde os tempos de Marx. A pequena propriedade tornou-se vítima da centralização do capital. Cresceu rapidamente a parte assalariada da pequena-burguesia, que está em dependência direta do grande capital, e que freqüentemente não está nem em condições de manter a sua situação privilegiada em relação ao proletariado. Em tempos de ascensão do movimento proletário, parte das classes médias se junta a ele, "endossam" o ponto de vista proletário. Mas como classe, todavia, não tem perspectivas próprias para superar o sistema capitalista, nem de liderar um movimento neste sentido. E essa previsão de Marx foi confirmada em todos os movimentos da luta de classes desde então, em que o proletariado se encontrava sob hegemonia pequeno-burguesa.

Finalmente convém lembrar que Marx, quando fala do "camponês", se refere ao pequeno proprietário do campo, como é encontrado essencialmente na Europa e que não deve ser confundido com o nosso trabalhador do campo, que vive da sua força de trabalho.

Partindo dessa análise de classe de sociedade burguesa, o "Manifesto" apresenta uma linha estratégica. Para poder avaliá-la temos de levar em conta a situação na Europa, no momento em que o "Manifesto" foi redigido. O documento fala de uma sociedade burguesa-capitalista e, pelo menos economicamente, a Europa já se encontrava nesse estado de desenvolvimento. A burguesia tinha se imposto, antes de tudo no terreno econômico, com todas as conseqüências sociais decorrentes. Num processo secular tinha minado e decomposto a sociedade feudal e transformado a infra-estrutura da sociedade. Politicamente, porém, ainda não tinha conquistado ou consolidado o poder. A destruição dos remanescentes do Estado absolutista, semifeudal, ainda continuava sendo a tarefa histórica prioritária.

É verdade que as primeiras revoluções burguesas já tinham se dado na Holanda, Inglaterra e França. A holandesa e a inglesa terminaram com concessões mútuas das classes possuidoras, sob a forma de monarquias mais ou menos constitucionais. A revolução mais radical se dera na França, mas reações posteriores, internas e externas, impediram o estabelecimento de governos diretos da burguesia. No resto da Europa nenhuma tentativa maior de revolução burguesa tinha havido. O "Manifesto" entretanto, foi publicado poucos meses antes do último grande ato da revolução burguesa irromper na Europa Ocidental e Central. Foi nas regiões do antigo império Alemão, onde a burguesia tinha mais terreno a recuperar, que Marx e Engels esperavam um aprofundamento maior do processo revolucionário, pois:

A Alemanha está às vésperas de uma revolução burguesa e pelo fato de poder realizar essa transformação em condições mais adiantadas da civilização europeia e com um proletariado mais desenvolvido do que a Inglaterra no século XVII e a França no século XVIII, a revolução burguesa alemã, portanto, só poderá ser um prólogo imediato de uma revolução proletária.

Essa preocupação com o futuro imediato da Alemanha, consciente ou inconscientemente, percorre, portanto todo o "Manifesto". E se sente também na parte estratégica, mesmo quando procura elaborar recomendações mais gerais, válidas também para países onde a luta da classe já tenha atingido estágio mais desenvolvido.

Dando um histórico das relações entre nobreza, burguesia e proletariado, o "Manifesto" diz que numa fase inicial:

Os proletários não combatem os seus inimigos e sim os inimigos dos seus inimigos, os restos das monarquias absolutistas, os grandes proprietários de terra, a burguesia não-industrial, os pequeno-burgueses. Todo o movimento histórico está assim concentrado nas mãos da burguesia, cada vitória assim conquistada é uma vitória da burguesia.

Foi esse justamente o caso da Alemanha, onde essa fase das lutas de classes ainda não estava superada. Tratava-se de um dos países mais atrasados da Europa Ocidental, que nem tinha realizado a sua unidade nacional. Dividido por inúmeros interesses dinásticos, da mesma forma como na Itália, a unificação do país representava ainda o objetivo mais imediato dos revolucionários alemães.

Mas, o fato do proletariado alemão nessa fase combater os "inimigos dos seus inimigos", significava a paz social com a burguesia? Significava isso uma mera atitude de reboque em relação à burguesia?

O "Manifesto" dissipa qualquer possível dúvida a respeito, quando formula a tarefa dos comunistas:

Ele [o Partido Comunista] não deixa, em momento algum, de criar entre os operários uma consciência mais clara possível sobre o antagonismo hostil existente entre o proletariado e a burguesia, para que os operários alemães possam transformar imediatamente as condições sociais e políticas, as quais a burguesia é obrigada a criar com seu domínio, em tantas armas contra a burguesia, para que depois da derrubada das classes reacionárias na Alemanha comece imediatamente a luta contra a própria burguesia.

E o mesmo "Manifesto" exige, paralelamente à luta contra os restos absolutistas, "a organização do proletariado em classe e, com isso, como partido político".

É essa, grosso modo, a linha estratégica, que o "Manifesto" traça. Baseia-se em dois movimentos sociais e políticos existentes: primeiro, no surgimento da burguesia como classe dominante, progresso histórico decisivo em relação ao domínio semifeudal absolutista e, segundo, no surgimento do proletariado como classe independente, isto é, consciente do seu papel e libertado da tutela ideológica de outras classes.

Numa obra posterior, "A Miséria da Filosofia", Marx fala da "transformação da classe em si em classe para si". Trata-se de um termo emprestado de Hegel, que resume a tomada de consciência de classe, isto é - para Marx - a consciência da sua existência, e isso só pode ser resultado das próprias lutas de classes. Nesse sentido, o proletariado alemão estava, além de numericamente fraco, muito atrasado em relação ao francês ou inglês.

Dissemos que as recomendações táticas eram rudimentares. A tática, a mediação cotidiana da estratégia, é resultado das relações de forças, que se esboçam durante a luta. Ela tem de partir, entre outros, dos métodos de luta que a própria classe desenvolve. Neste sentido, o cenário alemão ainda era pobre. A situação haveria de mudar no decorrer dos próximos meses, com a eclosão revolucionária em Paris e a sua passagem para a Europa Central e, de fato, veremos em seguida, que a elaboração das táticas mais precisas se dá justamente como conseqüência da revolução de 1848. Por enquanto, O "Manifesto" recomenda:

- Para a França: apoio ao partido Social-Democrático, contra a burguesia conservadora e radical;
- Para a Suíça: apoio aos chamados radicais;
- Para a Polônia: colaboração com a ala radical do movimento agrário insurrecional;
- Para a Alemanha: apoio à burguesia, quando essa age de maneira revolucionária.

Em todos esses casos, o apoio não implica o abandono às ilusões e inconseqüências burguesas e pequeno-burguesas. O apoio não significa diluição nesses movimentos, nem a aceitação do seu domínio ideológico:

Em resumo, os comunistas apóiam em todos os lugares qualquer movimento revolucionário contra o estado de coisas social e político existente.

Em todos esses movimentos destacam a questão da propriedade, como o seu problema fundamental, independente do grau de desenvolvimento que já tenha atingido.

O capítulo que trata do relacionamento entre comunistas e proletários começa dizendo que os comunistas não são um partido distinto dos demais partidos operários.

Essa frase já causou muitas dores de cabeça, tanto a amigos quanto a inimigos.

Como - perguntam-se às vezes - os comunistas não fundaram partidos em quase todos os países do mundo? E não faltam aqueles que acusaram os comunistas de terem traído o marxismo, porque cindiram partidos tradicionais.

Devia ser chamado à atenção dos críticos, porém, o fato do título original do próprio "Manifesto" ser "Manifesto do Partido Comunista". Isso em si já desmente qualquer afirmação no sentido de que para Marx os comunistas não fundavam partidos. O que Marx afirmava é que não representam partido distinto, pois "*não tem interesses distintos de todo o proletariado*".

Há, entretanto, outro fator que tem de ser levado em consideração para entender essa formulação do "Manifesto". O conteúdo do termo "partido" naquela época não era o mesmo de hoje. O "partido da classe operária", como o conhecemos - é um produto histórico, que se criou com o desenrolar das lutas de classes. Na época em que o "Manifesto" foi escrito, o conceito de "partido" era mais vago, aplicado tanto a um pequeno grupo (como a "Liga dos Comunistas"), quanto à classe toda. O próprio "Manifesto" fala da "organização do proletariado como classe, e com isso, como partido político". Aqui, o proletariado organizado, isto é, a classe para si, é sinônimo de partido.

Veremos mais adiante que, quando um quarto de século depois, a formação de partidos políticos da classe operária se tornou atual, esse desenvolvimento se deu dentro dos conceitos do "Manifesto", embora as formas organizatórias, que os partidos desenvolveram, refletiram as mudanças das condições sob as quais a luta se reiniciou então. O partido nesta fase tendia, entretanto, a abranger a classe toda. Veremos também que a noção do partido como vanguarda da classe é um produto posterior, criado primeiro entre os bolcheviques e que teve a sua razão de ser nas mudanças das condições de luta. Para nós, nesta altura, basta que tenhamos clareza do caráter histórico da formação do partido proletário. O que conserva toda a sua validade nos dias de hoje é a definição de comunista do "Manifesto":

Os comunistas são, portanto, a parte mais decidida e impulsora dos partidos operários de todos os países; em relação à grande massa do proletariado tem a dianteira teórica, o conhecimento das condições, da marcha e dos resultados gerais do movimento proletário....

As formulações teóricas dos comunistas não se baseiam, de maneira alguma, em princípios inventados ou descobertos por algum reformador do mundo.

São meramente a expressão de uma situação de fato, de luta de classes existentes, de um movimento histórico, que se passa perante os nossos olhos.

Já dissemos que o "Manifesto Comunista" é a primeira manifestação do marxismo militante. Não representa, entretanto, o marxismo "pronto e acabado", mesmo se entendermos por isso a obra como foi deixada por Marx e Engels. Toda análise científica da economia capitalista - o sabemos - é posterior. O mesmo se deu com as pesquisas de Engels no terreno da história e da natureza. O mesmo é válido para a sistematização teórica das

experiências práticas das lutas de classes, que fazem parte do acervo marxista, e para o qual os dois fundadores criaram os fundamentos. Há, porém duas questões que queremos mencionar aqui, pois dizem respeito à interpretação materialista da história que o "Manifesto" toma como ponto de partida.

Em primeiro lugar, mostraram pesquisas posteriores, principalmente à base dos trabalhos de Morgan, que a humanidade em tempos pré-históricos passou por uma fase de "comunismo primitivo" (Engels), na qual o homem não conhecia propriedade privada dos meios de produção, nem classes nem Estado. As palavras do "Manifesto" de que "*a história de toda a sociedade humana, até agora, é a história da luta de classes*", continuam válidas, com a ressalva de tratar-se da história escrita da humanidade.

Em segundo lugar, o "Manifesto" ainda não contém nenhuma referência à Ditadura do Proletariado. Quando se refere aos objetivos históricos das lutas de classes proletárias, limita-se a definições, como a seguinte:

Vimos que o primeiro passo na revolução operária consiste na elevação do proletariado à classe dominante, na conquista da democracia.

Dito de passagem, "democracia" naquela época ainda tinha o conteúdo que a Revolução Francesa deu: governo do povo, da plebe. Mais adiante, o "Manifesto" se torna mais explícito, mas também sem entrar na questão da forma que o futuro governo proletário tomaria:

Quando o proletariado, na luta contra a burguesia, se une como classe e ele mesmo se torna classe dominante e, como classe dominante, suprime mediante o uso de força as antigas relações de produção, suprime com estas as condições de existência do antagonismo de classe, as classes em geral e, com isso, o seu próprio domínio como classe.

Se o "Manifesto" não passa de definições como o "proletariado como classe dominante" e "a conquista da democracia", isso tem as suas causas justamente no método materialista de Marx e Engels, que não se baseia em "princípios inventados ou descobertos". O "Manifesto" reflete o conhecimento dos seus autores antes da Revolução de 1848 e o posterior desenvolvimento da sua teoria foi, em grande parte, produto dessa revolução. Esse assunto enfrentaremos igualmente mais adiante, mas queremos lembrar somente que foi no "Dezoito de Brumário", escrito em 1851/52, que Marx chega à conclusão de que "*a classe operária não pode simplesmente apossar-se da máquina de Estado Burguês e fazer uso dela para seus fins*".

No mesmo ano Marx emprega pela primeira vez a expressão "Ditadura do Proletariado", numa carta ao seu amigo, Joseph Weidemeyer, de 5 de março de 1852:

*No que diz respeito a mim, não é meu o mérito de ter descoberto a existência de classes na sociedade moderna nem a luta entre elas. Muito antes de mim, historiadores burgueses expuseram o desenrolar histórico dessas lutas de classes, e economistas burgueses descreveram a anatomia econômica das mesmas. O que eu contribuí, como novo, foi: 1) comprovar que a existência das classes é condicionada meramente a **determinadas fases históricas de desenvolvimento da produção**; 2) que as lutas de classe levam necessariamente à **Ditadura do Proletariado**; 3) que essa Ditadura só representa a transição para a **negação de todas as classes e para uma sociedade sem classes...***

Literatura Recomendada:

Franz Mehring: Karl Marx

D. Riazanov: Marx e Engels

Marx/Engels: O Manifesto Comunista

Aula III

**EXPERIÊNCIAS E ENSINAMENTOS DA
REVOLUÇÃO DE 1848**

Aula III

EXPERIÊNCIAS E ENSINAMENTOS DA REVOLUÇÃO DE 1848

O desenrolar da Revolução

O Manifesto Comunista mal tinha sido impresso quando a história se encarregou de confirmar suas teses fundamentais. A revolução burguesa européia estalou no dia 24 de fevereiro de 1848 em Paris. Foi o proletariado parisiense nas barricadas que derrubou o "Reino burguês" de Luis Philippe, que tinha governado a França desde 1830.

A onda revolucionária rapidamente se alastrou pelo continente. No dia 13 de março, em Viena, na Áustria, é derrubado o odiado regime de Metternich, um dos pais da Santa Aliança, a reação política semifeudal criada pelos vencedores de Napoleão.

No dia 18 de março começam as lutas em Berlim, que terminam no dia seguinte com a retirada das tropas da capital prussiana e no dia 29 é instalado o governo burguês Camphausen-Hansemann. Poucos dias depois se abre em Frankfurt o "pré-Parlamento" alemão.

A revolução prossegue se alastrando à Itália, Hungria, Tchecoslováquia, tendo as suas repercussões em quase todos os países centro-europeus; atinge o seu auge com a eleição e instalação de uma "Assembléia Nacional Alemã" novamente em Frankfurt no dia 18 de maio.

O auge, porém, não perdura por muito tempo e o declínio do movimento revolucionário começa a esboçar-se. O sinal vem novamente da França. De 23 a 25 de junho, o proletariado parisiense é derrotado em lutas sangrentas pelas forças burguesas. E da mesma maneira como os acontecimentos de Paris iniciaram a revolução européia, agora marcam o princípio do fim. O eixo das lutas se transfere para a Alemanha e para a Áustria, onde uma burguesia temerosa do movimento revolucionário e uma pequena-burguesia hesitante e incapaz a levam à derrota. Militarmente, duas batalhas selam o fim da revolução - no dia 20 de julho de 1849 as tropas revolucionárias de Baden e do Palatinado são derrotadas pelo exército prussiano (Engels participa das lutas e bate em retirada até a fronteira Suíça).

No dia 13 de agosto, os insurretos húngaros capitulam em Vilagos face a total superioridade das tropas russas. O Tzar tinha sido o aliado mais poderoso da reação européia, tendo desempenhado o papel do "policia do Antigo Regime".

As razões fundamentais da derrota, todavia, foram políticas. Fundamentalmente devido à situação da burguesia européia, a qual em vez de apoiar a revolução, a traiu, finalmente compactuando com as forças do antigo regime. O que assustou a burguesia foi o surgimento do proletariado em sua retaguarda, que começou a levantar reivindicações próprias, que ultrapassavam e ameaçavam qualquer ordem estabelecida à base da propriedade privada dos meios de produção. Não era, entretanto o próprio proletariado que tanto assustava a burguesia alemã e outras centro-européias. Era o exemplo do proletariado francês que deixou os expoentes do jovem capitalismo paralisados de pavor. Os operários de Paris, de um modo ainda ingênuo, tinham levantado a exigência da "República Social". A França já tinha feito a sua revolução burguesa no fim do século XVIII. Depois da restauração tinha passado por mais um capítulo em 1830. A burguesia francesa já tinha estado no governo, embora de forma indireta, mesmo sob Luiz Philippe.

O fato de 1848 se dar na França ainda no quadro da revolução burguesa (melhoria da situação da classe operária no quadro da sociedade capitalista, luta por direitos democráticos, etc.), se explica pelo pouco amadurecimento do capitalismo em geral, que

historicamente ainda não colocava a revolução socialista na ordem do dia. Isso, porém, não impedia que as reivindicações do proletariado francês já ultrapassassem os limites das lutas burguesas. Veremos em seguida como esse fenômeno repercutiu na estratégia de então de Marx e Engels.

A atuação de Marx e Engels

Com o início das lutas revolucionárias na Alemanha, a maioria dos membros da Liga Comunista procuraram voltar à Alemanha pelo caminho mais curto possível, dirigindo-se para os lugares onde esperavam encontrar o melhor campo de ação. Durante a fase crítica da revolução não foi possível para a Liga atuar como organização. Dispersos por toda a Alemanha, da Renânia até a Prússia Oriental, o pequeno número de revolucionários agia em pequenos grupos ou individualmente, não tendo meios para coordenar as suas atividades. Mas na atuação geral, eles se baseavam nas teses do Manifesto Comunista e nas reivindicações do Partido Comunista na Alemanha, elaboradas por Marx e Engels durante sua estada em Bruxelas, o que não impediu todavia que, em questões táticas, chegassem a tomar atitudes contraditórias.

Marx e Engels chegaram em 11 de abril à Colônia, a cidade onde já tinham desenvolvido a sua atuação política no passado. Reabriram em seguida o jornal proibido pela censura prussiana em 1844, agora sob o título de Neue Rheinisch Zeitung "Novo Jornal da Renânia". É preciso ver que esse jornal não era um órgão proletário, nem socialista, era um "órgão da democracia", como ele próprio se definia.

Da mesma forma e ao contrário do que se podia supor, Marx e Engels não participaram da luta como revolucionários proletários ou socialistas. Militaram na ala mais radical do movimento democrático-burguês, cujo porta-voz o "Novo Jornal da Renânia" se tornara. Para compreender essa aparente atitude paradoxal dos dois fundadores do socialismo científico, é preciso ver a situação específica da Alemanha em 1848.

A Alemanha não conhecera ainda forma de revolução burguesa no passado - nem mesmo fracassada. Não tinha sequer realizado a sua unidade nacional. Como nação ainda não existia, estando dividida em mais de 40 estados nominalmente soberanos, reinos, principados, ducados e outros anacronismos feudais, que gravitavam em torno das duas dinastias mais fortes, a da Prússia e da Áustria.

A industrialização ainda era incipiente, limitando-se a certas regiões, como a Renânia e outras que representavam ilhas num mar de atraso semifeudal.

Uma conseqüência dessa situação foi a fraqueza relativa da burguesia alemã comparada com as suas congêneres inglesa e francesa, que já tinham destruído as estruturas feudais no passado.

O mesmo tinha que se dizer do proletariado. *"A classe operária da Alemanha, no que diz respeito ao seu desenvolvimento social e político, está tão atrasada em relação à inglesa e francesa como a burguesia alemã o é em relação a da França e da Inglaterra"*, verifica Engels em sua "Revolução e Contra-revolução na Alemanha". No mesmo trabalho, escrito pouco depois da derrota, Engels verifica a importância numérica da pequena-burguesia alemã, dos artesãos e pequenos comerciantes, o que considera uma conseqüência da pouca expansão do capitalismo industrial.

Fato é que o proletariado alemão não se tinha formado ainda nem se manifestado como classe. Embora estivesse presente nas lutas de barricadas, tanto em Viena como em Berlim, e tivesse um papel decisivo nas derrotas militares da reação, politicamente não conseguira ainda desempenhar um papel independente. Não era de se esperar que o fizesse no prazo crítico do desenrolar da Revolução.

Em que consistia então a atividade de Marx e Engels? Damos aqui a palavra a Rosa Luxemburgo, que a definiu sucintamente na sua intervenção no 6º Congresso do POSDR, em Londres em 1907:

É verdade que então já havia o "Manifesto Comunista", a grande Carta de Luta de Classes. É verdade que Marx já participava dessa revolução como lutador prático. Mas justamente, em virtude das condições concretas, não podia desempenhar o papel de um político socialista e tinha de desempenhar o de um democrata burguês radical, e o "Novo Jornal da Renânia" não chegou a ser um órgão de luta de classe e representava sobretudo as posições da extrema esquerda do campo revolucionário. É verdade também que na Alemanha de então não existia realmente essa democracia burguesa, cujo porta-voz ideológico o "Novo Jornal da Renânia" pretendia ser. Mas Marx seguiu essa política com ferrenha conseqüência durante o primeiro ano da Revolução. Sem dúvida essa política consistia no apoio com todos os meios que Marx prestava à burguesia na sua luta contra o Absolutismo. E em que consistia esse apoio? Consistia, do início até o fim, na denúncia impiedosa de todas as dubiedades e inconseqüências, de todas as fraquezas e pusilanimidades da política burguesa; consistia no apoio e na defesa, sem a menor hesitação, das massas operárias... Marx apoiava os movimentos nacionais de 1848, pois neles via um aliado da Revolução. A política de Marx empurrava a burguesia constantemente até o limite extremo da situação revolucionária. Sim, Marx apoiava a burguesia na sua luta contra o Absolutismo, mas a apoiava com o chicote e com ponta-pés. Marx considerava um erro imperdoável, o proletariado depois da sua primeira vitória passageira, em 18 de março, ter permitido a formação do ministério burguês de Camphausen-Hanseemann. Mas já a burguesia tinha chegado ao poder, Marx exigia dela desde o primeiro momento que realizasse a ditadura revolucionária. Declarou categoricamente no "Novo Jornal da Renânia", que em fase de transição pós-revolucionária era necessária uma ditadura decidida. Marx via claramente a importância da "Representação popular alemã" da Assembléia Nacional de Frankfurt, mas não considerava isso uma "circunstância atenuante", pelo contrário, apontou a saída dessa situação de fraqueza e essa consistia na conquista do poder real na luta aberta contra os poderes antigos, apoiando-se nas massas populares revolucionárias.

Mas, companheiros, em que deu essa política de Marx? Um ano depois Marx teve de abandonar essa posição de democrata burguês radical - uma posição completamente isolada e sem perspectivas e passar a uma pura política de classe proletária. Na primavera de 1849, Marx e seus companheiros abandonaram a associação democrática burguesa, decididos a enfrentar a criação de um movimento operário independente. Pretendiam participar também no planejado Congresso operário de toda a Alemanha - a idéia de convocação de tal reunião vinha das fileiras do proletariado da Prússia Oriental. Mas, quando Marx pretendia realizar essa mudança de posições, a revolução estava sofrendo as últimas derrotas e uma das primeiras vítimas da nova reação, foi o "Novo Jornal da Renânia" - antes que Marx pudesse aplicar a nova tática puramente proletária.

Até aí, Rosa Luxemburgo. Resta ainda dizer, talvez, que a iniciativa da convocação do Congresso operário alemão vinha da Prússia Oriental, mas foi igualmente resultado da atividade dos membros da Liga Comunista, que tinham se estabelecido lá, depois de sua volta de Londres.

Mensagem do CC à Liga dos Comunistas

Em que consistiu a nova linha política de Marx e Engels, mencionada por Rosa? Ela está formulada na célebre "Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas", redigida em março de 1850 (publicado em português no volume 1 das "Obras Escolhidas de Marx e Engels", Editorial Vitória.)

Marx e Engels nessa época tinham se reunido novamente em Londres, depois de serem obrigados pela reação a deixar a Alemanha. De lá procuraram reorganizar os grupos da Liga, que tinham ficado na Alemanha ou se formado no decorrer da Revolução. Nesta altura ainda acreditavam que as derrotas sofridas não eram definitivas, que a situação revolucionária não tinha se esgotado e que novas lutas estavam para vir. A "Mensagem" estava destinada a preparar a Organização para essa nova fase. Começa analisando o passado. Mostra como a burguesia alemã traiu a Revolução em troca de concessões econômicas e sociais, aliando-se a reação feudal contra a classe operária. Para isso entregou novamente o poder, que tinha conseguido, mas isso também tinha vantagens para ela: não precisava colher o ódio do povo pelo exercício da repressão.

A burguesia pretendia com isso sufocar a Revolução, mas uma nova erupção estava para vir. Como Marx e Engels viam o papel que as classes desempenhavam nessa nova fase?

O papel que a burguesia liberal alemã desempenhou em 1848 perante o povo, esse papel tão traiçoeiro, será assumido na revolução vindoura pela pequena-burguesia democrática, que atualmente ocupa na Oposição as mesmas posições que a burguesia liberal antes de 1848. Esse partido, o democrático, que é muito mais perigoso para os operários do que os antigos liberais, é constituído de três elementos

Em seguida Marx enumera os elementos:

- *das frações mais progressistas da grande burguesia,*
- *da pequena-burguesia democrática constitucional, representada pela esquerda na Assembléia Nacional de Frankfurt;*
- *da pequena-burguesia republicana, que presentemente se considera "vermelha" e social-democrata, por querer "abolir" a pressão do grande capital sobre o pequeno.*

Agora na derrota - prossegue a "Mensagem" - todas as frações da pequena-burguesia se apresentam como "republicanas" ou "vermelhas", mas isso só mostra que necessitam apoiar-se no proletariado na luta contra o Absolutismo e a grande burguesia aliada a ele.

A pequena-burguesia é muito forte na Alemanha, pois reúne não só a maioria dos habitantes das cidades, como também os camponeses e mesmo os trabalhadores do campo, enquanto estes não encontrarem ainda um apoio num proletariado urbano independente. Quais as relações com essa pequena-burguesia?

As relações do Partido operário revolucionário com a democracia pequeno-burguesa são as seguintes: marcha junto com ela contra a fração que deseja derrubar; faz frente a ela em todas as ocasiões em que pretende consolidar o seu domínio.

Os pequeno-burgueses democráticos, longe de querer subverter a sociedade toda, pretendem meramente torná-la "mais suportável", para poder acomodar-se nela. Essa não pode ser a posição do proletariado.

Enquanto o pequeno-burguês democrático quer terminar a revolução o mais depressa possível, no máximo, com a realização das aspirações acima citadas, é do nosso interesse e a nossa tarefa tornar a revolução permanente, até o ponto em que todas as classes de uma ou outra maneira proprietárias forem expulsas do poder, o domínio do Estado conquistado pelo proletariado e a associação dos proletários for realizada não só no próprio país, mas também em todos os países dominantes do mundo, de modo que tenha acabado a concorrência dos proletários nesses países e que, pelo menos as forças produtivas decisivas sejam concentradas nas suas mãos.

Marx não põe em dúvida que a pequena-burguesia terá a superioridade na próxima fase da luta contra o Absolutismo. Distingue ele três momentos, três situações diferentes, a serem previstas:

1 - Na situação então reinante, em que os democratas pequeno-burgueses são igualmente oprimidos, pregam ao proletariado "unidade" e "reconciliação". Apela para a formação de um grande partido de oposição, isto é, um partido no qual a fraseologia social-democrata geral sacrifique as reivindicações específicas do proletariado.

O proletariado, assim, perderia toda a sua posição independente, conseguida penosamente, e se transformaria novamente num reboque da democracia burguesa. Essa união tem de ser, portanto, rejeitada da maneira mais absoluta... Para o caso de uma luta contra um adversário comum não é necessária uma união especial. Quando se impõe a luta direta contra tal adversário comum, os interesses comuns dos partidos coincidem para o momento e, como até agora, essa ligação momentânea se estabelecerá por si só.

Marx lembra que em todas as lutas do passado eram os operários que se destacavam pela sua combatividade e seu heroísmo, enquanto os pequeno-burgueses brilhavam pela indecisão e pelas hesitações. Depois de toda a batalha ganha, a pequena-burguesia reivindicava a vitória para si, esperando do proletariado que voltasse "ordeiramente" para os seus lugares de trabalho.

Não está no poder dos operários impedir essa atitude dos pequeno-burgueses, mas está no seu poder dificultar à pequena-burguesia de se lançar contra o proletariado armado e criar tais condições que o reino da democracia burguesa contenha em si o germe da sua própria decadência, situação que facilitará consideravelmente o seu posterior desalojamento pelo governo do proletariado...

Do primeiro momento da vitória em diante a desconfiança não deve dirigir-se contra o antigo e derrotado partido reacionário e, sim, contra o ex-aliado, contra o partido que pretende explorar sozinho a vitória comum.

2. O segundo momento da nova fase revolucionária é caracterizado pelo predomínio pequeno-burguês.

Para poder enfrentar o partido da pequena-burguesia e a sua futura traição, o proletariado precisa estar organizado e armado. Não se trata simplesmente de dar ao operário uma arma no quadro de uma organização militar estatal e oficial, mas sim de criar uma organização militar proletária, com comando e estado maior próprios, que lidere militarmente a classe toda. Onde isso não for possível conseguir de antemão, os operários armados devem exigir a formação de unidades próprias com comandantes por eles eleitos e providenciar a coordenação dessas unidades. De maneira alguma e sob pretexto nenhum devem aceitar o seu desarmamento.

3. Como terceiro momento a "Mensagem" prevê a ofensiva contra a classe operária, logo que o novo poder pequeno-burguês se tenha mais ou menos consolidado.

Para enfrentar essa ofensiva o proletariado precisa organizar-se independentemente no terreno político. Para isso, Marx propõe a formação de Clubes Operários (provavelmente inspirado pelo exemplo do papel dos Clubes na Revolução Francesa) que devam coordenar as suas atividades em âmbito local, regional e, finalmente nacional, mediante a realização de um Congresso Operário.

Nessa altura o problema em destaque consistirá na convocação de uma Assembléia Nacional (isto é, Constituinte). Cabe ao proletariado: 1) enfrentar qualquer manobra ou pressão para evitar o lançamento de candidaturas operárias e, 2) lançar em todos os lugares possíveis, candidaturas operárias ao lado das democrático-burguesas:

Mesmo onde não há possibilidades (de vitória) os operários devem lançar os seus próprios candidatos, a fim de manter a sua independência, manifestar publicamente a sua força e tornar públicas suas posições revolucionárias e os pontos de vista do seu partido.

E contra os pregadores da "A unidade faz a força" Marx já advertia naquela época:

Os avanços que o Partido Proletário terá que fazer mediante tal atitude independente, são incomparavelmente mais importantes do que a desvantagem da presença de alguns reacionários na Assembléia.

Finalmente a "Mensagem" trata ainda de problemas específicos da revolução alemã de 1848, em torno dos quais surgirão os conflitos entre proletariado e pequena-burguesia. Mas, tratando-se de "Governo Centralizado" contra "Federalismo", "A questão da divisão das terras" ou de "indenizações e expropriações", em todas essas questões confronta-se a ânsia da pequena-burguesia de terminar a revolução com o interesse do proletariado de continuá-la até o seu extremo limite possível e criar as condições mais favoráveis para o prosseguimento da luta pelo estabelecimento do seu domínio:

Se os operários alemães não conseguem chegar ao poder, à realização dos seus interesses de classe, sem passar por uma evolução revolucionária mais prolongada, eles, dessa vez, pelo menos têm a certeza que o primeiro ato desse próximo espetáculo revolucionário coincidirá com a vitória direta da sua própria classe na França, sendo com isso extremamente acelerado. Mas, são os próprios operários alemães que têm de contribuir com o esforço maior para a sua vitória, na medida em que se esclareçam sobre seus interesses de classe, adotem o mais depressa possível posições partidárias independentes e não se deixem em nenhum momento impressionar pela fraseologia hipócrita dos pequeno-burgueses democráticos. Seu grito de guerra tem que ser: A revolução em estado de permanência.

Temos aí, depois do Manifesto Comunista, um segundo documento fundamental na história do marxismo militante, no qual as considerações de estratégia e tática passam já a um primeiro lugar.

Depois da mudança de linha política - a qual Rosa se referiu - vemos Marx preocupar-se com o papel do proletariado na Revolução. Embora o estágio de desenvolvimento do proletariado alemão não permitisse ainda falar de sua "hegemonia" na luta (o "predomínio" é da pequena-burguesia), Marx e Engels lhe atribuem o papel de uma força motriz, sob a condição de conquistar e manter a independência de classe. A fraqueza e inexperiência do proletariado alemão são compensadas em parte pelas esperadas lutas dos operários franceses e essa coincidência acelera o processo todo. Eis em resumo o conceito estratégico da Revolução. Os demais consistem em medidas táticas, derivadas da realidade alemã de então.

Não se pode esquecer, entretanto, que a Revolução de 1848 continuava burguesa e a mudança das posições de Marx não mudou nem pretendia mudar esse fato. Justamente por essa razão a "Mensagem" influi profundamente numa revolução posterior, a russa de 1905. Todas as facções do marxismo revolucionário voltaram a esse documento. Rosa Luxemburgo retomou a consigna da "Revolução em estado de permanência" no sentido literal, que Marx lhe dera. Trotsky partiu dela na tentativa de elaborar uma contribuição própria com a "teoria da revolução permanente". Para Marx, o "estado de permanência" (imagem tirada da Revolução Francesa, quando a Convenção se declarou em estado de permanência e até ter adotado uma Constituição) não era uma qualidade inerente à Revolução. Declara especificamente: "*É do nosso interesse e a nossa tarefa tornar a revolução permanente...*".

Lênin, finalmente, bebeu dessa mesma fonte, o que é fácil verificar na leitura de "Duas táticas", por exemplo. Se não cita a "revolução em estado de permanência" é para distanciar-se da "revolução permanente" de Trotsky. Mas declara-se pela revolução "ininterrupta".

Luta interna e dissolução

Enquanto os grupos e membros da "Liga" no exílio e na Alemanha ainda discutiam as implicações da linha política elaborada na "Mensagem", Marx chegava à conclusão que seu otimismo tinha sido infundado. Não só que não se dera nenhum movimento de massas, seja na França seja na Alemanha, que indicasse o amadurecimento de uma nova onda revolucionária; os subseqüentes estudos da situação econômica mundial lhe tinham dado a certeza que a crise cíclica que se iniciara em 1847 estava sendo superada. A descoberta das minas de ouro na Califórnia tinha iniciado uma nova expansão das atividades econômicas no Velho Mundo e esse reinício da prosperidade tinha abortado qualquer perspectiva revolucionária a prazo.

Marx tinha chegado a essa conclusão em virtude do seu método materialista. Partia ele da premissa que é a própria sociedade que tem que se encarregar de criar situações revolucionárias. Os revolucionários não criam essa situação, só podem aproveitá-la.

Esse não era o raciocínio de toda a "Liga" (sem falar dos refugiados em geral). Quando Marx expôs a sua opinião à direção da "Liga", encontrou forte oposição. Na resolução final dispôs de uma maioria de 6 votos contra uma minoria de 4, liderada por Willich e Schapper. Infelizmente só se conservaram fragmentos dos debates, mas Mehring e outros citam Marx contra a minoria:

*No lugar de uma concepção crítica, a minoria coloca uma dogmática, no lugar de uma materialista, uma idealista. Em vez das condições reais, para ela a mera vontade torna-se força motriz da revolução. Enquanto nós dizemos aos operários: vocês têm de passar por 15, 20, 50 anos de guerras civis e de lutas entre nações não só para mudar as condições mas também para mudarem a si mesmos e se tornarem capazes de exercer o domínio político, vocês dizem, pelo contrario "Temos de chegar imediatamente ao poder ou então podemos deitar-nos para dormir". Enquanto chamamos a atenção dos operários alemães, especialmente, do pouco desenvolvimento do proletariado alemão, vocês bajulam da maneira mais primária ao sentimento nacional e aos preconceitos corporativos dos artesãos alemães, o que certamente é mais popular. Da mesma forma, como os democratas criaram uma auréola em torno da palavra **povo**, vocês o fazem em relação ao **proletariado**.*

Da minoria somente Schapper era um revolucionário com um passado dentro da "Liga". Os outros eram jovens ou recrutados durante a Revolução. A minoria não se submeteu, cindiu-se da "Liga" e começou a desenvolver atividades por conta própria. Sob as circunstâncias então existentes não conseguiram produzir mais do que conjuras e aventuras, que forneciam pretextos gratuitos à repressão, com a ajuda de provocadores policiais para tentar destruir os restos da organização revolucionária na Alemanha.

É montado o chamado Processo dos Comunistas em Colônia, no qual Marx é envolvido, ocasião em que ele escreve as "Revelações sobre o Processo dos Comunistas", na qual desmascara a infiltração e as falsificações policiais. Em 1852, Marx e seus companheiros chegam a conclusão que a situação criada não permite mais atividade coordenada na Alemanha e a Liga dos Comunistas se dissolve.

As lutas revolucionárias de 1848 contribuíram decisivamente para amadurecer o marxismo como doutrina de luta da classe operária. Comprovaram na prática a análise de classe que Marx e Engels deram da sociedade burguesa e, em particular, do papel da burguesia nas revoluções democrático-burguesas.

O fato dos revolucionários alemães da época não terem podido por em prática as recomendações estratégicas e táticas da "Mensagem do CC à Liga" não diminuiu a importância do documento. De um lado, aproveita experiências das lutas de classe na França - as mais adiantadas da época - aplicando-as à então realidade alemã. Por outro lado serviu a gerações de revolucionários durante toda uma época de lutas contra os remanescentes da reação feudal e semifeudal. E mesmo onde esse problema já está superado - como no nosso caso - o documento conserva mais do que um interesse histórico. E isso diz respeito a todos os países que ainda enfrentam o problema de formação de uma classe operária independente.

Leitura recomendada:

Franz Mehring: "Karl Marx".

D. Riazanov: "Marx e Engels".

Marx/Engels: "Mensagens do CC à Liga dos Comunistas", Obras Escolhidas, Editorial Vitória.

Bibliografia Geral:

Engels: - "Revolução e Contra-revolução na Alemanha".

Marx: - "Lutas de Classes na França", Obras Escolhidas, Editorial Vitória.

Rosa Luxemburgo: "Intervenções no Congresso Operário Social-Democrático da Rússia, de 13 de março a 1º de junho de 1907, em Londres".

* * * * *

Aula IV

TEMPOS DA REAÇÃO (1850-1864)

Aula IV

TEMPOS DA REAÇÃO (1850-1864)

Com o esmagamento da Revolução de 1848/49, a reação instalou-se de novo na Europa, principalmente no decênio de 1848-58. Os avanços democráticos foram, passo a passo, anulados e o movimento operário perseguido e disperso.

A Rússia Czarista, que apoiara as potências européias na derrota da Revolução (intervindo na Insurreição Húngara, por exemplo), constituía, como sempre, o principal pilar da reação. Na Alemanha, a Prússia e a Áustria disputavam a primazia na nova Confederação Alemã, estabelecida em 1850. Enquanto a monarquia constitucional de fachada na Prússia concentrava todo o poder nas mãos da coroa, assegurando influência decisiva à reação *junker*, na Áustria reentravam em cena o absolutismo e o centralismo.

Na França, Luís Bonaparte, posteriormente Napoleão III, chega ao poder em dezembro de 1851, após um golpe de estado. Sustentado pelos militares e por um aparato policial de elite, governava ditatorialmente a serviço das frações da classe dominante, pois nenhuma delas havia podido se impor e assumir a chefia do Estado. Essa forma especial de domínio da burguesia, na qual o Estado aparece como árbitro acima das classes, foi posteriormente caracterizada como "bonapartismo".

Esse desenvolvimento na Europa era acompanhado por um enorme crescimento econômico. Uma segunda onda da "Revolução Industrial" apoderou-se da Europa. Principalmente as indústrias mecânica, têxtil, de construção e de transporte (ferrovias) lideravam uma forte expansão. Isso ocasionou também um grande crescimento das cidades e, com isso, do proletariado urbano, que inundava as fábricas impulsionado pelas transformações da economia rural e pela destruição dos laços feudais no campo. Brotavam bancos e sociedades anônimas preocupadas em expandir as relações internacionais do capital. Ao lado da repressão, a duradoura fase de prosperidade até 1857 contribuiu também para que o movimento operário derrotado só se reorganizasse muito lentamente.

Primeiras dissensões no campo da reação: a Guerra da Criméia

Após o afastamento do perigo das transformações revolucionárias, logo renasceram entre os "guardiões da ordem" as velhas contradições. A Rússia, que desde sempre ambicionava uma saída direta para o Mar Mediterrâneo, levantou pretensões sobre os Dardanelos, que pertenciam ao Império Otomano. Em 1853, instalou-se a guerra entre a Rússia e a Turquia, na qual também a Inglaterra, a França e a Áustria participaram, ao lado da Turquia.

Como já nos tempos da "Nova Gazeta Renana", Marx e Engels saudaram uma guerra contra a Rússia, pois um enfraquecimento da reação russa conduziria também a um enfraquecimento da reação na Europa. Eles não apoiaram nenhum dos lados em conflito e julgaram a "questão oriental" do ponto de vista da Revolução, ou seja, até que ponto ela resultaria em benefício ou prejuízo às transformações revolucionárias. Era necessário acabar com o domínio turco, bárbaro e atrasado, mas a solução não podia ser a de substituí-lo pelo dos russos:

Porém, se a Rússia chegar a dominar a Turquia, suas forças praticamente dobrarão e ela ganhará preponderância sobre todo o restante da Europa. Tal acontecimento seria de uma indescritível infelicidade para os assuntos revolucionários. A preservação da independência turca ou (...) a obstrução dos planos anexionistas russos são coisas do mais alto significado. (Engels, "Worum es in der Türkei wirklich geht", MEW, Vol. 9).

A Inglaterra, a França e a Áustria mostram-se também incapazes para defender a liberdade de qualquer povo. Divididas aqui e lá entre a sustentação de seu antigo parceiro da Santa Aliança e a ameaça a seus interesses comerciais e territoriais no Mar Negro, receavam – o susto da Revolução de 48 ainda presente – tudo que representasse uma mudança no equilíbrio existente na Europa.

No início, as potências ocidentais (...) estimulam o Sultão a opor-se ao Czar, cujo abuso temiam, de modo a forçá-lo a ceder, por medo de uma guerra generalizada que pudesse levar a uma revolução generalizada. (...) todo o seu empenho (é) apenas para a manutenção do status quo acordado, isto é, aquele estado de podridão no qual o Sultão é proibido de emancipar-se do Czar e os eslavos, do Sultão. (K.Marx, "Die Kriessfrage, Parlamentsränke, Indien", MEW, Vol. 9).

Como única solução para os povos eslavos da Turquia Européia, igualmente oprimidos pelo Czar e pelo Sultão, Marx e Engels vêem a constituição de um estado eslavo livre e independente. O significado da guerra para os revolucionários na Europa era assim julgado por Marx:

O partido revolucionário pode congratular-se por esse estado de coisas. A humilhação dos governos ocidentais e sua óbvia inaptidão para defender os interesses da civilização européia contra os abusos da Rússia devem gerar necessariamente uma indignação saudável nos povos que desde 1849 estão sob o domínio da contra-revolução. (K.Marx, idem).

Mesmo que isso não tenha produzido um ascenso no movimento operário, Marx acertou em sua previsão. A guerra, que terminou em 1856 com a derrota da Rússia, trouxe forte insatisfação às massas de operários e camponeses na Inglaterra e na França, obrigando as classes dominantes francesas e inglesas a acordos e promessas. Na própria Rússia, reconheceu-se que aquela sociedade, atrasada e voltada para si própria, não estava crescida para uma confrontação com as potências capitalistas desenvolvidas, colocando na ordem do dia a questão da libertação dos camponeses e levando à introdução de uma série de reformas liberais.

A Crise de 1857/58 e suas conseqüências

Embora os acontecimentos da Criméia tivessem trazido de novo algum movimento à vida política da classe operária, ainda não foram suficientes para provocar um novo ascenso. Na Alemanha, antigos militantes da Liga dos Comunistas, que em 1853 estabeleceram novamente contato com Marx, empreendiam um trabalho de propaganda esporádico, apesar da reação. E na Inglaterra, deu-se a fundação do primeiro sindicato nacional duradouro dos operários da indústria mecânica, em 1851, dando motivo a novas esperanças. Mas, nos dois casos, produziram efeitos muito limitados no movimento operário. Somente a crise econômica de 1857/58 e suas conseqüências levaram novamente água para o moinho.

Marx e Engels deduziram que as crises cíclicas do capitalismo apresentavam-se num ritmo

de cinco a sete anos e profetizavam, já para 1853, a primeira grande crise após 1847. Em outubro de 1853, Marx constatava que, no impulso do enorme desenvolvimento industrial, chegava-se a uma superprodução. Acompanhada de especulação e inflação fortalecida, tornou-se perceptível em toda sua expressão, somente em 1857, o efeito "*desses novos e gigantescos acréscimos das forças produtivas*" (K.Marx. MEW. Vol. 9).

Diante do já crescente entrelaçamento do capital e das relações de troca internacionais, todas as economias nacionais da Europa foram abaladas por uma extensão da crise nunca antes presenciada. Quem ficou mais fortemente aturdida com isso foi a França, que se encontrava praticamente diante de uma bancarrota estatal. Para a classe operária, a crise significava desemprego, privações e miséria.

No plano político, uma série de questões sempre presentes desde 1848 ressurgia, como, por exemplo, a da unidade da Alemanha e da Itália. A unidade nacional era uma necessidade para a implantação definitiva do modo de produção capitalista e o desenvolvimento das forças produtivas, que se encontravam bloqueadas pela fragmentação e resquícios feudais. Como consequência da crise e dos abalos por ela provocados, voltaram a se fortalecer os anseios nacionais. Fortalecida pela prosperidade, a burguesia detinha o poder econômico, mas encontrava-se politicamente sem influência, sempre muito fraca e "covarde" para mobilizar a união de suas próprias forças. Da trajetória de 48, ela aprendera que podia ser perigoso apoiar-se nas forças populares e no proletariado e preferia, por isso, oferecer o domínio do país inteiro a um príncipe de algum lugar. Em troca de espaço livre para suas necessidades de exploração e de expansão, prontificava-se a aceitar sua submissão política dentro de um estado nacional fortalecido. Assim como a Prússia, na Alemanha, o Reino da Sardenha estava pronto também para desempenhar esse papel numa Itália fracionada. Para expulsar a Áustria do norte da Itália, onde se apropriara da Lombardia e da Veneza, a Sardenha aliou-se à França. Em 1858, irrompeu a guerra entre a Sardenha e a França, de um lado, e a Áustria, de outro.

A guerra, que para a Sardenha e a França tomara o caráter de guerra de libertação em prol da unidade italiana, renovou a questão sobre a atitude dos revolucionários em relação a guerras entre potências reacionárias e pela unidade nacional. Marx mostra em seus artigos no "*New York Daily Tribune*" que as condições econômicas e políticas da França necessitavam de uma guerra na qual Napoleão aparecesse como herói da liberdade, a fim de manter o seu domínio e o da contra-revolução, sem contar com a esperança de auferir ganhos territoriais (Nice e Savóia). Como sempre, Marx e Engels dirigem sua análise para a questão da utilidade de uma tal guerra para os assuntos revolucionários. Em face da situação austríaca e aludindo à pretensão anexionista francesa aos territórios da margem esquerda do Reno, a Confederação Alemã entra na guerra, sob o lema "No Pó está a defesa do Reno", produzindo uma polêmica entre Marx e Lassalle. Lassalle partia do ponto de vista de que a Áustria era o inimigo mais perigoso para a Alemanha, e não a França. Ele opunha-se a uma entrada da Prússia na guerra, porque a guerra italiana não representaria ameaça para a Alemanha, enquanto a unidade italiana deveria interessar às forças democráticas alemãs. A pré-condição para a unidade alemã seria a derrota e a destruição da Áustria.

Marx e Engels recusavam qualquer apoio ao absolutismo austríaco e advogavam a devolução dos territórios italianos a uma Itália reunificada. Entretanto, em suas brochuras "O Pó e o Reno" e "Nice, Savóia e o Reno", Engels mostrou de forma bastante aguda o perigo que representaria para a Alemanha um Napoleão III vitorioso. Disso derivava que a unidade nacional, na Itália e na Alemanha, deveria ser executada sem "ajuda" externa. "*Por*

isso, os revolucionários, na questão italiana, não deveriam se colocar nem do lado de Napoleão, nem do lado da Áustria. A única coisa que eles deveriam ter em mente eram os interesses da revolução proletária." (Riazanov, pg. 94). Assim julgava Engels uma eventual entrada da Rússia na guerra, ao lado da França:

Viva a guerra na qual franceses e russos nos agridem conjuntamente, levando-nos próximos à asfixia, se nessa situação desesperadora todos os partidos se desgastam (...) para salvar a nação, e acabam se voltando para o partido mais enérgico. (F. Engels,...)

Essa é a perspectiva que Marx e Engels sempre procuraram mostrar ao proletariado revolucionário em sua análise das guerras dinásticas e reacionárias: a de sua transformação em guerra revolucionária.

Também na Alemanha, nos anos posteriores à crise, as lutas políticas colocaram-se em movimento. No decurso da luta constitucional prussiana, no início dos anos 60, coloca-se em debate a questão do fortalecimento do militarismo junker-prussiano às custas da oposição burguesa, causando irritação e ebulição junto ao povo. Lassalle, um discípulo de Marx e Engels que também participara da Revolução de 48, propunha a mobilização do proletariado na luta política em torno da Constituição, como contrapeso à reação prussiana, na liderança da qual estava Bismarck. Pela primeira vez desde a derrota de 1848, exigiu-se publicamente a necessidade da organização independente da classe operária. Em sua agitação, Lassalle apoiava-se de fato no "Manifesto Comunista", mas identificava-se publicamente com essa obra tão pouco, quanto com seus autores, Marx e Engels. Nessa época, desenvolviam-se, especialmente na Saxônia, os primórdios de um movimento independente da classe operária, principalmente entre os trabalhadores da indústria do tabaco, gráficos e artesãos. Em 1862, Wilhelm Liebknecht, um colaborador mais próximo de Marx, chegou de Londres para Berlim, onde reuniu em torno de si os operários mais conscientes e procurou agrupar os operários de oposição. Em maio de 1863, foi fundada, no Congresso Geral dos Trabalhadores Alemães, em Leipzig, a União Geral dos Trabalhadores Alemães, sob os princípios do programa elaborado por Lassalle.

A reivindicação política central do programa era a obtenção do direito universal de voto, objetivo em torno do qual todos os demais esforços deveriam ter relação. Apoiado na teoria da "lei de bronze dos salários" (segundo a qual os aumentos salariais teriam relação com o tamanho da população, não podendo ultrapassar determinado mínimo), Lassalle adentrou no terreno econômico, propondo a formação de cooperativas de produção com a ajuda de crédito estatal, que deveriam tornar-se séria concorrência para os capitalistas. Ele sustentava que o papel dos sindicatos na luta por melhores condições de vida e de salário era supérfluo, em função da mencionada "lei de bronze". Esse programa estava longe de ser revolucionário e inspirava-se em conhecidas reivindicações dos proudhonistas e socialistas franceses, sempre combatidas por Marx e Engels. Situava-se, assim, essencialmente atrás das reivindicações colocadas por Marx e Engels no "Manifesto Comunista" e na "Carta ao Comitê Central da Liga" e trazia o perigo de fortalecimento de tendências reformistas no movimento operário. O programa provocou junto a Marx e Engels uma decidida recusa. Eles criticaram Lassalle àcidamente; todavia, estavam cientes de seu significado naquele momento político e não o atacaram publicamente. Também dentro da União dos Trabalhadores existiam grupos em oposição a Lassalle e que debatiam as idéias de Marx e Engels.

Apesar da limitação de seu objetivo, Lassalle teve o mérito de, contrariando a ainda forte influência da ideologia burguesa no proletariado, realizar a idéia da organização independente do proletariado, ao contribuir para a fundação da União Geral dos Trabalhadores Alemães.

Com a crise econômica, o desemprego em quase todos os setores e a piora das *condições de vida dos trabalhadores*, ocorreu em 1859 na Inglaterra uma greve de massas que despertou a atenção de toda a Europa. O Conselho Sindical de Londres, um resultado dessa greve e da concomitante atividade de agitação e propaganda, já era em 1861 uma das mais influentes organizações, incorporando também um caráter político. A partir desse modelo, surgiram diversos conselhos sindicais em diferentes cidades inglesas, de tal forma que, também na Inglaterra, no início dos anos 60, teve lugar uma reorganização da classe operária.

Na França, a crise foi acompanhada de um novo despertar dos velhos grupos socialistas (proudhonistas, blanquistas, o grupo de Armand Levi, etc.). Como na Inglaterra, também na França foi a indústria da construção a mais duramente atingida pela crise e foram os operários da construção e os artesãos que constituíram os principais quadros do novo movimento, a partir dos anos 60.

Primeiros passos para a aproximação das organizações operárias na Europa

A Exposição Industrial de 1862 em Londres, que teve também a participação de delegações de operários da França e da Alemanha, trouxe a possibilidade de contatos entre operários ingleses, franceses e alemães. As relações casuais de antes foram fortalecidas com dois importantes acontecimentos: a Guerra da Secessão nos EUA (1861-1865) e a Insurreição Polonesa (1863).

Marx atribuiu um grande significado à Guerra da Secessão, na qual foi vitorioso o modo de produção capitalista sobre a velha sociedade escravocrata. No prefácio do "Capital" de 1867, ele escreveu:

Tal qual a Guerra da Independência americana do século XVIII fez soar o sino da tempestade para a classe média europeia, a guerra civil americana do século XIX fez o mesmo para a classe operária europeia (...) Abstraídos os elevados motivos, foi o interesse próprio que ordenou às classes dominantes a retirada de todos os obstáculos legais que dificultavam o desenvolvimento da classe operária. (K. Marx, "Das Kapital", MEW, Vol. 23).

Esse desenvolvimento da classe operária e o estabelecimento progressivo do modo de produção capitalista conduziram também, conseqüentemente, o proletariado a um grau mais alto de consciência. Um claro sinal disso encontramos na fundação da I Internacional como instrumento de luta da classe operária, o que será tratado num capítulo posterior.

As conseqüências econômicas imediatas da Guerra da Secessão para os países europeus foram catastróficas. Assim que a economia começava a restabelecer-se da crise de 1857/8, a indústria têxtil europeia viu-se paralisada pela escassez do algodão (produto monopolizado pelos Estados do Sul) durante a guerra. Para a sustentação do crescente número de desempregados, nasceu, por iniciativa do Conselho Sindical de Londres, um

Comitê Especial de Socorro, que travou relações com comitê semelhante também criado na França. *"Com isso, os trabalhadores ingleses e franceses deram uma nova prova de como estreitar vínculos entre os interesses dos operários de distintos países."* (Riazanov, *"Marx und Engels nicht nur für Anfänger"*, Rotbuch Verl., Berlin, 1976).

Esses primeiros começos de um internacionalismo proletário encontramos também expressos no comportamento da classe operária inglesa e francesa diante da deflagração da Insurreição Polonesa contra o domínio czarista, em 1863. A onda de solidariedade com os insurretos poloneses que envolveu a Europa Ocidental culminou, após agitação e manifestações massivas, na exigência dos operários ingleses e franceses por uma intervenção dos respectivos governos a favor da Polônia e pelo estabelecimento de uma Polônia independente.

Após a segunda metade do decênio contra-revolucionário na Europa, fez-se notar, assim, um novo espírito na classe operária européia. A influência da ideologia burguesa no proletariado ainda se fazia presente por toda parte, mas cristalizava-se novamente uma vanguarda revolucionária que começava a aceitar a luta contra o capitalismo. As condições para isso estavam dadas pelas leis próprias e inerentes ao capitalismo. Como destacaram Marx e Engels no "Manifesto Comunista":

As contradições (...) entre os povos desaparecem mais e mais com o desenvolvimento da burguesia, com o livre comércio, o mercado mundial, a uniformização da produção industrial e suas correspondentes condições de vida. O domínio do proletariado fará com que elas desapareçam ainda mais. Ações unitárias, pelo menos nos países civilizados, são uma das primeiras condições de sua libertação.

Aula V

A I INTERNACIONAL

Aula V

A I INTERNACIONAL¹

Fundação da I Internacional

Já em 1848, Marx e Engels haviam proclamado ao proletariado europeu a palavra de ordem "*Proletários de todos os países, uni-vos!*" (Manifesto Comunista). Mas só 16 anos depois, em 28 de setembro de 1864, foi fundada a I Internacional.

A fundação, conduzida pela parcela mais combativa do proletariado inglês, francês e alemão, "*a pedra fundamental para a luta proletária internacional pelo socialismo*" (Lênin), não pode ser atribuída a um motivo principal. As razões para isso foram múltiplas. Resumamos em poucas palavras: Após a Guerra da Crimeia (vide capítulo anterior) o movimento operário na Europa Central começou a se reorganizar. A crise cíclica do capitalismo de 1857/58 despertou o movimento nacional revolucionário na Alemanha e na Itália para uma nova vida. A Guerra Civil americana, que começou em 1861, representou uma consolidação da sociedade burguesa e do desenvolvimento capitalista e, com ele, também a formação do moderno proletariado industrial no outro lado do oceano. A solidariedade do proletariado inglês com os estados do Norte e a pressão que exerceram sobre o governo inglês, que tinha interesse na manutenção da escravatura² (por causa do significado do algodão como a matéria prima mais importante para a economia inglesa no século XIX), bem como a solidariedade com a Polônia insurreta e contra a opressão czarista, tudo isso começou a colocar diante dos olhos do proletariado europeu a necessidade de sua cooperação política.

Ao mesmo tempo, o proletariado europeu começou cada vez mais a organizar greves em defesa do seu padrão de vida (aumentos salariais e diminuição da jornada de trabalho).³ Abstraindo os operários de diferentes países da Europa, que os capitalistas ingleses haviam importado para o país nos tempos do bem-estar, vivia em Londres um grande número de imigrantes europeus. Isso contribuiu para proporcionar contatos cada vez mais estreitos e frequentes entre ingleses, franceses e operários de outros países.

Alem da luta econômica, os operários defendiam também objetivos políticos, por exemplo, as "trade unions" inglesas defendiam o direito universal de voto.

Todos esses fatores levaram a que, na última semana de setembro de 1864, reuniões proibidas de apoio à insurreição polonesa se transformassem num organismo vivo⁴ do proletariado internacional.

Manifesto inaugural e Estatutos – O papel de Marx

Não há dúvidas sobre o mérito das lideranças operárias inglesas, francesas e alemãs em relação a sua iniciativa para a fundação de uma organização internacional do proletariado. Tampouco se poderia deixar de constatar que elas começavam a descobrir o seu papel histórico. A consciência dessa necessidade, contudo, não estava tão amadurecida, a ponto

¹ Esta aula e as seguintes foram traduzidas do alemão por Sergio Antão Paiva.

² Nota do tradutor (NT): Neste ponto, Érico Sachs anotou na margem o número "1", acompanhado de um "X", indicando alguma crítica ou observação sobre o texto.

³ NT: Aqui há a expressão "As respostas capitalistas" escrita a mão, dando a entender que o assunto deveria ser introduzido neste ponto.

⁴ NT: Observação anotada como "2X" na margem: as palavras datilografadas "*Organismus ständigen*" [organismo permanente] estão encimadas pelo termo "*lebendigen*" [vivo] escrito a mão, o que permite supor que a redação final seria "organismo vivo".

de permitir definir claramente o caráter, os meios e os objetivos da recém-criada organização, bem como contra quem ela deveria lutar. Os primeiros projetos de estatutos e do¹ manifesto inaugural, elaborados por Mazzini e Weston, espelhavam a dificuldade de tirar conclusões sobre as experiências do proletariado internacional de então. Le Lubez também não conseguiu dar aos documentos uma forma definitiva, de forma a desenvolver mais as posições das correntes socialistas pré-marxistas, seja a dos proudhonistas e mazzinistas, seja a do utopista inglês Owen.

É desnecessário mencionar neste ponto, para se aprofundar mais nos fatos, que a maioria dos líderes do proletariado, além de ativos combatentes, eram também grandes teóricos. Isso vale especialmente para os fundadores do materialismo histórico e dialético. Pela primeira vez após 1848, Marx enxergava a possibilidade de colaborar nesse novo despertar da classe operária. Na sua carta a Kugelman e Weydemeyer, ele diz:

A Associação – ou mais ainda o comitê dela – é importante, porque os chefes das "trade unions" londrinas lá estão, a mesma gente que preparou a enorme recepção a Garibaldi e que frustrou o plano de Palmerston de uma guerra contra os Estados Unidos, por meio da manifestação gigantesca no St. James' Hall. Também os chefes dos operários de Paris têm ligação com ela. ("Karl Marx und die Gründung der I. Internationale", Dietz Verlag, Berlim, 1964).

E, além disso, diz: *"Apesar de ter me recusado sistematicamente, durante anos, a fazer parte de todas as "organizações" etc., desta vez eu aceito, porque trata-se de uma história onde é possível atuar significativamente."* (idem). Seus conhecimentos teóricos indicaram decisivamente o caminho à organização operária internacional (nessa época, ele estava prestes a terminar o primeiro livro do seu trabalho mais importante, "O Capital"). O mérito de Marx não se limita apenas ao fato de ser o autor dos Estatutos e do Manifesto Inaugural, que puderam ser aceitos por todas as correntes no movimento. O grande mérito consiste em ter trazido de volta para o proletariado internacional todas as idéias básicas escritas no Manifesto em 1847: organização do proletariado num partido político independente, criação de legislação fabril e de proteção ao trabalhador, luta incansável contra a diplomacia de intrigas e de incitação dos povos a guerras, abolição do domínio de classes, necessidade da luta política e sindical da classe operária, supressão do trabalho assalariado. *"A emancipação completa do trabalhador só pode ser obra do próprio trabalhador."*

Para a aceitação de suas teses, teve significado decisivo o fato de que Marx estava preparado para concessões ou, até mesmo, compromissos. Numa carta a Engels de 4 de novembro de 1864, ele descreve toda a evolução, do recebimento do convite para cooperar no sub-comitê até a sua cristalização como cabeça dirigente da I Internacional. Descreve também o primeiro projeto, no qual *"estava firmemente decidido a, se possível, não deixar de pé [not² one single line]³"* (idem), justificando-se por ter aceitado idéias como direitos e deveres, verdade, moralidade e justiça no preâmbulo dos estatutos, às quais conferia um conteúdo de classe. *"Foi muito difícil agüentar as coisas assim, de maneira que nossa concepção aparecesse sob uma forma que se fizesse aceitável para o ponto de vista atual do movimento operário⁴. A mesma gente vai realizar encontros daqui a algumas semanas com Bright e Cobden pelo direito de voto. É preciso tempo, até que o movimento recém-despertado permita a antiga audácia de linguagem"*. (idem) A partir daí, Marx redigiu todos os documentos importantes da I Internacional, muitos dos quais conservam sua validade até hoje.

Deve-se mencionar aqui mais uma vez que um trabalho dessa monta não deveria nascer da cabeça de uma só pessoa. Apenas reconhecendo esse fato podemos avaliar o mérito de Karl Marx, cujo trabalho possibilitou à Internacional desempenhar o seu papel, dos dias de sua fundação até a sua dissolução: a continuação do desenvolvimento dos instrumentos

¹ NT: Destaque com "3 X" na margem.

² NT: Destaque com um "x" na margem.

³ NT: "nem uma única linha"

⁴ NT: Destacado com "x" na margem.

programáticos e organizatórios do proletariado, tanto no plano nacional, quanto no internacional, para sua plena emancipação e, com isso, também da sociedade como um todo.

A I Internacional e o anarquismo proudhoniano e bakuninista

A propósito, suponho que essa nova Associação se dividirá muito cedo entre seus elementos teoricamente burgueses e seus elementos teoricamente proletários, assim que as questões se tornarem um pouco mais precisas (...)(F. Engels, id.)

Ocorreram cinco congressos na I Internacional: Genebra (1866), Lausanne (1867), Bruxelas (1868), Basiléia (1869) e Haia (1872).

A situação nos diversos países não possibilitou uma discussão intensiva imediata dos documentos da I Internacional. Na Alemanha, ocorreu uma primeira divisão dentro do movimento operário. A Associação Geral dos Trabalhadores Alemães, fundada por Lassalle, estava dividida entre os discípulos de Becker, Schweitzer e Wilhelm Liebknecht. A questão principal era a que tratava do comportamento tático diante do governo de Bismarck. Schweitzer mostrava-se muito mais inclinado a compromissos do que o velho Liebknecht; como consequência, chegou-se ao rompimento aberto. No proletariado francês era veementemente discutida a questão se o proletariado deveria se ocupar com os assuntos políticos. Essa polêmica também foi trazida para dentro da I Internacional. Na Inglaterra, encontravam-se as "trade unions", então o mais importante suporte da I Internacional, em luta contundente pelo reconhecimento do direito de voto. Marx via nessa luta uma grande possibilidade de o proletariado inglês realizar uma política independente de classe.

Diante desse pano de fundo histórico, ocorreu o primeiro congresso. Aqui duas correntes dentro da I Internacional já se desenhavam claramente: a proudhoniana e a marxista. Numa carta a Schweitzer, Marx escreve sobre Proudhon, seu pensamento e suas obras:

Ele pretende pairar, como homem de ciência, acima do burguês e do proletariado; ele é apenas o pequeno-burguês, que é jogado para lá e para cá constantemente entre o capital e o trabalho, entre a economia política e o comunismo.

Duro como o julgamento acima possa soar, devo subscrever ainda hoje cada uma dessas palavras. Igualmente, porém, considere-se que na época em que eu declarei e demonstrei teoricamente que o livro de Proudhon era o código do socialismo pequeno-burguês, Proudhon ainda era igualmente caracterizado como ultra-revolucionário de primeira linha pelos economistas políticos e pelos socialistas. Por isso, posteriormente, eu também nunca acompanhei a gritaria sobre a sua "traição" à revolução. Não era sua culpa não ter realizado as esperanças iniciais, injustificadas e mal entendidas, de outros e dele próprio. (Livro I, Obras Escolhidas, Marx-Engels, Dietz Verlag, Berlim 1975).

Na sua obra "A Miséria da Filosofia", publicada em 1847, concebida como resposta à "Filosofia da Miséria" de Proudhon, Marx já mostrara claramente quão pouco Proudhon havia compreendido da dialética científica e mostrou suas ilusões ao tentar contemplar a história com os olhos da filosofia especulativa. Ele nunca conseguiu, além disso, entender a natureza do modo de produção capitalista e, por isso, via as bases para a transformação da sociedade na fundação de cooperativas, bancos populares, supressão dos juros, etc.

Marx não pôde participar dos congressos nos quais as discussões foram levadas a cabo da forma mais veemente. Por isso, ficou claro como os líderes proletários conheciam pouco a obra de Marx, a quem pediam continuamente orientação. Seu escrito "Salário, Preço e Lucro", que ele apresentou em 20 e 27 de junho de 1865, foi de significado fundamental para o fortalecimento da necessidade da luta sindical. Marx achava que o proletariado vivia numa época histórica determinada e que poderia superá-la através da atuação política. Diferentes resoluções relativas à atividade sindical foram aceitas, apesar dos votos contrários da delegação francesa.

Na questão da nacionalização da terra, os proudhonianos foram derrotados definitivamente (Congresso da Basiléia, 1868). Nessa época, estreava na cena política internacional o revolucionário russo Mikhail Bakunin. Antes de adentrarmos na polêmica entre Marx e Bakunin, é preciso esclarecer dois pontos:

1. Tanto Marx como Bakunin lutavam pelo mesmo objetivo, a destruição da sociedade burguesa. Colocavam-se, entretanto, diametralmente opostos na avaliação dos meios a serem empregados para esse fim e na questão das forças que deveriam sustentar a revolução.
2. Como não poderia deixar de ser, apenas a própria história do movimento operário, a história em si, é que nos esclarece quem tinha razão.

Bakunin tinha passado a sua vida na Rússia e na Itália (suas idéias espalharam-se até a Espanha). Isso atuou fortemente na formação de sua consciência. Ele via como sustentáculos da revolução a juventude burguesa desclassificada, os camponeses e o lumpen-proletariado. Por seu lado, Marx vivera em contato imediato com o proletariado inglês, francês e alemão. Daí desenvolveu toda a sua economia política e a visão de que o proletariado moderno era a força social decisiva no processo revolucionário.

Bakunin teve um papel importante na propaganda da necessidade da internacionalização dos trabalhadores, lutou a favor e era entusiasmado com a idéia de uma "Internacional dos Trabalhadores". Fundou uma organização própria, a "Aliança Internacional da Social-democracia", ou, abreviadamente, "Aliança". Este órgão requereu entrada na Internacional, mas defendia um programa próprio e exigia o direito de continuar funcionando como organização autônoma. Ambas as exigências foram recusadas pelo Conselho Geral, pois ele considerava tarefa histórica da Internacional: 1º) atuar como órgão centralizado do movimento operário, 2º) examinar se o programa da Aliança estava de acordo com o da Internacional em todos os pontos importantes.

O programa não continha nenhum ponto novo em relação ao da Internacional. Mas, ao contrário, em vez de defender a supressão de todas as classes, propagava a igualdade de todas as classes. No terreno econômico, continha o "erro proudhoniano", o de exigir a supressão do direito de herança e considerar isso o começo da destruição do capitalismo. Após a reformulação do ponto sobre a igualdade de todas as classes, a Aliança foi aceita na Internacional em julho de 1869, mas não se dissolveu como organização.

As divergências teóricas entre Marx e Bakunin ocorreram sobre muitos fundamentos essenciais. Bakunin não aceitava a necessidade da conquista do poder político pelo proletariado como pressuposto para alcançar sua completa e integral emancipação. Em decorrência, Marx e Bakunin defendiam também posições diferentes quanto à questão do Estado, que é de fundamental importância para a vitória da revolução e a construção do socialismo. Bakunin via o Estado como um mal em si, que precisava ser destruído e nada mais. Para Marx, ao contrário, ele representava um fenômeno histórico. A Revolução de 1848 havia-lhe convencido que o proletariado após a conquista do poder político não podia simplesmente substituir e reformular as funções do aparato estatal burguês para os seus objetivos. Era necessário destruí-lo. No seu lugar, deveria surgir um novo Estado proletário, que conteria em si o germe de sua própria destruição. O Estado extinguir-se-ia. A Comuna de Paris iria dar razão a Marx no primeiro ponto. No que diz respeito ao segundo, a extinção do Estado proletário, ele ainda necessita ser confirmado pela história, quando forem alcançados os fundamentos materiais do socialismo que permitam a transição para o comunismo.

Uma coisa é clara: até agora, nenhuma revolução socialista pôde renunciar ao estado proletário: nisso Marx tem razão. Fica para a história a comprovação do segundo aspecto.

A polêmica entre Marx e Bakunin estendeu-se até o último Congresso da Internacional, ocorrido em Haia em 1872.

A I Internacional, a guerra franco-alemã e a Comuna de Paris

A guerra franco-alemã e a decorrente criação da Comuna de Paris foram os acontecimentos históricos mais decisivos durante a existência da I Internacional. Dedicaremos a eles, por isso, um capítulo especial. Aqui queremos entrar apenas nos aspectos gerais e seus efeitos na Internacional.

Com o surgimento do moderno estado alemão (sucessos militares prussianos de 1864 e 1866, criação da Federação Alemã do Norte em 1867 e aproximação com a Alemanha do Sul), a França vê-se confrontada com um estado alemão fortalecido. Bismarck já estava preparado e armado para a guerra; quando um príncipe da casa dos Hohenzollern-Sigmaringen apossou-se da coroa espanhola, a França sentiu-se ameaçada e declarou guerra em 19 de julho de 1870. Dois meses depois, estava derrotada.

A Internacional divulgou dois manifestos sobre essa questão, ambos de autoria de Marx. As classes operárias alemã e francesa não queriam a guerra, mas não estavam em condição de impedi-la.

Irmãos na Alemanha! Nossa divisão teria apenas como conseqüência o completo triunfo do despotismo nos dois lados do Reno.

A guerra é justa? Não! A guerra é nacional? Não! Ela é exclusivamente dinástica.
(Obras Escolhidas, Livro 1)

No primeiro manifesto, Marx evidenciava claramente que Bismarck fora forçado a uma guerra defensiva, mas indicava ao mesmo tempo os seus objetivos expansionistas e as conseqüências para o proletariado alemão e francês:

"Permita a classe operária alemã a presente guerra, desistindo de seu forte caráter defensivo e permitindo sua degeneração numa guerra contra o povo francês, então a vitória ou a derrota serão igualmente calamitosas". (ibd.).

Após a proclamação da república na França (4 de setembro de 1870), Marx diz no segundo manifesto da Internacional o mesmo que no primeiro: *"O toque de finados do Segundo Império já soou em Paris."* Com a mesma precisão¹, ele analisa o caráter frágil da república recém-fundada:

Como eles (os trabalhadores alemães) saudamos o estabelecimento da república na França, mas ao mesmo tempo gastamos nossas energias com preocupações, que oxalá se mostrem sem fundamento. Essa república não derrubou o trono, apenas ocupou o lugar vazio. Ela não foi proclamada como uma conquista social, mas como uma medida de defesa nacional. (ibd.)

Segundo Marx, o proletariado francês tinha que aproveitar a república para se transformar numa classe para si: *"Isso dará a eles forças novas e hercúleas para o renascimento da França e para a nossa tarefa geral – a libertação do proletariado."* (ibd.)

A República temia mais o inimigo "interno" que o prussiano. Quando os Generais Lecomte e Clemez Thomas tentaram desarmar a Guarda Nacional, em 18 de março de 1871, foram enforcados. Isso levou à erupção da Comuna. O regime Thiers-Favre já havia jogado com a idéia da capitulação desde a proclamação da República:

Na mesma noite em que a república fora proclamada, era conhecido dos colegas de Trochus, que o "Plano Trochus" consistia na capitulação de (ilegível)

O próprio Jules Favre reconhece numa carta a Gambetta que aqueles, de quem se defendiam, não eram os soldados prussianos, mas os operários parisienses. (ibd.).

Essa revolução diferencia-se essencialmente de outras revoluções. A história desenterra um novo segredo: o primeiro governo da classe trabalhadora:

¹ NT: Destaque na margem com "x"

O filisteu alemão está agora de novo tomado pelo salutar medo da expressão: ditadura do proletariado. Pois bem, senhores, vocês querem saber como se parece essa ditadura? Vejam a Comuna de Paris, ela era a ditadura do proletariado. (ibd.).

Num próximo capítulo voltaremos a esse ponto.

O fim da I Internacional

A derrota da Comuna teve tal efeito sobre a Internacional que sua continuidade pareceu quase impossível. A Internacional apoiou-a com todas as suas forças e propagandeou-a em toda a Europa. Os dias da possibilidade de atividade legal das diferentes seções da Internacional estavam contados. Formou-se uma Internacional da Reação: procedimentos conjuntos de diversos países europeus contra a Internacional, com a mobilização do aparato policial e judicial conjunto. Acrescente-se ainda a decadência do movimento operário após a guerra, uma circunstância que foi ainda mais fortalecida pela divisão em seu meio, para não falar da França. As "trade unions", que lutavam principalmente por reformas na sociedade capitalista, consumaram uma inclinação para a direita. O procedimento dos bakuninistas, que estruturavam uma organização autônoma dentro da I Internacional, levou à sua exclusão no Congresso de Haia (1872). Pelo menos a médio prazo, eclipsava a antiga efetividade da Internacional. No mesmo Congresso, a sede da Internacional foi provisoriamente mudada para Nova Iorque. Em 1876, o Conselho Geral declarou por terminada a existência da Internacional:

O que veio a seguir comprovou como foi correta essa decisão, freqüentemente questionada na época e posteriormente. De um lado, foi quebrada definitivamente a ponta de lança de todas as tentativas de produzir aqui e ali golpes de estado inúteis em nome da Internacional. De outro lado, a duradoura e íntima comunicação entre os partidos socialistas de trabalhadores dos diversos países comprovou que a consciência da igualdade de direitos e da solidariedade do proletariado de todos os países, despertadas pela Internacional, soube fazer-se valer, mesmo sem que, no momento, os vínculos se transformassem nos elos de uma Associação Internacional formalizada. (F. Engels, em "Karl Marx", MEW, livro 19).

Conclusão

Nos seus escassos oito anos de atuação ativa, a I Internacional deixou marcas vivas no proletariado europeu e a certeza de sua força teórica e prática. Ela não era uma Internacional "marxista", mas constituiu o ponto de partida para a [formação de partidos de trabalhadores]¹ na Europa e deu-lhes [...] ² ([...] citada, Livro 19).

Na realidade, os partidos de trabalhadores na Alemanha, na Suíça, na Dinamarca, Portugal, Itália, Bélgica, Holanda e nos Estados Unidos, organizados mais ou menos em escala nacional, assim como muitos grupos internacionais, não formam mais seções isoladas, esparsamente espalhadas sobre os diferentes países e conectadas a um Conselho Geral distante do centro; pelo contrário, as próprias massas operárias estão em comunicação direta, ativa e permanente, conjuntamente forjadas pela troca de idéias, esforços de ajuda mútua e objetivos comuns.

Após a queda da Comuna de Paris, naturalmente, qualquer organização da classe operária na França foi temporariamente destruída, mas ela começa agora a se desenvolver novamente. Por outro lado, participam atualmente os eslavos, principalmente na Polônia, Boêmia e Rússia, apesar de todos os impedimentos políticos ao movimento internacional, numa proporção que nem os mais otimistas teriam previsto em 1872. Assim, a Internacional, em vez de ter morrido, passa de seu

¹ NT: Neste ponto, há uma falha na cópia xerox. O texto entre parêntesis é uma suposição.

² NT: Idem.

primeiro período de incubação para uma fase superior, na qual seus esforços originais, em parte, já se tornaram realidade. No decorrer desse desenvolvimento progressivo, terá que passar ainda por muitas transformações, antes que o último capítulo de sua história possa ser escrito. (Escrito no início de julho de 1878, em inglês.¹)

¹ NT: Provavelmente, trata-se do mesmo texto de Engels anteriormente citado.

Aula VI

FUNDAÇÃO DOS PARTIDOS SOCIALISTAS

Aula VI

FUNDAÇÃO DOS PARTIDOS SOCIALISTAS

Introdução

A história da fundação dos partidos socialistas é aqui de grande importância para nós, porque mostra como aconteceu a luta viva dos operários, sem a louvação que acaba por contradizer as lutas realmente heróicas do proletariado e sem o endeusamento dos indivíduos (ainda que a sua contribuição seja sempre importante), que reduz o movimento operário como um todo a uma massa amorfa conduzida pelas diretrizes "geniais" de alguma cabeça. Com isso, aprendemos também a importância da análise da experiência do passado, sem cujo entendimento dificilmente poderemos entender, nem muito menos solucionar, os problemas de hoje em dia.

Assim, deve-se atentar em especial para o surgimento dos partidos socialistas na Alemanha. De um lado, porque foram as primeiras experiências de luta imediatamente coletadas com a participação de Marx e Engels e, de outro, porque o partido socialista na Alemanha revelou-se o mais importante e forte até 1917.

Alemanha

A Revolução de 1848 não pôde resolver o problema da unidade nacional alemã. O desenvolvimento da indústria era entravado por inúmeros obstáculos (alfândegas, fronteiras, determinações burocráticas). A eliminação desses obstáculos representava uma necessidade vital para a indústria alemã.

A grande burguesia que, com a Alemanha unificada, poderia ampliar seu poder político e econômico, tinha medo de se apoiar nas massas proletárias para produzir a mudança. Com isso, cedeu aos latifundiários (*junkers*) o papel de liderança no processo da unificação alemã. Engels descreveu a situação de forma exata:

A burguesia prussiana que, como a parte mais desenvolvida de toda a burguesia alemã, tem aqui o direito de representá-la, passa a sua existência política com uma falta de coragem que não se encontra igual na história (...). Mal começam os primeiros movimentos da classe operária, a burguesia fica logo com medo e foge para a proteção da mesma burocracia e da mesma aristocracia feudal (...). (F. Engels, "A Questão Militar Prussiana e o Partido Operário Alemão", MEW, Livro 16)

Bismarck aproveitou esse pavor da burguesia "liberal" alemã diante do proletariado para o hábil fortalecimento do poder dos *junkers*. Após uma série de guerras com a Dinamarca (1864), Hannover, Kurhessen, Saxônia, Áustria (1866) e França (1870-71), surgiu o Império Alemão (1871), sob a liderança da Prússia e de seu rei. Com isso, foi possível que os resquícios feudais na economia fossem transferidos e conservados. O Império Alemão, com sua liderança reacionária nascida da vitória na guerra, revelou-se um pressuposto ideal para o desenvolvimento da indústria. As razões para isso podem assim ser resumidas brevemente:

1. Anexação da Alsácia-Lorena e a exploração de seu carvão;
2. A dívida de guerra de 5 bilhões de francos;

3. A unificação do mercado interno no Império Alemão, acompanhada de uma enorme exploração do trabalhador.¹

O desenvolvimento dos partidos operários na Alemanha

Já mostramos no Capítulo 4 o surgimento da Associação Operária Alemã Geral (ADAV), sob a direção de Lassalle, com os seus objetivos reformistas. Lá mencionamos que havia grupos que faziam oposição a Lassalle e divergiam das idéias de Marx e Engels. Um dos mais importantes desses grupos nos interessa aqui. Ele surgiu da Liga das Associações Operárias e constituía originalmente um bloco com o Partido Popular saxão, de tendência pequeno-burguesa e democrática radical. No Congresso da liga acima mencionada em Eisenach (1869) foi fundado o Partido Operário Social-democrata (SDAP). A liderança ficou nas mãos de W. Liebknecht e A. Bebel. O Partido Eisenachiano manifestou o seu internacionalismo proletário pelo apoio à I Internacional, mas também pela participação ativa em seus congressos², ao contrário dos lassallianos.

Claro que o caminho dos eisenachianos não estava livre de ilusões reformistas, como, por exemplo, o objetivo programático do "estado livre do povo" ou a reivindicação do "crédito estatal livre" para as cooperativas de produção, que Marx e Engels criticaram tanto em sua correspondência, quanto também em diretivas a W. Liebknecht. Mas eles nutriam grandes esperanças nos eisenachianos e os descreviam desde essa época como "nosso partido" (Engels a Bebel em 18.03.1875, Livro 34). Eles dirigiam toda a sua crítica aos lassallianos: "*Enquanto esse lixo lassalliano estiver predominando na Alemanha, a Associação Internacional não vai ter nenhum espaço por lá*" (Carta de Marx a Engels, MEW, livro 31).

Os lassallianos, dirigidos por Schweitzer, tinham uma tática vacilante, na medida em que tentavam se adaptar à hegemonia do *junker* Bismarck.

Schweitzer, que já havia em 1865 criticado essa *Realpolitik* de Bismarck, começou a louvar abertamente as suas leis no "Socialdemocrata", o que ensejou uma crítica contundente de Marx e Engels contra ele:

(...) que ocorrerá uma decepção com as ilusões desgraçadas de Lassalle quanto à influência socialista num governo prussiano é acima de qualquer dúvida. A lógica das coisas falará. Mas a honra do Partido Operário requer que ele rechace tais ilusões,

¹ Pode-se comparar e, com isso, imaginar o rápido desenvolvimento da indústria alemã:

Estradas de ferro (km)	1845: 2.132	1880: 33.865
Carvão (t)	1850: 6.700.000	1880: 59.100.000
Ferro bruto (t)	1850: 40.200	1880: 2.780.000
Aço (t)	1850-60: 1.300.000	1880-90: 12.000.000

² A participação dos eisenachianos no Congresso da Basileia da Internacional (1869) foi de grande significado. No Capítulo 5 nós vimos que os proudhonianos sofreram derrotas, entre outras, na questão da terra. Os eisenachianos votaram com a maioria na resolução revolucionária que dizia: "a sociedade possui o direito de eliminar a propriedade privada da terra e do solo e transformá-la em propriedade coletiva (...) a transformação é uma necessidade." Isso ocasionou um rompimento entre o Partido Popular pequeno-burguês e os eisenachianos pois os últimos se negaram a se distanciar da Resolução da Basileia, embora aqui também se deva destacar que W. Liebknecht tinha muito medo do rompimento e tentou, sem sucesso, evitar a discussão. Engels apoiou os eisenachianos ilimitadamente, como, por exemplo, no prefácio de abril de 1870 em "A Guerra Camponesa na Alemanha". Ver também a declaração de saída de Marx da Associação Operária na carta a C. Speyer de 23.11.1868, MEW, livro 16, pg., e o Relatório do Conselho Geral ao IV Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, MEW, livro 16, pg. 380.

mesmo antes que o seu caráter oco seja revelado pela experiência. Ou a classe operária é revolucionária ou ela não é nada. (MEW, livro 31).

A luta entre os lassalianos e os eisenachianos dizia respeito, entre outras, às questões dos sindicatos e da greve, cuja organização a classe operária alemã levou a cabo espontaneamente no final dos anos 60. A burguesia liberal tentava desviar esse processo pela formação dos assim chamados "sindicatos liberais"¹, onde deveria prevalecer a "harmonia entre o capital e o trabalho". Schweitzer, por seu lado, tentava fundar os "operariados", que deveriam ser apêndices de sua ADAV, enquanto os eisenachianos tentavam criar "cooperativas sindicais", que correspondessem às necessidades da luta de classes, conduzindo tanto a luta econômica, quanto também a política.

Os sindicatos deveriam possuir uma estrutura democrática, que pudesse levar a cabo tanto a organização dos operários, quanto a sua formação. Para isso, Bebel e Liebknecht apoiaram-se principalmente nas resoluções lançadas por Marx no Congresso de Genebra da Internacional (1868).² Engels defendeu o trabalho deles ao analisar a situação do operário alemão, quando criticou o grupo reformista em torno de Lassalle, que "queria reformar com a permissão do capital". (MEW, livro 16). Pouco mais de um ano depois, a Internacional de Cooperativas Sindicais tinha representação em todos os ramos econômicos. Esse sindicato foi o primeiro no mundo cuja direção estava sob a influência direta do marxismo. Sob pressão do sindicato, o governo da Federação da Alemanha do Norte teve que aceitar os direitos de associação e de greve (1869).

A posição oportunista dos lassalianos em relação a Bismarck levou ao seu enfraquecimento; muitos dos quadros mais experientes deixaram a Associação Operária e uniram-se ao Grupo de Eisenach (F. Mehring, "História da Socialdemocracia", livro 2). Os eisenachianos ganharam força, como podem mostrar os resultados eleitorais:

Ano	Lassalianos	Eisenachianos
1871	62.952	38.975
1874	180.319	171.351

A crise econômica e o crescimento do movimento operário pressionaram Bismarck a uma perseguição cada vez mais brutal às organizações políticas e sindicais do proletariado. Por outro lado, cresceu o ímpeto no movimento para a fusão dos partidos operários. Tudo isso culminou com o Congresso de Unificação de Gotha. Nesse congresso, os eisenachianos se "curvaram" diante dos lassalianos, cujo programa foi duramente criticado por Marx e Engels. Bebel estava preso e W. Liebknecht agia de forma precipitada nas negociações prévias, negligenciando não apenas as recomendações de Marx e Engels, como também as deliberações do próprio partido (em Coburg, julho de 1874), que definiam como pressuposto para a unificação a unidade na ação: "unificação, junção não". W. Liebknecht e o grupo de negociação dos eisenachianos não tinham em mente que se "os lassalianos estavam vindo, era porque sabiam que todo o seu partido estava em pedaços" (Engels a Bebel, maio de 1891).

¹ Por causa dos dois progressistas Hirsch e Duncker ele recebeu o nome de "sindicato hirsch-dunckeriano".

² Mais precisamente ainda, Marx abordou a questão sindical numa entrevista com o funcionário dos metalúrgicos J. Hammann (1869). Ele colocou-se contra a tutela do movimento sindical e salientou que os sindicatos deveriam ser organizados de forma independente, para abranger a massa dos trabalhadores, qualquer que fosse sua vinculação política e, assim, poder constituir-se em baluarte contra o poder capitalista. "O sindicato é uma escola do socialismo".

Os lassalianos conseguiram aprovar as suas fórmulas da "lei de bronze dos salários", do "estado livre" etc. e mesmo aí Marx e Engels não foram consultados, mas sim colocados diante de fatos consumados. Marx e Engels caracterizaram o programa como "inteiramente condenável e desmoralizante para o partido". Como o programa e sua crítica são de tremenda importância, trataremos detalhadamente dele num capítulo especial. Há que se ressaltar ainda que W. Liebknecht, Bebel e Bracke, mesmo após receberem a crítica de Gotha feita por Marx, concordaram com a unificação sem transformações.

A indústria alemã, a partir de meados dos anos 70, conviveu com uma crise agrária revelada no mercado mundial pelos preços baixos dos cereais americanos e russos. Isso levou, de um lado, à miséria de muitos camponeses pobres e a sua proletarização. De outro lado, levou também ao "protecionismo" (1879), sob o lema da "proteção à economia nacional". Isso foi concebido, entretanto, para assegurar à fração monopolista da economia alemã o mercado interno (ou seja, com preços e lucros mais altos) e, com isso, torná-la apta à concorrência no mercado mundial. Em meados dos anos 80, iniciou-se, como consequência lógica, a política colonial do Império Alemão (África do Sudoeste, Nova Guiné). Ao mesmo tempo, o governo elevou os impostos de quase todos os bens de consumo primários (açúcar, querosene) para cobrir os gastos militares.

A crescente resistência, bem como o fortalecimento do PS (em 1878, eles alcançaram 457.000 votos, apesar de fortes represálias, como a proibição das organizações por decisão judicial na Prússia, Saxônia e Baviera - 1876) e do Sindicato Unido, que, em Gotha, após a unificação dos partidos em 25.05.1875, também havia se decidido unificar em 12 associações centrais (W. Bolze, "O Caminho dos Sindicatos", publicado por Arbeiteropposition) preocupavam bastante o governo. Isso levou, em 21.10.1878, à promulgação da "Lei dos Socialistas", que proibiu todas as organizações, sociedades, órgãos de imprensa e publicações que pudessem ser associados com a propaganda socialdemocrata. O partido mostrou-se despreparado para o trabalho na clandestinidade. Muitas organizações partidárias até mesmo desapareceram diante da entrada em vigor da lei. Foi também a primeira vez na história e as primeiras experiências com a ilegalidade dos partidos operários ("Movimento Operário Alemão", livro 3).

As condições eram muito difíceis, todas as organizações sindicais, 244 associações operárias foram dissolvidas, 307 publicações não periódicas e 184 periódicos foram proibidos. A fração no Reichstag, entretanto, não foi proibida. Aqui se localizam, porém, os princípios de um fetichismo da legalidade. Esforçava-se por demonstrar agora, na fração do "pensamento público", que não se era aquele fantasma vermelho horroroso.

Engels reagiu a esse comportamento (Carta de Engels a Bebel, MEW) com sua crítica: "*Eles já estão tão tomados pela idiotice parlamentar que se acham acima da crítica*". W. Liebknecht esclarece em 17.03.1879 no Reichstag serem "*os socialdemocratas reformistas no sentido mais estrito do termo*" (livro 34, nota 498), mas também o artigo dos três zuriquenses seguem o mesmo caminho¹:

O partido mostra bem, agora sob o jugo da Lei dos Socialistas, que ele não deseja trilhar o caminho da revolução sangrenta e violenta, mas está decidido (...) a caminhar no caminho da legalidade, isto é, das reformas (...). Do mesmo modo, a defesa da Comuna tem a desvantagem, contudo, de afastar simpatizantes (...). O partido não é totalmente isento de culpa na edição da Lei de Outubro (Lei dos Socialistas), pois ele atçou o ódio da burguesia desnecessariamente.

Marx e Engels responderam com um crítica de caráter irreconciliável. Eles declararam que nada os unia com gente desse tipo:

É impossível andar junto com gente que quer retirar a luta de classes do movimento operário (...), que sempre pronuncia que os operários são incultos demais para libertarem a si próprios e só podem ser libertados de cima para baixo (...) pela pequena e grande burguesias. Assim, nada mais nos resta, (...) que nos declaremos

¹ Do artigo "Retrospectiva do Movimento Socialista na Alemanha", de Höchberg, Bernstein. Os três são Höchberg, o Secretário Bernstein e C. A. Schramm.

*publicamente contra e que anulemos a solidariedade que nós até agora temos tido no estrangeiro, em relação ao partido alemão.*¹ (MEW, Cartas a Bebel, Liebknecht, Bracke e outros, 17.09.1879, livro 34).

Como reação à posição capitulacionista da maioria dos deputados socialistas no Reichstag e também por causa do terror policial, surgiram tendências esquerdistas radicais. Seu órgão "Liberdade", sob a direção de J. Most, um antigo líder operário socialista, defendia em Londres o terror individual. Marx e Engels criticaram-no impiedosamente. O partido expulsou esse grupo no Congresso ilegal de Wyden (Suíça), em 1886. Contudo, não excluiu os três reformistas (Bernstein etc.), cuja expulsão fora exigida por Marx e Engels.

Lentamente o partido começou a construir suas organizações ilegais e uma rede de distribuição para suas publicações, sobretudo o "Sozialdemokrat" (Bernstein), que apareceu na Suíça e o "Neue Zeit", redigido em Londres por Kautsky. Bebel dirigia as conexões clandestinas da organização, que levavam a cabo, em associações culturais e esportivas, entre outras, as tarefas massivas da luta política e da solidariedade com os companheiros perseguidos.

Em outro capítulo entraremos detalhadamente nas divergências no partido durante e depois da Lei dos Socialistas. Importante é afirmar aqui que os operários alemães, em sua luta contra o terror do governo de Bismarck, opuseram-se revolucionariamente (em 1881, os socialdemocratas obtiveram 312.000 votos; em 1890, foram 1.427.000) e, por fim, ocasionaram a queda da Lei dos Socialistas, junto com o seu Chanceler de Ferro.

O movimento operário na França

A França viveu, sob Napoleão III, uma época de rápido desenvolvimento do capitalismo.² Contudo, as pequenas e médias empresas predominavam. Assim, os operários da grande indústria em Paris eram apenas 50.000 (computando os dos meios de transporte e do trânsito) num total de 442.000 operários industriais.

O Massacre de Junho (1848), bem como a repressão do governo reinante produziu severos golpes no movimento operário. O proudhoniano floresceu sob essas circunstâncias (pequenas empresas, bonapartismo). Ele encontrou grande ressonância junto ao setor manufatureiro decadente, bem como nos operários das pequenas e micro empresas.

Os artesãos viam sua salvação na ideologia pequeno-burguesa de Proudhon da "ajuda mútua" e da "sociedade justa de pequenos produtores autônomos". Hoje pode-se admirar como os operários das pequenas empresas puderam encontrar eco em Proudhon, que defendia abertamente que era contra qualquer luta política da classe operária e caracterizava a greve como "inadmissível" e "imoral". Não se deve esquecer que esses operários estavam no estágio inicial de sua maturidade política e, para outros, a situação econômica das pequenas empresas era tão miserável que esses operários associavam sua salvação com a salvação da pequena empresa. Para manter essa ilusão, o proudhoniano associava palavras a fatos, por exemplo, com a concessão de crédito sem juros do "Banco Operário", que sucumbiu, entretanto, em 1868.

¹ No mesmo sentido, carta de Marx a F. Sorge, MEW, livro 34, pg. 410.

² Os números abaixo dão uma perspectiva sobre a economia:

	<u>1852</u>	<u>1862</u>
Carvão (em toneladas)	4.904.000	10.317.000
Ferro-gusa	522.000	1.091.000
Empresas com máquinas a vapor	6.500	15.000
Ferrovias (km)	1.832 (1840)	9.439 (1860)}

Só nos anos 60 a influência do proudhonismo retrocedeu, revelando-se a sua ideologia como um instrumento inútil. O declínio acelerou-se com a sua derrota na I Internacional. Junto aos proudhonianos havia ainda um grupo sob a liderança de Armand Levy¹, vendido ao regime de Napoleão, que tentava comprar os operários com a ajuda de presentes materiais (Riazanov, "Socialistas da Polícia") e vestiu muita gente, na terrível miséria dos trabalhadores, ainda que apenas temporariamente.

Os grupos numericamente mínimos, porém "compostos de revolucionários" (cf. Riazanov) era o grupo dos blanquistas, que empreendia de fato uma encarniçada resistência a Napoleão, mas preocupava-se pouco com questões socioeconômicas. Seu principal trabalho consistia em criar pequenos grupos conspirativos para conquistar o poder por meio de um golpe de estado. O blanquismo atraiu muitos intelectuais² e jovens operários. Ele não pôde, entretanto, atrair massas mais amplas com as razões supracitadas.

No ano de 1864, foi suspensa a Lei de Chapelier³, que proibia greves e organizações operárias. O movimento sindical estava ativo, apesar dos ataques brutais da polícia contra as lutas dos trabalhadores, bem como contra os seus quadros (assassinatos de operários em greve, destruição da organização da Seção Francesa da I Internacional), seguiu-se, em 1870, a unificação de diversas organizações operárias na "Federação Parisiense da Internacional". A Guerra Franco-Alemã de 1870/71 terminou com uma devastadora derrota do apodrecido Império de Napoleão. Os operários parisienses tomaram o poder e implantaram a primeira ditadura do proletariado (a Comuna de Paris)⁴. Após a derrota sangrenta da Comuna, a classe operária, abatida, concentrou-se na luta pela anistia dos comunardos banidos ou presos (cerca de 18.000). Essa luta terminou bem sucedida com a anistia de 1879. Em outubro do mesmo ano, reuniu-se em Marselha um Congresso Operário, do qual emergiu a Federação dos Trabalhadores Socialistas, sob a liderança de J. Guesde e P. Lafargue. Nesse congresso de fundação, o partido demarcou-se fortemente em relação à burguesia e ao proudhonismo, por meio da posição de "*propriedade coletiva da terra e do solo, dos instrumentos de trabalho das minas e das matérias-primas*" (J. Braunthal, livro I).

J. Guesde procurou Marx para elaborar um programa com a sua ajuda.

Apesar dele (Marx) não concordar com alguns pontos da parte prática, nos quais os franceses insistiam por causa de seu significado para a agitação local, ele formulou toda a parte dos princípios. (Riazanov)⁵.

Esse programa foi votado no Congresso de Paris, em 1880. Entretanto, o partido ainda não estava coeso em torno dele. Já no Congresso de 1881, um grupo cindiu sob a influência tanto do anarquismo quanto do proudhonismo. Depois, seguiu-se uma discussão radical entre marxistas e reformistas. Os últimos foram liderados por P. Brousse e sustentavam ser possível (*possible*, em francês) alcançar o socialismo por meio de reformas. No Congresso de 1882, em Saint Étienne, o partido fracionou-se entre uma maioria ("possibilistas") e uma minoria (marxistas). Os possibilistas chamavam-se agora Partido Operário Socialista Revolucionário e os marxistas, Partido Operário Francês (POF), com o seu periódico "O Socialista".⁶ Os possibilistas fracionaram-se mais uma vez, em torno de uma divergência

¹ Um jornalista e amigo íntimo do irmão de Napoleão.

² Por exemplo, o futuro genro de Marx, Paul Lafargue, e C. Louguet.

³ Assim chamada por causa do membro da Convenção Isaac Chapelier, essa lei de 1791 proibia todos os sindicatos e Napoleão III a tornou ainda mais rigorosa.

⁴ Por causa de seu significado para a história mundial, ela será tratada mais pormenorizadamente num capítulo especial.

⁵ Segundo Riazanov, ele serviu de modelo para todos os programas subsequentes, dos socialistas austríacos e russos, bem como para a concepção do Programa de Erfurt dos socialistas alemães.

⁶ Ao qual Engels escreveu várias contribuições (MEW, livro 21).

sobre a questão do trabalho conjunto com as forças burguesas. A ala esquerda, liderada por Jean Alemane, conservou o nome antigo, enquanto a direita denominou-se agora Partido Operário Socialista (POS). Juntamente com esses partidos socialistas, existiam ainda muitos agrupamentos "independentes", "revolucionários" e "radicais".¹ Um dos mais importantes desses grupos era o dos blanquistas, sob a direção do comunardo Valliant (Partido Socialista Revolucionário - PSR), que tinha principalmente em Paris um grande número de adeptos, estando muito próximo do POF.

Os socialistas lutavam entre si, o que causava danos ao movimento operário. No conjunto, entretanto, a disposição revolucionária estava em ascensão.² Os partidos burgueses estavam em crise por causa da corrupção contínua e pelo desaparecimento do crédito estatal, que os enfraqueceu bastante e deu impulso aos monarquistas reacionários. O POF, por seu lado, continuava a ter ilusões na aliança com os "radicais" burgueses, para se defender dos monarquistas. Engels esforçava-se por esclarecer em inúmeras cartas a P. Lafargue a necessidade da independência dos socialistas.³

No decorrer dos anos 90, a crise do Caso Dreyfuss abalou o campo burguês. O socialista reformista Millerand foi recebido no governo burguês, cujo Ministro da Guerra era o General Galliffet, o carrasco da Comuna de Paris. Foi a primeira vez na Europa que um socialista participou de um governo burguês. Isso causou grande indignação no operariado francês e internacional. O governo empreendeu a aproximação com a Rússia reacionária e reprimiu sangrentamente as lutas operárias, o que levou à polarização dos socialistas. Em 1901, formou-se um partido revolucionário (marxistas, blanquistas, allemanistas de esquerda) e um reformista (possibilistas, independentes e allemanistas de direita), os quais, só com a colaboração da II Internacional, vieram a tornar-se um partido unificado.

Itália

A situação socioeconômica da Itália (feudalistas, aristocratas, camponeses sem terra, imenso lumpemproletariado), mas também sua tradição na luta pela libertação nacional (ligas secretas), criaram, tanto para Mazzini e Garibaldi, quanto para Bakunin, boas condições para encontrar muitos seguidores. O comportamento oportunista de Mazzini contra a Comuna foi a razão decisiva pela qual muitas organizações operárias (principalmente na Itália do Norte) romperam com ele e uniram-se à "Aliança" de Bakunin.

A crise econômica de 1873-74 foi acompanhada de duas colheitas mal sucedidas, ocasionando uma onda de fome e um ascenso do movimento revolucionário. Os anarquistas, sob a liderança direta de Bakunin, superestimaram a situação e sofreram em sua "Revolta" uma derrota catastrófica.⁴

Após uma série de aventuras mal sucedidas dos anarquistas (libertação de aldeias, atentados) e as conseqüentes represálias do governo, muitos dos anarquistas voltaram-se para a ideologia marxista.

Em 1882, formou-se o Partido Operário, sob a liderança de C. Croce e C. Lazzari, que se recusavam a qualquer atividade política dos operários, vendo a luta econômica como a única tarefa do partido. Só nove anos depois, F. Turati e Anna Kulischoff fundaram uma Liga Socialista, depois de uma série de artigos no "La Critica Sociale". Em 1892, a Liga e o Partido uniram-se no Congresso de Gênova e surgiu o novo partido (Partido dos Trabalhadores Italianos). Em 1893, o governo reacionário lançou mão de meios brutais (lei dos socialistas, perseguição...) para aplicar um golpe no movimento operário em ascensão e

¹ Grupos em torno de Millerand, Viviani, Briand, Jaurès.

² Assim, os socialistas obtiveram, em 1889, 179.000 votos e, em 1893, 440.000.

³ Num capítulo posterior, entraremos em mais detalhes sobre o desenvolvimento dos partidos socialistas e do sindicalismo franceses.

⁴ Dos 32.450 membros, tomaram parte nessa "revolta" umas poucas dúzias de pessoas.

o partido foi dissolvido. Em 1895, o Congresso do Partido reuniu-se em Parma e, a partir daí, denominou-se Partido Socialista Italiano. Sua influência na classe operária cresceu rapidamente.¹

Espanha

O desenvolvimento da indústria espanhola foi fortemente entravado no início do século XIX por causa da Guerra de Independência contra a França (1808-1814). Ao final dessa guerra, o país e principalmente a indústria estavam devastados. A situação da Espanha já era catastrófica pela perda das colônias.

Em meados do século XIX, a indústria teve um novo ascenso, mas apenas de significado relativo, pois o desenvolvimento era desigual entre as regiões e dependente da técnica e do capital estrangeiros. O fluxo de capital estrangeiro levou a Espanha a uma relação de dependência colonial. A retirada de recursos pelos capitalistas estrangeiros tornava impossível a criação de capital industrial e limitava a industrialização à Catalunha e aos Países Bascos. A burguesia agrária fortalecia-se nessa época pela acumulação de terras que comprava a preços vis (principalmente terras da Igreja). Tudo isso levou à miserabilização dos camponeses sem terra e dos operários das minas e das cidades.²

Em meados do século XIX, a Espanha proporcionava ao anarquismo um campo frutífero. Os camponeses pobres e os operários participaram na Revolução de 1868 contra a Rainha Isabella, a nobreza e a Igreja. Marx exortou os operários, pelo Conselho Geral da Internacional, a formar organizações independentes e a lutar com a ala republicana da burguesia pelo próximo objetivo, que era o da república democrática. Em fevereiro de 1873, o parlamento votou por maioria esmagadora na implantação da república. Como reação a isso, o General Pavia derrubou o parlamento e entregou o governo à reação. Bakunin enxergou essa situação como própria para a revolução social, tendo surgido sob sua influência indireta os primeiros círculos anarquistas em Madrid e Barcelona (1869).

P. Lafargue havia fugido, após a derrota da Comuna, para a Espanha. Com um grupo de marxistas, tentavam construir uma oposição na Aliança de Bakunin, mas foram excluídos em 1872. Eles fundaram, então, a "Seção Madrilenha". Mais importante para a história da Espanha foi, entretanto, o desenvolvimento dos sindicatos, a anarquista CNT e uma UGT mais marxista. As lutas operárias tornaram-se mais agudas e seguiram-se repressão e atentados dos anarquistas.

Em 1879, P. Iglesias fundou o "Partido Socialista Operário Espanhol", que era um grupo pequeno, mas que tinha muitos adeptos na UGT por eles criada.

Rússia

A classe operária russa já surgia no século XVIII. No começo do século XIX o movimento operário despontou, apesar do regime despótico do czar. Os primeiros círculos revolucionários surgiram em 1869, mas neles não havia operários. Em 1875, Slawski fundou, com operários, a "Liga Operária da Rússia Meridional" e, três anos mais tarde, Plekhanov e alguns operários fundaram a "Liga Operária da Rússia Setentrional".

Os principais adversários dos pequenos grupos marxistas em torno de Plekhanov, nos anos 70 e 80, foram os "narodnikis", com os seguintes principais pontos de divergência:

¹ Os resultados eleitorais podiam proporcionar um panorama: 1892 – 26.000; 1897 – 135.000; 1904 – 175.000 (M. Beer, "História Geral do Socialismo e das Lutas Sociais", pg. 597).

² J. Guisado, "O Desenvolvimento Econômico da Espanha", Bremen 77.

1. Os narodnikis defendiam, ao contrário dos marxistas, o ponto de vista de que a Rússia, em contraposição à Europa, poderia queimar a etapa do desenvolvimento capitalista. Eles consideravam a comuna rural como núcleo do comunismo e, por isso, viam os camponeses como força revolucionária decisiva. Os marxistas, ao contrário, acentuavam o papel de vanguarda do proletariado e a necessidade de um desenvolvimento capitalista na Rússia.
2. Os narodnikis defendiam o terror individual. Em seu desenvolvimento, os marxistas distanciaram-se dessa posição e defenderam apenas o terror das massas.
3. Plekhanov foi o primeiro marxista que falou da hegemonia do proletariado, justamente no Congresso de Paris da Internacional, em 1889. Lênin acentuou essa posição contra os narodnikis (1894).

A luta na fase do marxismo legal

Cerca de dez anos depois da fundação do primeiro grupo marxista, o "Grupo da Emancipação do Trabalho", o marxismo pôde ampliar-se legalmente, graças ao renascimento de um forte movimento operário. Ele cristalizou-se em duas direções: uma sob a liderança de Lênin e Plekhanov e outra, sob a liderança de Struwe e Tugan-Baranowski. Ambas combatiam os narodnikis. A ala revolucionária (Lênin, Plekhanov) enxergava, junto com a luta contra os narodnikis, a organização dos operários num partido próprio como a tarefa principal, enquanto o grupo de Struwe concentrava-se na luta contra o czarismo e não na luta contra a burguesia. Enquanto Plekhanov se afirmava como teórico brilhante na luta contra os narodnikis, Lênin concentrava-se nas questões político-sociais e na organização do partido. Para se ter um quadro do movimento operário russo, apresentamos aqui os números sobre os trabalhadores em greve: 1881-1886: 80.000; 1895-1899: 450.000.

Em 1887, foi fundada a Liga dos Operários da Polônia e da Lituânia, conhecida posteriormente como "Bund". Ela teve um papel de destaque na fase da criação do Partido Social democrata Russo, cujo I Congresso, em 1898, deu-se em Minsk, o centro do Bund.

.....

Dificuldades semelhantes também ocorreram quando do surgimento dos partidos socialistas na Polônia, Áustria, Hungria, Inglaterra e Bulgária. As tendências e os fracionamentos desses partidos ajustavam-se às realidades nacionais dos respectivos países, que aprenderemos ainda mais de perto na discussão sobre a II Internacional.

Literatura:

Riazanov

Mehring

Braunthal

História do Socialismo

Zinoviev

MEW

Lênin

Max Beer

Bebel

Aula VII

A COMUNA DE PARIS

Aula VII

A COMUNA DE PARIS

Estrutura

1. Desenvolvimento da luta de classes na França
2. A guerra franco-alemã
3. A República de Setembro
4. A Comuna
 - 4.1. Crônica da Comuna de Paris
 - 4.2. Principais medidas da Comuna
 - 4.3. Os erros da Comuna
 - 4.4. A derrota
5. Conseqüências da derrota da Comuna para o movimento operário europeu¹

1. Desenvolvimento da luta de classes na França

Para podermos conhecer e tratar do significado e das lições da Comuna de Paris, um dos temas de discussão mais ricos e importantes no decorrer da luta de classes², precisamos contemplá-la no seu contexto histórico. Em dois capítulos anteriores, "O Tempo da Reação" e "A Primeira Internacional" já nos havíamos referido às tendências mais importantes no movimento operário francês, principalmente às divergências na I Internacional entre Marx e os proudhonistas franceses e às figuras e idéias de Proudhon e Blanqui. Entretanto, precisamos ainda contemplar o desenvolvimento da luta de classes na França, de forma a entender como a Comuna pôde surgir exatamente ali e porque ali também teve que sucumbir. A resposta a essas perguntas encontram-se no grau de desenvolvimento do capitalismo francês³, da classe operária como classe em si e como classe organizada.

Na Grande Revolução Francesa de 1789, os operários franceses apoiaram os objetivos da burguesia revolucionária, sem que seus interesses próprios de classe pudessem vir a se expressar.

¹ Essa parte não chegou a ser desenvolvida na cópia disponível.

² "No início da manhã de 18 de março de 1871, uma parcela ativa da população de Paris resistiu à tentativa de trasladar os canhões da Guarda Nacional da capital para a sede do governo francês de Thiers. Em 28 de maio, caíram os últimos combatentes contra as tropas do governo nas barricadas dos bairros operários de Paris. Entre ambas as datas, situa-se um acontecimento que desde então foi mostrado, analisado e avaliado em centenas de livros, brochuras e artigos: a Comuna de Paris do ano de 1871. Quase nunca uma imagem esboçada por opositores ou simpatizantes contemporâneos e, posteriormente, por historiadores e políticos, iguala-se uma à outra. As diferenças não se situam apenas no julgamento geral da Revolução de 18 de março, que depende evidentemente do respectivo autor, mas dizem respeito à descrição e ordenação de quase todas as pessoas, organizações e instituições, medidas e omissões importantes que tiveram um papel durante a Comuna e em seus antecedentes. Nos últimos noventa anos, as "lições da Comuna" foram sempre objeto de esforços para justificar posições ou caminhos políticos: dos expoentes da reação europeia, como, por exemplo, Bismarck, para fundamentar medidas de perseguição ao movimento operário, como por líderes de diferentes correntes socialistas, primeiramente por Marx e Bakunin, para colocar a luta contra a ordem burguesa numa determinada tradição e definir sua estratégia e tática." Klaus Meschat, "Die Pariser Kommune von 1871", Colônia, 1971.

³ NT: Linha destacada na margem, provavelmente por Érico Sachs. Anotado a mão: "e o grau de desenvolvimento".

No reinado de Luís Felipe, por volta de 1830, eles já haviam atingido um mínimo de independência e maturidade, de forma a não mais se contentar com o apoio à oposição burguesa e ao exigir a "república social". Uma reivindicação de fato impossível, pois, em primeiro lugar, a idéia de "república social" era tudo menos precisa e, em segundo lugar, o proletariado naquele tempo ainda era fraco demais para conseguir impor qualquer reivindicação contra a burguesia. Em contrapartida, eles apoiaram de novo a burguesia, até mesmo com armas, quando se tratou da queda de Luís Felipe. A burguesia depois os agradeceu por isso, após a instalação da república, quando promoveu o desarmamento completo do proletariado.

O período republicano que se seguiu foi caracterizado por duas marcas essenciais:

- 1) A burguesia permitiu ao proletariado se organizar.
- 2) A economia do país encontrava-se numa severa crise. Massas de desempregados foram a consequência.

Primeiro, o governo tentou apaziguar os desempregados com promessas que não se realizaram; finalmente, o plano de banir os desocupados para províncias distantes foi entendido justamente como pura provocação. A consequência dessa política foi o levante de junho de 1848.

A burguesia, militarmente superior e tendo calculado o levante, derrotou-o sangrentamente. Todas as associações operárias foram destruídas. A jornada de trabalho operária foi elevada para 10 horas em Paris e 11 nas províncias.¹

Mas, "se o proletariado não podia ainda governar a França, a burguesia também já não o podia mais. Ao menos não naquela época, com uma maioria ainda monarquista e fracionada em três partidos dinásticos e um quarto, republicano. Suas brigalhadas internas permitiram ao aventureiro Luís Bonaparte se apossar de todos os postos do poder – Exército, Polícia, máquina administrativa – e, em 2 de dezembro de 1851, arrombar a última fortaleza da burguesia, a Assembléia Nacional"², proclamando o Segundo Império.

O Segundo Império, isto é, o governo de Luís Bonaparte, também conhecido como Napoleão III ou Luís Napoleão, de um lado, teve como consequência a perda do poder político direto da burguesia, porém, por outro lado, favoreceu "a especulação e a atividade industrial, em suma, a ascensão e o enriquecimento do conjunto da burguesia de uma maneira até então inédita."³ Bonaparte tentou, ao mesmo tempo, ganhar e controlar as massas operárias. Como a conjuntura era favorável, os salários se elevaram e apareceram novas oportunidades de trabalho. Apesar de, durante todo o Segundo Império, estarem proibidas as organizações políticas da classe operária, o governo favoreceu a fundação de sociedades de crédito, associações de produção e consumo, em cuja cúpula estavam pessoas insuspeitas ao governo. Republicanos e socialistas puderam utilizar secretamente essas organizações para levar adiante suas atividades políticas.⁴

Até aqui, o panorama histórico.

As tendências políticas, que tinham influência na classe operária francesa nos anos sessenta e setenta, são a seguir diferenciadas:

- a) As idéias do jacobinismo renovado, que reviviam as tradições dos republicanos radicais de 1789 e 1848.

¹ NT: Linha destacada na margem, provavelmente por Érico Sachs.

² Engels, "Einleitung zur Bürgerkrieg in Frankreich" ["Introdução à Luta de Classes na França"], AW, páginas 444-5.

³ Ibid.

⁴ NT: Linha destacada na margem, provavelmente por Érico Sachs.

- b) O blanquismo. Seu líder era o grande revolucionário Auguste Blanqui. Seu objetivo era uma ditadura do proletariado, que deveria decidir sobre vida e morte. A luta deveria ser organizada de forma conspirativa, a conspiração e o golpe de surpresa eram os caminhos do sucesso. Na noite da tomada do poder a massa do povo deveria ser ganha para o socialismo e se *"agrupar em torno do pequeno grupo dirigente"*.¹ *"Os blanquistas eram então, em grande medida, socialistas portadores apenas de um instinto proletário, revolucionário."*² O blanquismo exerceu um grande papel por quase 60 anos no movimento operário francês, *"organizou a luta nas ruas contra Luís Felipe, conduziu o proletariado à luta sob o Segundo Império e, finalmente, teve um papel dirigente na Comuna."*³ Justamente porque os blanquistas trabalhavam mais como práticos do que como teóricos, eles representavam para a burguesia um perigo a ser levado a sério e por isso foram submetidos a constantes perseguições.
- c) A terceira corrente era o proudhonismo, que já abordamos no 5º Capítulo. Entretanto, deve-se ressaltar que a ala esquerda do proudhonismo difundiu as idéias da I Internacional na França. Eles fundaram seções da Internacional por toda a parte, distanciaram-se decididamente, sob a influência das lutas de classes, das idéias de Proudhon, acentuaram a necessidade da luta política e colocaram a questão do poder para o proletariado na ordem do dia. A esquerda proudhonista foi exposta a uma perseguição duradoura, que eles utilizaram para difundir suas idéias, como na agitação nas salas dos tribunais.

As correntes descritas estavam concentradas em Paris, o que foi condicionado pela organização centralizada da França, que proporcionou à capital o maior desenvolvimento industrial. Havia de fato outros importantes centros industriais, como Lyon e Marselha, mas, quanto ao resto, podia-se falar de um país "rural". Os operários franceses tiveram como aliados de classe, muitas vezes na história, a pequena-burguesia progressista – os jacobinistas – mas o que nunca conseguiram foi ganhar o campesinato. Os pequenos camponeses franceses, que agradeciam sua propriedade à Grande Revolução Francesa, eram desde aquela época aliados da burguesia.

2. A guerra franco-alemã

O Segundo Império apelava para o chauvinismo francês. O governo de Bonaparte necessitava de uma propaganda permanente em prol da recuperação das fronteiras do Primeiro Império, perdidas em 1814. Para conservar vivo o chauvinismo, Napoleão III precisava de guerras temporárias e da expansão das fronteiras. O território que mais deixava saudades para os chauvinistas franceses era a margem esquerda do Reno. *"Dado o Segundo Império, a devolução da margem esquerda do Reno, de uma vez ou por partes, era apenas uma questão de tempo. Esse tempo chegou com a guerra austro-prussiana de 1866; enganado por Bismarck e por sua própria política esperta de vacilação quanto à aguardada 'indenização territorial', não restava nada mais agora a Bonaparte que a guerra, que estourou em 1870..."*⁴

A Internacional produziu duas mensagens sobre a guerra franco-alemã. Todas as duas foram de autoria de Marx, aprovadas pelo Conselho Geral e publicadas. A Primeira Mensagem, de 23 de julho de 1870, ou seja, quatro dias após o início da guerra, condenava, em primeiro lugar, as perseguições aos operários e, principalmente, aos

¹ Engels, "Einleitung zur Bürgerkrieg in Frankreich" ["Introdução à Luta de Classes na França"], AW, página 451.

² Ibid, página 449.

³ "Pariser Komune 1871. Berichte und Dok. von Zg." [A Comuna de Paris de 1871. Relatos e Documentos de Testemunhas"], página 70.

⁴ Engels, *ibid.*, pág. 445.

internacionalistas da França, por causa de sua campanha contra a guerra e contra o plebiscito. Este tinha como função legitimar internamente a guerra a ser empreendida externamente pelo governo despótico. Toda a oposição (Thiers inclusive) negou-se a conceder dinheiro para a guerra.

Os operários franceses desaprovaram a guerra, caracterizada como uma guerra de agressão por parte de Napoleão III e declararam sua solidariedade aos operários alemães por diferentes meios: manifestações de paz, manifestos, etc. Os distritos rurais, com sua "pesada ignorância"¹, foram aqueles que se deixaram manipular e votaram a favor da guerra no plebiscito. A Mensagem, porém, sentenciava com uma clareza profética: "*Qualquer que seja o desenrolar da guerra de Luís Bonaparte contra a Prússia, o sino funerário do Segundo Império já soou em Paris.*"²

Mais adiante, a Mensagem esclarecia que a guerra seria uma guerra de defesa do lado alemão. Ela advertia, entretanto, com relação à Prússia e diante da possibilidade de que a guerra pudesse ser transformada numa guerra contra o povo francês. A única garantia contra isso seria a classe operária alemã. Também os operários alemães se solidarizaram com os operários franceses e condenaram o caráter dinástico da guerra, que não teria nada a ver com as questões operárias. Contudo, lutavam os operários industriais e os trabalhadores agrícolas alemães pela libertação da Alemanha e da Europa da opressão do Segundo Império.

Por último, a Mensagem mostrava que, em segundo plano, a Rússia se beneficiava da guerra. Mais adiante, referia-se a que também os operários ingleses haviam declarado solidariedade com os operários alemães e franceses.

A Segunda Mensagem foi aprovada pelo Conselho Geral da I Internacional em nove de setembro de 1870, isto é, cinco dias após a implantação da República na França. A guerra defensiva havia terminado para a Alemanha com a rendição de Luís Bonaparte, a capitulação de Sedan e a proclamação da República em Paris. A partir daí, mudou o caráter da guerra. Tornou-se uma guerra de agressão contra a França. A coroa prussiana contava com o apoio da classe média alemã, que queria anexar a Alsácia e a Lorena, sob o argumento de que o povo dessas duas regiões se sentia alemão. Entretanto, Estrasburgo estava há seis dias sendo bombardeada pelos alemães, sem sucesso.³ A Segunda Mensagem denunciava também que, enquanto a classe média alemã via as fortificações de Metz e de Estrasburgo como um perigo para a sua segurança, aceitava sem maiores problemas as fortificações russas em Varsóvia, Modlin e Ivangorod. O enfraquecimento da França levava, em última instância, ao fortalecimento da Rússia⁴. Somente os operários alemães, que haviam defendido seu país contra o ataque do Segundo Império francês, protestaram contra a anexação da Alsácia e da Lorena. Eles exigiam uma "paz honrosa", o reconhecimento da República Francesa e a entrega de Luís Bonaparte à república.⁵

A I Internacional saudou também a proclamação da República na França e conclamou, com base no exemplo da classe operária inglesa, todas as suas seções a exigir de seus governos o reconhecimento da República e a se colocarem elas próprias ativamente contra a guerra. A Segunda Mensagem, entretanto, mostrava também que os operários franceses encontravam-se numa situação extremamente difícil. De um lado, eles tinham que defender seu país contra o ataque prussiano e, para isso, apoiar o novo governo; de outro lado, esse novo governo era formado em parte por orleanistas (antigos monarquistas) e em parte por

¹ Marx, Primeira Mensagem, AW, página 456.

² Id.

³ NT: Aqui segue uma frase manuscrita ininteligível.

⁴ Segunda Mensagem, AW, página 465.

⁵ Manifesto da Comissão Central do Partido Operário Socialdemocrata Alemão de 5 de setembro de 1870.

republicanos burgueses. Resumindo, o novo governo era formado por inimigos da classe operária e podia servir até como governo de transição para uma restauração monarquista.

3. A República de Setembro

A República foi proclamada em quatro de setembro. O Governo era denominado de Defesa Nacional, e esta deveria ser também a sua obrigação. Mas como era possível defender a França sem armar os operários? Entretanto, homens do governo como o General Trochu, o estadista Thiers e Jules Farbe como Ministro do Exterior temiam muito mais os operários que as tropas de ataque alemãs. Em cinco de setembro, eles já sabiam que a guerra, nessas circunstâncias, estava perdida, mas a propaganda que faziam ia exatamente na outra direção. Eles negavam a derrota e falavam ainda em resistência até o fim.

Nessa situação de emergência *“todos os parisienses capazes de empunhar armas estavam engajados na Guarda Nacional (...), de tal forma que os operários formavam agora dentro dela a grande maioria”*¹ Em 31 de outubro, irrompeu a contradição entre o governo burguês e o proletariado armado, quando os batalhões operários assaltaram o Hôtel de Ville e prenderam uma parte dos membros do governo. Como os operários já clamavam pela Comuna, o governo usou falsas promessas e traição e, *“para não provocar a eclosão de uma guerra civil dentro de uma cidade sitiada por um exército estrangeiro, deixou-se o governo em funcionamento.”*²

Em 28 de janeiro de 1871, Paris capitulou. A capitulação de Paris entregava à Prússia não apenas a capital, mas toda a França. A capitulação de Paris fez irromper a guerra civil. *“A Guarda Nacional conservou suas armas e seus canhões e entrou apenas em estado de cessar-fogo com o vencedor”*³. *“Então, mais de um terço do país estava nas mãos do inimigo, as comunicações da capital com as províncias estavam cortadas, todos os meios de transporte, desorganizados. Era impossível, sob essas circunstâncias, eleger uma verdadeira representação da França, mesmo que houvesse tempo suficiente para a preparação. Exatamente por isso, a capitulação condicionou que uma assembléia nacional seria eleita num prazo de oito dias, de modo que a notícia sobre as eleições propostas só chegou a muitas partes da França no dia anterior.”*⁴ E essa Assembléia deveria decidir sobre guerra e paz e concluir um acordo de paz. Ela se deu em Bordeaux e Marx a denominou de *“assembléia dos aristocratas rurais”*. Com maioria orleanista, os *“patriotas”* decidiram o seguinte:

- 1) Aceitação do que foi exigido pela Prússia: cinco bilhões de francos e juros de 5% sobre as prestações não pagas;
- 2) Desarmamento de Paris;
- 3) Nomeação de ministros orleanistas;
- 4) Lei por causa da deterioração das letras de câmbio e dos aluguéis, que ameaçava levar à falência a indústria e o comércio de Paris;
- 5) Imposto de dois centimos por cada exemplar de qualquer material impresso;
- 6) Pena de morte contra Blanqui e Flourens;
- 7) Repressão aos periódicos republicanos;
- 8) Transferência da Assembléia Nacional para Versailles;
- 9) Renovação do estado de sítio;

¹ Friedrich Engels, *“Einleitung zur Bürgerkrieg in Frankreich”* [“Introdução à Luta de Classes na França”], AW, página 445.

² Id., página 446.

³ Ibid.

⁴ Karl Marx, *“Der Bürgerkrieg in Frankreich”* [“A Guerra Civil na França”], AW, pág. 475.

- 10) Nomeação do herói de dezembro Vinoy para governador, do gendarme Valentin para prefeito de polícia e do general jesuíta D'Aurelle de Paladines para Comandante Supremo da Guarda Nacional de Paris.

O único obstáculo no caminho dessa conspiração contra-revolucionária era Paris. Ou, melhor dizendo, o operário armado parisiense com o apoio da pequena-burguesia revolucionária. Eles não aceitaram as resoluções de Bordeaux e decidiram eleger seu próprio governo. Foi o próprio Thiers quem provocou o rompimento total. Marx disse: *"Portanto, o próprio Thiers desencadeou a guerra civil quando expediu Vinoy à frente de um monte de sargentos de polícia e de alguns regimentos de linha para um saque noturno contra Montmartre para lá, de surpresa, capturar os canhões da Guarda Nacional. É conhecido como essa tentativa provocou a resistência da Guarda Nacional e o conagraçamento das tropas com o povo."*¹ Era o dia 18 de março e no mesmo dia a Guarda Nacional ocupou o Hôtel de Ville, fugindo a administração e as tropas do governo para Versalhes. O dia 18 de março significou o início da Comuna de Paris.

4. A Comuna

4.1 Crônica da Comuna de Paris²

- 18 de março: Tentativa das tropas do governo de confiscar os canhões da Guarda Nacional conduz ao levante. A administração e as tropas do governo fogem para Versalhes. O Comitê Central da Guarda Nacional ocupa o Hôtel de Ville.
- 19 de março: Proclamação do Comitê Central: eleição na Comuna em 22 de março, reconhecimento das condições de paz de Bordeaux, anistia dos criminosos "políticos".
- 21 de março: A eleição é adiada para 23 de março, número dos membros da Comuna: 90. A imprensa burguesa, os prefeitos distritais e os deputados conclamam ao boicote eleitoral.
- 22 de março: O Comitê Central toma medidas contra a sabotagem em massa dos funcionários. As eleições são adiadas para 26 de março, por causa de divergências com os prefeitos distritais. Manifestação contra-revolucionária na Praça Vendôme.
- 23 de março: Os prefeitos distritais tentam corromper a Guarda Nacional com oferta de pagamento de soldos. Proclamação da Comuna em Marselha.
- 24 de março: Medidas enérgicas contra a Reação. Brunelle, Eudes e Duval tornam-se comandantes. Proclamação da Comuna em Lyon.
- 26 de março: Mais de 230.000 eleitores tomam parte nas eleições.
- 27 de março: A Assembléia Nacional em Versalhes declara inválidas as eleições.
- 28 de março: Proclamação da Comuna na praça diante do Hôtel de Ville; o Comitê Central transfere seu poder à Comuna: 17 membros da Associação Internacional dos Trabalhadores, 13 membros do Comitê Central da Guarda Nacional, sete blanquistas, nove representantes da imprensa radical e do partido revolucionário, 21 representantes dos clubes revolucionários e 15 representantes da burguesia revolucionária ou moderada. Blanqui (preso em 17 de março) foi eleito mesmo ausente, Varlin eleito várias vezes.
- 29 de março: Primeira Proclamação, primeiros decretos. Dez comissões (ministérios).

¹ Idem, AW, pág. 479.

² Transcrito de P. L. Lavrov, "Die Pariser Komune vom 18. März 1871" ["A Comuna de Paris de 18 de Março de 1871"], Berlim, 1971.

- 31 de março: Decisão de que apenas os membros da Comuna poderiam presidir os distritos.
- 1º de abril: Por causa da demissão de 16 membros, foram necessárias eleições complementares.
- Dois de abril: Começo das operações de guerra entre Paris e Versalhes. Decreto sobre a supressão dos altos salários dos funcionários. Cluseret delegado para assuntos de guerra. Organização das bolsas de trabalho nos distritos.
- 3 de abril: Insucesso da primeira investida dos federados. Flourens foi morto. Decreto sobre a separação entre Estado e Igreja. Adoção das crianças dos comunardos que tombaram. Acusação contra os versalheses.
- 4 de abril: O General Duval e dois comandantes de batalhões versalheses aprisionados e mortos sem julgamento.
- 5 de abril: Decreto sobre os reféns. Fechamento dos jornais reacionários. Delegado de Assuntos Estrangeiros comunica oficialmente aos representantes diplomáticos a formação da Comuna. Queda da Comuna de Marselha. Contra-revolução nas províncias.
- 6 de abril: Conclamação da Comuna às províncias. Queima da guilhotina.
- 7 de abril: Decreto sobre a supressão do posto de general. Decreto sobre a mobilização de todos os cidadãos entre 19 e 40 anos. Dombrowski torna-se comandante.
- 9 de abril: Circular Cluseret sobre a organização interna da Guarda Nacional. Primeira Resolução de Paris. Os federados ocupam Asnières e o Castelo Bécon.
- 10 de abril: Decreto sobre a pensão das viúvas, órfãos e famílias dos federados caídos. Manifesto "Aos operários do interior" no "La Commune".
- 11 de abril: O último representante da burguesia renuncia ao seu mandato.
- 12 de abril: Decreto sobre a derrubada da Coluna Vendôme. Negociações com os versalheses sobre a troca de prisioneiros por Blanqui.
- 15 de abril: Primeiro relato no "Journal Officiel" sobre o cerco da Comuna.
- 16 de abril: Decreto sobre a transferência das fábricas abandonadas por seus proprietários aos operários. Moratória para as dívidas bancárias. Eleições complementares na Comuna.
- 17 de abril: Reorganização da Escola Superior de Medicina, abandonada pelos professores. Começo da ofensiva versalhesa; os federados recuam para a margem direita do Sena.
- 18 de abril: Organização de salas de leitura nos hospitais.
- 19 de abril: Declaração da Comuna ao povo francês.
- 20 de abril: Supressão do trabalho noturno para os padeiros. Na Assembléia Nacional de Versalhes um deputado apresenta a proposta de suspensão da guerra contra Paris e início de negociações de paz; a proposta foi recusada.
- 21 de abril: Sucesso dos federados em Clichy.
- 23 de abril: Abertura das três primeiras escolas laicas no 3º Distrito.
- 24 de abril: Discussão sobre os assuntos secretos; demissão de Rigault, nomeação de Bournet. Comissão de revisão dos julgamentos militares.
- 25 de abril: Decreto sobre a organização da Corte de Apelação e requisição das habitações vagas. Trégua de oito horas (através da "Liga dos Justos").

- 26 de abril: Registro dos convocados ao serviço militar, requisição de material de guerra. Assalto dos versalheses contra o Forte Issy.
- 27 de abril: Decreto sobre a proibição de penas sob a forma de dedução de salário.
- 29 de abril: Reclusão do diretor da Biblioteca Nacional. Tentativa de mediação dos maçons. Evacuação do Forte Issy.
- 30 de abril: O Forte Issy é reocupado pelos federados. Cluseret preso; Rossel delegado para assuntos de guerra. Gaillard-Père delegado para as barricadas.
- 1º de maio: Organização do Comitê de Salvação Pública. Assalto dos versalheses à Estação Clamart.
- 2 de maio: Reorganização da frota fluvial da Comuna.
- 3 de maio: Massacre de prisioneiros federados pelos versalheses.
- 4 de maio: Decreto sobre a supressão do dever de juramento. Relato da Comissão de Finanças. Combate pelo Forte Vanves.
- 5 de maio: Fechamento de outros jornais reacionários. O Comitê Central da Guarda Nacional é chamado para a condução administrativa na Delegação de Guerra.
- 6 de maio: Decreto sobre a devolução dos objetos penhorados. Circular da Delegação de Educação sobre a abertura da primeira escola profissional. Manifesto das mulheres para a defesa da Comuna.
- 8 de maio: Preço fixo do pão. Ultimato de Thiers à Comuna. Os versalheses proíbem o congresso das cidades republicanas planejado para Bordeaux, que pretendia tomar posição sobre a guerra civil. Evacuação do Forte Issy.
- 9 de maio: Rossel demite-se e foge no dia seguinte.
- 10 de maio: Delescluze delegado para assuntos de guerra.
- 11 de maio: Decreto sobre a destruição da casa de Thiers e a apreensão dos seus bens. Fechamento de outros jornais reacionários.
- 12 de maio: Descoberta de uma conspiração contra-revolucionária. Revisão de todas as encomendas dadas a empresários privados; encomendas apenas aos sindicatos de operários. Decreto sobre juizados civis e sobre o despacho simplificado de assuntos judiciais.
- 13 de maio: Organização dos comissariados de polícia nos distritos individuais. Forte Vanves é evacuado, uma canhoneira dos federados afunda.
- 14 de maio: O Delegado de Educação exige medidas contra a sabotagem escolar.
- 15 de maio: Introdução da identidade pessoal. Conclamação por socorro às cidades da França.
- 16 de maio: Derrubada da Coluna Vendôme. 22 membros da Comuna (a minoria socialista) declaram sua retirada da Comuna. Nomeação de comissários civis para a condução dos exércitos em operação da Comuna.
- 17 de maio: Retorno de uma parte da "minoria" à Comuna. Discussão sobre o emprego de medidas de terror, provocada pelo assassinato de uma enfermeira pelos versalheses. Resolução sobre a aplicação do decreto sobre os reféns. Fábrica de munições dos federados vai pelos ares por causa de ato de sabotagem dos versalheses. Circular sobre a instalação das escolas profissionais. Igualdade das mulheres legítimas e ilegítimas em relação às pensões.
- 18 de maio: Fechamento de outros jornais reacionários e proibição de fundação de novos enquanto durasse a guerra.
- 19 de maio: Decreto sobre o combate à corrupção e o suborno. Introdução de uma comissão de controle para o exame da contabilidade.

- 20 de maio: Decreto sobre a transferência dos teatros privados aos coletivos de artistas. A Seção Parisiense da Associação Internacional dos Trabalhadores aprova a posição da minoria, mas exige ao mesmo tempo a unidade na Comuna.
- 21 de maio: Organização da comissão para a educação feminina. Os versalheses penetram pela Porta de Saint Cloud. Proclamação de Delescluzes à Guarda Nacional. Última reunião oficial da Comuna de Paris.
- 22 de maio: O Comitê de Salvação Pública chama os cidadãos às armas.
- 23 de maio: Combates nas ruas. Conclamação aos soldados versalheses. Massacre dos prisioneiros federados; execução dos quatro primeiros reféns como resposta.
- 24 de maio: O Comitê Central da Guarda Nacional propõe a conclusão da paz. A Comuna deixa o Hôtel de Ville e transfere-se para a prefeitura do 11º Distrito. Último número do "Journal Officiel". Queda de Dombrowski. Prisão e execução do procurador da Comuna, Rigault.
- 25 de maio: A maior parte da cidade nas mãos dos versalheses. Transferência da Comuna para a prefeitura do 20º Distrito. Última proclamação da Comuna. Queda de Delescluze.
- 27 de maio: Os versalheses ocupam Belleville, Chaumont e o Cemitério Père Lachaise.
- 28 de maio: Às 11 horas, cai a última barricada. Varlin executado. Só nas últimas semanas de maio foram transportados de Paris 17.000 cadáveres.

4.2 As principais medidas da Comuna

Não se trata agora de uma lista das medidas que podemos ler na Crônica, mas de apurar por que essas medidas serviram como primeiro exemplo e escola de um estado proletário. A partir desse momento, o socialismo não era mais uma utopia; Marx pôde analisar a Comuna de Paris como a primeira experiência histórica de uma revolução socialista e Engels disse: *"Pois é, os senhores queriam saber como seria essa ditadura? Olhem para a Comuna de Paris. Ela foi a ditadura do proletariado."*

De um lado, a Comuna destruiu a velha máquina do estado e suprimiu o Exército e, de outro lado, substituiu-os imediatamente por novas formas de organização democráticas. *"Em primeiro lugar, ela ocupou todas as posições administrativas, judiciárias e educacionais por meio de eleições com direito geral de voto dos participantes e revogação a qualquer momento pelos mesmos participantes. E, em segundo lugar, pagava por cada serviço, alto ou baixo, apenas o salário que os outros operários recebiam."*¹ Com isso, eles impediram a corrida aos cargos, mas, o mais importante, eles criaram um sistema no qual o poder se concentrava nos conselhos e todos os funcionários e juízes estavam sob o controle desses conselhos e podiam ser a qualquer momento destituídos. No lugar do Exército, braço armado da burguesia, eles armaram os cidadãos que era a única garantia da defesa da Comuna contra seus inimigos e também a única garantia para a consecução das medidas revolucionárias.

A Comuna também implantou de forma consequente a separação da Igreja do Estado.

Do ponto de vista econômico, o decreto mais importante da Comuna foi ter *"ordenado uma organização da grande indústria e mesmo da manufatura, que não apenas se baseava na associação dos operários em cada fábrica, como também deveria unificar todas as cooperativas numa grande associação."*² Segundo a análise de Marx, essa organização deveria levar ao comunismo.

¹ Friedrich Engels, "Einleitung zur Bürgerkrieg in Frankreich" ["Introdução à Luta de Classes na França"], AW, página 452.

² Id., página 450.

4.3 Os erros da Comuna

Todos os historiadores e analistas da Comuna, como Marx, Engels, Bakunin e Lavrov, são unânimes em criticar dois erros da Comuna. Devemos conhecê-los, mas sem esquecer que essa foi a primeira experiência histórica de uma revolução proletária, de forma a também aprender com esses erros, pois os erros também significam uma experiência.

Após a derrota que as tropas de Thiers sofreram em 18 de março, as forças militares dos versalheses estavam fracas e desorganizadas. Nesse momento, a Guarda Nacional poderia ter marchado para Versalhes e terminado definitivamente com o "governo republicano". Mas, em vez de aceitar a guerra civil aberta por Thiers, foi dado mais tempo para a defesa e a reorganização das forças reacionárias. Eles também permitiram durante todo o tempo que os cidadãos pudessem transitar livremente entre Paris e Versalhes. O outro erro, que para nós é quase inacreditável, é que eles não tocaram no Banco da França. Todo o dinheiro e o ouro da burguesia francesa estavam lá, o que teria sido o mais importante meio de pressão sobre o regime de Versalhes no interesse da paz com a Comuna. Os parisienses passavam fome e o dinheiro da expropriação do seu trabalho restava intacto para a burguesia. A generosidade dos comunardos foi seu maior erro.

4.4 A derrota

A comunicação dos comunardos com as províncias era praticamente impossível. Os versalheses, entretanto, faziam intrigas contra a Comuna em todos os pontos do país; não obstante, diversas cidades exigiram a paz com a Comuna. Mas não ocorreu nenhum levante, apesar de a revolução ter sido iminente em Marselha e Lyon. As forças reacionárias puderam se reorganizar militarmente e juntaram-se ao exército prussiano, depois de terem assinado um acordo de paz indigno; em 28 de maio de 1871 caíram nas barricadas os últimos combatentes contra as tropas do governo. A resistência dos operários e pequeno-burgueses foi até o final. Durante a Comuna, Paris foi permanentemente bombardeada, o que veio depois foi o massacre.

Aula 8

AS DIVERGÊNCIAS SOBRE O REVISIONISMO NA SOCIALDEMOCRACIA ALEMÃ

Aula 8

AS DIVERGÊNCIAS SOBRE O REVISIONISMO NA SOCIALDEMOCRACIA ALEMÃ

Até o final do século passado¹, formara-se dentro do SPD² uma direção sob a liderança de Eduard Bernstein, que exigia abertamente uma revisão dos ensinamentos desenvolvidos por Marx e Engels sobre as leis do desenvolvimento capitalista.

Os revisionistas contestavam a validade de afirmações fundamentais da teoria marxista, como a teoria das crises e da miséria crescente, do aguçamento das contradições de classe e da necessidade da libertação da sociedade pela revolução proletária.

Eles defendiam a concepção de que estavam dadas objetivamente as condições no capitalismo para um crescimento progressivo na direção do socialismo. Esse caminho seria trilhado com a ajuda dos sindicatos e de parlamentos democráticos.

Com o objetivo de resolver as contradições internas do SPD, foram realizados principalmente o Congresso de Hannover, em 1899, e os congressos seguintes até 1903 em Dresden. O Congresso de Hannover significou um "marco" na história da socialdemocracia. Nessa discussão criou-se o germe para a cristalização de três correntes dentro da socialdemocracia, que determinarão as lutas seguintes: a ala direita (revisionistas, oportunistas), a ala esquerda (marxistas) e o centro, sob a direção de Kautsky.

Para o Congresso de Hannover foram apresentados dois documentos, a partir dos quais o debate sobre o revisionismo pode ser mostrado. Um deles, de autoria de Eduard Bernstein, "*Os Pressupostos do Socialismo e as Tarefas da Socialdemocracia*", e o outro, a resposta da ala revolucionária, escrito por Rosa Luxemburgo, "*Reforma Social ou Revolução*".

Sobre o surgimento do reformismo na socialdemocracia alemã

A consolidação do marxismo na socialdemocracia alemã, da mesma forma que em todos os partidos operários europeus, não se impôs repentinamente, mas foi um processo longo da luta e da organização da classe operária como um partido de classe independente. A estratégia e tática marxistas, que tiveram o seu início com o "Manifesto Comunista" no início da Revolução de 1848, foram desenvolvidas depois pelos comunistas de distintas maneiras, sob condições nacionais específicas, tradições históricas e respectivas velocidades do desenvolvimento capitalista em cada um dos países.

Na Alemanha, o capitalismo se desenvolveu forte e rapidamente após as três guerras levadas a cabo com sucesso pela Prússia e a unificação nacional. Da mesma maneira, cresceu o proletariado. A classe operária alemã havia se organizado nos anos 60 até o Congresso de Unificação de Gotha em dois partidos. Um liderado por Lasalle e o outro, por Wilhelm Liebknecht e August Bebel (lasallianos e eisenachianos). A origem da divisão assentava-se nas distintas avaliações das relações de classes. Daí resultou a diferente tática dos dois partidos em relação ao governo de Bismarck. Isso se revelou na questão da unidade nacional.

Lasalle concluía do fato de que a classe operária alemã ainda era fraca demais para lutar independentemente por uma república democrática, trilhando o caminho revolucionário, que a classe operária tinha que se subordinar a Bismarck nessa questão. Sua tática era a de fazer concessões a Bismarck, apoiando-o na questão da unidade nacional sob a forma

¹ NT: Refere-se ao século XIX.

² NT: Partido Socialdemocrata alemão.

junker-prussiana, e ser recompensado com legislação sobre questões operárias, como seguro social, jornada de 10 horas, etc. E, além disso, concessão de créditos estatais para suas propagandeadas cooperativas de produção e de consumo. Os eisenachianos defendiam de forma consequente nessa questão o caminho revolucionário para alcançar a unidade nacional e não faziam nenhuma concessão a Bismarck e ao nacionalismo.

Da mesma forma, os eisenachianos lutavam decididamente por sindicatos livres. Eles combatiam a tentativa da burguesia liberal de criar sindicatos liberais, que deveriam, no lugar da luta de classes, terem como base a reconciliação com os empresários. Em vez disso, tentavam criar sindicatos independentes. Ao contrário, os lasallianos não davam grande importância aos sindicatos, pois, segundo a teoria da lei de bronze dos salários de Lasalle, a luta econômica e a melhoria dos salários não seriam possíveis. Os sindicatos deveriam, na concepção de Lasalle, ser firmemente ligados, do ponto de vista organizatório, às associações operárias e intervir em favor das cooperativas de produção e de consumo alternativas.

Em ambas as questões - caminho para a unidade nacional e sindicatos - as divergências em torno de uma tática revolucionária se inflamaram no movimento operário alemão. As ilusões reformistas dos lasallianos tornaram-se um freio para a formação de um partido operário com consciência de classe. Os eisenachianos, que defendiam na essência um ponto de vista marxista, não puderam se impor no Congresso de Unificação, apesar da superioridade numérica, em função, sobretudo, de sua imaturidade teórica.

Após a unificação dos dois partidos, cresceu o poderoso Partido Operário Socialdemocrata da Alemanha. Para destruí-lo com sucesso, as classes dominantes não conheciam outro meio melhor do que a repressão aberta com a lei "contra as pretensões da socialdemocracia perigosas ao bem comum", a Lei dos Socialistas. Foram proibidas todas as associações, sindicatos, órgãos de imprensa, impressos, que tivessem ligação com o trabalho comunista. O partido tornou-se ilegal. A única maneira de fazer propaganda e manifestações públicas era utilizando o direito universal do voto para o Reichstag (ele foi introduzido para os estados da Federação da Alemanha do Norte em 1867). Apesar da Lei dos Socialistas, que proibia as greves e impunha penas de prisão de muitas centenas de anos, perseguições e desterro contra os socialistas, o partido cresceu de forma contínua. O ritmo trienal das eleições para o Reichstag oferecia a possibilidade de fazer valer com a cédula eleitoral os desejos políticos dos operários.

Eis os números dos votos socialistas:

1871	101.927
1874	351.670
1877	493.447
1884	549.990
1887	763.128
1890	1.427.298

Como se deduz do crescimento dos votos, o governo reacionário de Bismarck não teve sucesso em impedir a expansão da socialdemocracia com o emprego de medidas persecutórias e repressivas. Ao contrário. Sob a Lei dos Socialistas, ela se tornou, de fato, o primeiro partido socialdemocrata de massas. Isso foi possível porque a socialdemocracia empregou uma nova tática revolucionária, sob difíceis condições políticas: a conjugação de meios legais e ilegais. Enquanto ela empreendia campanhas e propaganda eleitorais altamente organizadas para as eleições ao Reichstag, e utilizava o parlamento para desmascarar as leis reacionárias, por exemplo, a do protecionismo, introduzida para atender

aos interesses da indústria alemã e da produção agrária, porém encarecendo os meios de subsistência dos operários, os socialdemocratas construíam clandestinamente a rede de distribuição para seus órgãos impressos ilegalmente, construíam novos círculos operários, organizavam greves, em conjunto com os sindicatos, e distribuíam milhares de exemplares dos escritos de Marx e Engels.

A atividade parlamentar e a participação na luta eleitoral eram as únicas formas de trabalho legal do SPD. Daí ter sido transferida para a fração parlamentar no Reichstag a representação oficial do partido. Apesar de ter sido decidido no Congresso de 1880 o significado político revolucionário sob a Lei dos Socialistas (participação nas eleições apenas com objetivos de agitação e propaganda, nenhuma colaboração política com o governo no Parlamento, conservação de uma política operária independente), formou-se uma fração subordinada aos deputados socialdemocratas do Reichstag que acentuava principalmente o trabalho político na luta parlamentar e, após as eleições, olhava o resultado da votação como a medida do grau de força do partido e como possibilidade de chegada ao poder. A ala oportunista dentro da fração do Reichstag defendia a associação ao governo sempre que ele "pretendesse beneficiar o homem comum".

Em 1890, foi suprimida a Lei dos Socialistas. Os sindicatos levaram a cabo então o que não tinha sido possível fazer na fase da repressão. A situação da classe operária melhorou em termos relativos. Eles lutavam pela jornada de 10 horas e salários mais altos. Quando, em 1895, a situação de crise tinha terminado e produziu-se um crescimento econômico (o capitalismo entrava no estágio do imperialismo), essa situação despertou a visão de que as concepções de Marx sobre a ocorrência de crises cíclicas estariam superadas.

O crescimento contínuo dos votos do SPD, o sucesso dos sindicatos e a prosperidade econômica foram as bases materiais para as ilusões reformistas, que se alastraram cada vez mais no partido e nos sindicatos.

Um de seus maiores representantes foi Georg von Vollmar. Ele tinha seu bastião mais forte na Baviera, uma região pouco industrializada da Alemanha. Era a fração bávara do SPD que, contra o princípio socialdemocrata de "nenhum centavo para o governo", aprovou o orçamento da assembleia bávara e, com isso, deixou clara sua colaboração com a classe dominante. Uma proposta levada por August Bebel e 32 socialdemocratas ao Congresso de 1894 condenava a concessão em relação ao orçamento:

(...) Quanto mais os governos combatem, da forma mais violenta, os esforços socialdemocratas enquanto gerentes dos estados de classes, e lançam mão de todos os meios que lhes parecem convenientes para aniquilar se possível a socialdemocracia, então decorre como consequência necessária que os representantes do partido nas assembleias não podem dar um sinal de sua confiança nos governos, pois a aprovação do orçamento geral vale como um voto de confiança, e na votação geral têm que votar contra o orçamento.¹

A resolução foi recusada e conduziu a divergências violentas nos grupos partidários individuais e nas reuniões plenárias. Da mesma forma, foi elaborada e defendida pelos bávaros uma política agrária tendente à direita. Eles defendiam a conservação das pequenas e médias empresas no socialismo, apoiavam uma política de reformas favorável às empresas autônomas. Eram contra o ponto de vista programático fundamental do partido, que previa a socialização da terra e do solo, junto com a dos demais meios de produção. Engels participou ativamente nas discussões sobre a política praticamente reformista de Vollmar, ao escrever um artigo sobre a política agrária.²

Ele também tentou mobilizar a direção partidária para uma atitude mais dura contra as influências do campo reformista. Uma carta de Engels a Liebknecht expressa isso:

¹ "Dokumente und Materialien zur Geschichte der deutschen Arbeiterbewegung" [NT: Documentos e Materiais para a História do Movimento Operário Alemão], volume III, página 419.

² "Die Bauernfrage in Deutschland und Frankreich" [NT: A Questão Camponesa na Alemanha e na França], MEW, volume 22, pág. 483.

Você diz que V. não é um traidor. Pode ser. Que ele assim se ache, também não creio. Mas como você chama uma pessoa que exige a um partido proletário eternizar a atual situação de camponeses grandes e médios, proprietários de 10 a 15 hectares, que têm como base a exploração de criados e assalariados? Um partido proletário instituído para eternizar a escravidão assalariada (...).¹

E sobre o crescimento dos elementos pequeno-burgueses no partido, ele diz, na mesma passagem:

Agora podemos digeri-los, mas é preciso também deixar o processo de digestão agir. Para isso, é necessário ácido clorídrico. Se não houver suficiente (como Frankfurt constata), deve-se agradecer a Bebel tê-lo entornado, para que possamos digerir bem os elementos não proletários. Nisto consiste, de fato, a produção da verdadeira harmonia no partido, não em negar ou abafar cada questão da luta interna.

Nessas linhas de Engels a seu amigo de longa data Liebknecht aparece o receio dos marxistas no partido de que as tendências oportunistas dos deputados de direita no Reichstag começassem a se espalhar pelo partido, sob as novas condições geradas pelo fim da Lei dos Socialistas, e tivessem efeitos práticos. Sob as duras condições econômicas e políticas dos anos 80, foi possível à esquerda partidária manter sob controle a corrente reformista. Entretanto, a situação totalmente nova dos anos 90 deu aos reformistas novo alimento e adeptos.

As divergências com os reformistas no partido foram muito difíceis de conduzir, pois sua tática seguia a seguinte divisa: oficialmente, mostrar humildade e aceitar, para, na prática, exercer o reformismo de maneira infatigável. Sobre isso, há exemplos em quase todos os congressos desde os anos 90, até que o Programa de Erfurt tivesse sido aceito. (As votações passavam frequentemente com apenas uns poucos votos contrários, mesmo quando as resoluções dirigiam-se contra as atividades reformistas.)

O escrito de Bernstein, "*Os Pressupostos do Socialismo*", foi o primeiro fundamento teórico para o reformismo. Só depois de sua publicação a luta contra o revisionismo foi admitida e debatida publicamente.

Em uma carta a Bernstein de outubro de 1899, Vollmar escreve:

Desde Erfurt, falo pouco e ajo muito. E onde eu sou obrigado a falar, eu reflito muito sobre o que o partido pode suportar. Posso dizer que estou totalmente satisfeito com o resultado. (...) Sob esse ponto de vista de homem prático, eu nunca teria escrito o seu texto tão difamado, pelo menos não da forma como ele está.

Bernstein era até aqui uma exceção entre os reformistas, na medida em que ele tentava fornecer uma base teórica à política direitista que ele trazia. Como regra geral, conhecidos representantes do reformismo (além de Vollmar, o líder sindical Carl Legien e o secretário do partido Ignaz Bauer, entre outros) pertenciam à linha de um praticismo sem teoria, pois esta significaria mera especulação sobre o futuro, e abandonavam a problematização teórica sobre a tática dos marxistas. Consumou-se na socialdemocracia alemã um processo no qual surgia uma separação entre a teoria e a prática. Rosa Luxemburgo, como representante da ala esquerda, que posteriormente tomou uma posição consequente contra a guerra e fundou a Liga Espartaquista, era uma marxista que lutava pela unidade entre a teoria e a prática dentro do partido. Essa luta começou no Congresso do partido em Hannover. Os representantes da linha depois resumida sob a denominação de "centro" ficaram do ponto de vista teórico ao lado dos marxistas, mas na prática inclinavam-se para uma conciliação com os reformistas, para a ocultação de contradições, para uma posição inconsequente.

O melhor exemplo do divórcio entre teoria e prática no partido é o programa de Erfurt de 1891.

¹ Carta de novembro de 1894, MEW, volume 39, página 331.

Na primeira parte, concebida por Kautsky, estão registrados os fundamentos da teoria desenvolvida por Marx e Engels:

- 1) Caracterização da sociedade capitalista como uma sociedade de classes. Domínio de classe da burguesia.
- 2) Tendência à monopolização da indústria e, ao mesmo tempo, à miséria do proletariado e das camadas médias.
- 3) Necessidade de socialização dos meios de produção para eliminar o domínio de classe. Isso pode ser obra apenas da classe operária.
- 4) Ligação entre a luta política e a luta econômica até o alcance do objetivo.
- 5) Trabalho internacional conjunto da classe operária.

A segunda parte, influenciada competentemente por E. Bernstein, compreendia as dez reivindicações sociais e políticas do SPD. Elas são todas reivindicações democrático-burguesas.

Engels redigiu uma análise crítica do projeto na qual fazia propostas de melhoria para a primeira parte e propunha formulações mais expressivas. A segunda parte ele criticou de forma demolidora. *"Aquilo que deveria ter sido de fato dito não consta lá!"*¹ *"Se todas essas reivindicações fossem concedidas, teríamos de fato diversos meios a mais para conseguir politicamente o essencial, mas de forma alguma teríamos o próprio essencial."*² A seção com as reivindicações políticas motivou-o, segundo suas próprias palavras, a *"golpear o oportunismo pacifista (...)* e o *crescimento livre, alegre, devoto e novo da velha porcaria na sociedade socialista"*.³

A crítica de Engels ao projeto de programa teve de fato influência na elaboração posterior do programa, mas apenas em 1901 foi publicada pela direção socialdemocrata no "Neue Zeit". Esse procedimento não constituiu uma derrapada ou um engano fortuito, mas repetia o que ocorrera em 1895, quando o "Testamento" de Engels foi editado de forma totalmente cortada e mutilada, de forma a poder passar a impressão de que Engels, no futuro, consideraria supérfluas as lutas revolucionárias. Esse procedimento caracterizou muito bem a posição posterior do Centro do partido, que não aguçava as contradições.

Uma consequência da falsificação do Prefácio de Engels às "Lutas de Classes na França" foi a exploração ideológica em favor dos revisionistas. Bernstein apoiou-se no Testamento para demonstrar que até Engels, no final, se afastara dos ensinamentos mais importantes do marxismo e julgava correto um crescimento pacífico do socialismo sob as condições políticas e econômicas de então.

Reforma social ou revolução?

Não é fácil resumir em todos os seus elementos essenciais a crítica de Bernstein à teoria marxista sobre as leis do desenvolvimento capitalista e a teoria da revolução que está implícita em seu conteúdo. Para entender a sua crítica, que ele mesmo enxergava como um desenvolvimento dos fundamentos até então existentes no partido operário, é necessário tomar como pressuposto o conhecimento e o entendimento de alguns escritos de Marx e Engels ("O Capital", livro I, "As Lutas de Classes na França", o "Manifesto Comunista", o "Anti-Dühring").

Sua crítica é mais uma nova interpretação do caráter do movimento operário do que uma crítica à tática da socialdemocracia. Os pontos essenciais são os seguintes:

¹ MEW, volume 22, página 233.

² Idem.

³ Idem, página 594, nota 196.

Crítica da concepção materialista da história, negação da teoria da miséria e da dinâmica e caráter da sociedade capitalista na forma concebida por Marx, seu afastamento da análise de classes e do caráter de classes da sociedade e, com isso, da necessidade da revolução das relações para a libertação da sociedade.

Como ele atacava os pilares básicos da teoria marxista, acabava chegando, necessariamente, a uma avaliação desviada sobre o papel dos sindicatos, o significado das cooperativas e associações de consumo, os fatores subjetivos da classe operária no capitalismo. Não “reparava” e negava os limites que a dominação de classe coloca para impedir um desenvolvimento pacífico, gradual para o socialismo, na medida em que encontrava “meios de adaptação” no capitalismo que levariam a sociedade, sem rupturas, ao socialismo.

Bernstein partia do fato de que a concepção materialista da história imputava grande significado aos fatores econômicos. Ele próprio reconhecia as bases econômicas da sociedade como significativas, porém, propunha que, em vez de vê-las como as mais importantes, deveria ser dada a mesma importância a outros fatores. A concepção materialista da história ele preferia compreender como interpretação histórica da economia. Ele abandona a concepção materialista da história quando escreve:

Em ideologia, que não é determinada pela economia e pela natureza em ação como poder econômico, a sociedade moderna é muito mais rica que as sociedades antigas. As ciências, as artes, uma série mais extensa de relações sociais são hoje muito menos dependentes da economia que em qualquer outra época anterior¹

Suas mais importantes afirmações dizem respeito a sua teoria das crises. Em contradição com os marxistas, partia do ponto de vista de que o capitalismo perde continuamente seus aspectos e efeitos negativos sobre a classe operária. As crises são guiadas pelo sistema de crédito, o modo anárquico de produção é dirigido por cartéis, trustes, associações empresariais e relações políticas democráticas crescentes, de tal forma que o perigo das crises é diminuído². Ele se acautela, entretanto, por precaução, caso ainda ocorram crises. Escreve:

Podemos apenas assinalar quais elementos da economia moderna agem no sentido das crises e quais forças agem contra elas. É impossível avaliar aprioristicamente sobre a relação final dessas forças umas contra as outras ou o seu desenvolvimento. Se acontecimentos externos imprevistos não produzirem uma crise geral – e isso pode, como já foi dito, acontecer todo dia³.

Não é que Bernstein negasse fundamentalmente o surgimento de crises, ele também não negava outras características dos conhecimentos marxistas, como por exemplo, o surgimento de superprodução, a concentração do capital, a tendência decrescente da taxa de lucro, etc., mas ele vê na sociedade atual forças econômicas, sociais e políticas que atuam contrariamente a esse desenvolvimento. Assim, por exemplo, ele vê a sociedade por ações como o meio de dispersão do capital através da participação de amplas camadas do povo nos bens e no capital. Ele utiliza as sociedades por ações como argumento contra a pauperização crescente.

Para ele, os sindicatos, as cooperativas e as associações de consumo democratizam crescentemente a economia capitalista e distribuem a riqueza de forma mais justa. Os sindicatos têm a capacidade não apenas de conduzir lutas salariais, como também de quebrar o “absolutismo do capital”. Os sindicatos propiciam ao operário influência direta na direção da indústria⁴. Eles são os “órgãos imprescindíveis da democracia”.

¹ Eduard Bernstein, “Voraussetzungen des Sozialismus” [Pressupostos do Socialismo], pág. 38.

² Idem, pág. 105.

³ Ibid., pág. 110.

⁴ Ibid., pág. 150.

Com isso, Bernstein atribui aos sindicatos forças que eles não podem objetivamente exercer. Eles podem com as lutas salariais agir contra o crescente grau de exploração, mas não podem criar dentro das condições econômicas existentes relações democráticas, isto é, para Bernstein, gradualmente socialistas, na indústria.

Não parava por aí. Como para Bernstein a teoria da pauperização de Marx era ultrapassada, também era, em consequência, abandonado o ponto de vista de classe. A polarização entre as duas classes principais, a burguesia e o proletariado, tornava-se para ele continuamente mais fraca, na medida em que amplas camadas recebiam melhorias de renda e o capital (através das sociedades por ações que o atomizam e o crescimento concomitante das cooperativas), passa a ser distribuído mais justamente. A análise de classes é reduzida ao problema da melhor distribuição entre pobres e ricos. Assim, o que ainda resta em Bernstein da forma de pensamento e da prática comunistas? Nada. Pois, como ele próprio diz, o objetivo final não significa nada, o movimento, tudo. Ele aconselha o partido, finalmente, a apresentar-se como ele realmente era: um partido de reformas democráticas.

A relação dialética de estratégia e tática na luta da classe operária, como foi apresentado no primeiro capítulo, que cada movimento revolucionário precisa elaborar para as suas próprias condições, torna-se impossível no momento em que o objetivo final desaparece de vista.

Rosa Luxemburgo responde a Bernstein com o seu escrito "*Reforma Social ou Revolução*". O título coloca de forma polêmica do que se trata. Os argumentos de Bernstein para o embasamento de sua concepção sobre o esmaecimento das contradições no capitalismo transformam-se, na análise que ela faz, no seu contrário.

*A teoria bernsteiniana está diante de um "ou isso ou aquilo". Ou a transformação socialista decorre, como sempre, das contradições objetivas da ordem capitalista, pois desenvolvem-se com essa ordem também as suas contradições, e um colapso, de uma forma ou de outra, é o resultado em algum momento, e então os meios de acomodação são ineficazes e a teoria do colapso está correta. Ou os meios de acomodação são realmente tais, que evitam um colapso do sistema capitalista e dão ao capitalismo capacidade de existência, superando suas contradições, e então o socialismo deixa de ser uma necessidade histórica e passa a ser tudo o que se queira, menos o resultado do desenvolvimento material da sociedade.*¹

Na primeira parte, ela critica a concepção de Bernstein sobre a solidez do capitalismo nas crises e sua base idealista. Ela refuta seus "meios de acomodação" enquanto obstáculos às crises e salienta justamente o contrário, ou seja, que eles aguçam as crises. Nem o crédito, os cartéis e os trustes podem impedir as crises gerais, nem os sindicatos podem atuar realmente no processo de produção, ou seja, ter uma ação socializante gradual.

Na segunda parte, ela coloca a questão de como a teoria dele parece transformada na prática. Ela dirige o ponto de gravidade de sua crítica não tanto nas reivindicações práticas. A luta diária por reformas sociais é necessária. Ela fortalece a consciência de classe e as forças organizatórias do partido operário e cria na ligação da luta sindical com a luta política melhores pressupostos para a tomada do poder pela classe operária.

Para Rosa, não há "ou isso ou aquilo". A consecução de reformas sociais é uma parte da prática socialdemocrática e não está em contradição com o objetivo revolucionário da luta.

*A democracia é indispensável não porque ela torna supérflua a conquista do poder político pelo proletariado, mas, ao contrário, porque ela torna possível essa tomada do poder de forma tão necessária quanto também única.*²

Sua crítica dirige-se, antes de tudo, contra a afirmação de Bernstein de que o curso objetivo do desenvolvimento capitalista, da forma como Marx e Engels o elaboraram, estaria

¹ Rosa Luxemburgo, "Gesammelte Werke", livro 1/1, pág. 377.

² Idem.

superado. Para sustentar essa posição, ele abdica, peça por peça, da posição socialista. "Sem o colapso do capitalismo, a expropriação da classe capitalista é impossível (...)".¹

Ele abdica da expropriação. Em vez desta, impõe-se o princípio do cooperativismo. Porém, como este não se impõe no capitalismo, ele reforma o comércio com as associações de consumo.

Adiante, ele abdica da concepção materialista da história, porque senão precisaria reconhecer a impossibilidade de transformar a sociedade com associações de consumo. Em seguida, "abdica da lei do valor e da mais-valia e, com isso, de toda a teoria econômica de Karl Marx" e assim por diante.

Assim, Bernstein rebaixa-se de forma lógica e consequente de A a Z. Com isso, ele havia começado a abdicar do objetivo final por amor ao movimento. Como não pode haver de fato movimento socialdemocrata sem o objetivo final socialista, então ele acaba, necessariamente, de abdicar também do movimento.

=====

Tão aguda e justa que seja a análise de Rosa Luxemburgo, ela resta como uma resposta teórica, necessária, para sacudir os membros do partido contra o oportunismo. Mas a história mostrará que só na prática o oportunismo pode ser golpeado.

¹ Idem, pág. 436.

ANEXO

PARTIDO, VANGUARDA E CLASSE

Anexo

PARTIDO, VANGUARDA E CLASSE¹

Érico Sachs

O conceito de partido nasce para o movimento operário moderno junto com o primeiro documento do marxismo militante, o "Manifesto Comunista". Não só que o título original do programa de Marx e Engels é "Manifesto do Partido Comunista" como no próprio texto fala-se pela primeira vez na necessidade da *"organização dos proletários como classe e, portanto, como **partido político**"*.

Para poder compreender melhor o conceito de partido, "partido político" dos fundadores do socialismo científico naquele momento, não podemos evitar a citação de trechos de sua autoria. O faremos sem querer cansar o leitor de saída. No 3º capítulo do Manifesto intitulado "Proletários e Comunistas", os autores colocam:

Qual o relacionamento dos comunistas com os proletários em geral? Os comunistas não são um partido especial em relação aos demais partidos operários.

Eles não tem interesses diferentes do proletariado inteiro.

Eles não estabelecem princípios especiais, conforme os quais pretendem modelar o movimento proletário.

Os comunistas se distinguem dos demais partidos proletários unicamente pelo fato de, por um lado, destacar e por em relevo os interesses comuns nas diversas lutas nacionais dos proletários, independente de nacionalidade e por outro lado, sempre defender os interesses do movimento global no decorrer das diversas fases de desenvolvimento, que a luta entre proletariado e burguesia percorre.

Os comunistas são, pois praticamente a parte mais decidida, que impulsiona para a frente os partidos operários de todos os países; em relação ao resto da massa do proletariado eles tem a vantagem teórica, a do conhecimento das condições, do desenrolar e dos resultados gerais do movimento proletário.

Queremos ressaltar dois problemas fundamentais, que os conceitos expostos contêm.

Em primeiro lugar, o conteúdo do "partido". A afirmação que "os comunistas não são um partido especial em relação aos demais partidos operários" já causou muitas dores de cabeça aos estudiosos de Marx, aqui e acolá. Não faltou inclusive quem quisesse provar à base da citação que os comunistas nunca deveriam ter formado partidos próprios, outros preferem passar por cima ou simplesmente confessar "nada saber fazer" com essa definição.

A aparente contradição se liquida por si só quando levamos em conta que o conceito do partido na hora do Manifesto ainda não tinha tomado o conteúdo organizatório que mais tarde iria tomar, sem falar daquele que hoje está tomando. O "partido" do Manifesto poderia ser melhor traduzido, hoje, por "movimento" ou "corrente", independente do seu tamanho. Se não fosse isso, o próprio Manifesto seria incoseqüente. Por um lado intitula-se "Manifesto do Partido Comunista" e, por outro, afirma que *"os comunistas não são um partido especial..."*.

Os comunistas em torno de Marx, em 1847, estavam **organizados** na Liga Comunista, que tinha o seu programa (o Manifesto) e seus estatutos próprios. Mas quando Marx fala da necessidade do partido político do proletariado, ele quer dizer somente que a classe operária tem que se lançar na luta política (como classe para si), coisa que naquela época não era tão natural, como hoje poderia parecer. Mas, de que forma concreta essa luta política da classe se daria, Marx não podia prever ainda. Rejeitava esquemas pré-

¹ Cf. Revista "Polêmica" n° 1, julho de 1982.

estabelecidos. Não é gratuitamente que o Manifesto afirma que os comunistas "*não estabelecem princípios especiais, conforme os quais pretendem modelar o movimento proletário*".

A "*organização dos proletários como classe e, portanto, como partido político*" só indicava uma necessidade histórica. A maneira como viria a se impor, naquele momento, ainda não podia ser definida.

Com isso chegamos ao segundo problema que a passagem acima citada contém. Marx e Engels expõem aqui uma concepção materialista da luta e do próprio partido. Não só negam que os comunistas estabelecem princípios pré-estabelecidos, como assinalam (mais adiante) que as definições teóricas não são inventadas e não passam de expressões de uma luta de classes existente.

Poucos anos depois, Engels define isso de maneira clara, quando diz, na sua Introdução às "Revelações sobre o processo dos comunistas de Colônia":

Comunismo não significa mais arquitetar, por meio da imaginação, uma sociedade ideal, a mais perfeita possível e, sim, conhecimento da natureza, das condições e dos objetivos gerais, decorrentes da luta travada pelo proletariado.

Com a derrota da Revolução de 1848, a Liga dos Comunistas entrou em crise e foi finalmente, dissolvida. Contribuiu para isso o surgimento de uma facção minoritária no seu meio, liderada por Willich-Schapper, que não se conformava com o esgotamento da situação revolucionária e que pretendia continuar a luta da mesma forma, a qualquer preço.

Investindo contra essa facção, Marx a acusava:

No lugar de uma concepção crítica, a minoria propaga uma dogmática, no lugar de uma materialista, uma idealista. No lugar das condições reais, a mera vontade torna-se para ela a força motriz da revolução.

Aqui, pela primeira vez, provavelmente, são usados termos como "idealismo" e "voluntarismo" numa linguagem militante. Que isso não foi a última vez, nós o sabemos, inclusive por experiência própria. O problema volta em níveis diferentes, acompanhando praticamente toda a história e o desenvolvimento do partido político da classe operária.

Demorou para que o partido tomasse forma e conteúdo. A Primeira Internacional fundada em 1864, isto é, 17 anos depois da publicação do Manifesto Comunista, ainda não era formada por partidos. Apesar disso, representava um marco decisivo no caminho da sua formação.

Na Internacional, formada por iniciativa de operários franceses e ingleses, prevaleciam ainda as formas de sociedade mais ou menos secretas, mais ou menos conspirativas (proudhonistas, mazzinistas e outras). A Inglaterra estava representada principalmente por sindicatos legais. Somente os alemães, que chegaram mais tarde, já dispunham de embriões de partidos (os lassalianos e os marxistas em torno de Bebel e do velho Liebknecht).

A história da Primeira Internacional hoje é pouco conhecida e difundida, mas ela conserva a sua importância pelo fato de ter dado lugar à formulação de concepções marxistas fundamentais para a intervenção política da classe operária. Essas concepções foram elaboradas nos debates acirrados, que caracterizaram os seus diversos congressos. Engels diria mais tarde que toda a história da Internacional tinha sido uma luta entre o marxismo e as seitas. E foi essa luta ideológica a que preparou a fusão do marxismo com o movimento operário existente. Mas, para que os resultados surgissem, era preciso superar a forma organizatória da Associação Internacional que tinha dado o que podia dar. Praticamente acabou depois da Comuna de Paris encerrando as suas atividades com novos apelos à classe operária de formar partidos políticos nos seus respectivos países, para levar a sua luta a um nível mais alto.

O apelo vingou, a situação estava amadurecendo e o partido político da classe operária começou a tomar conteúdo e forma organizatória nos principais países europeus. O processo foi demorado e percorreu toda uma fase histórica. Em 1892 ainda, Engels escrevia a Kautsky:

Na nossa tática, uma coisa é certa para todos os países e tempos modernos: temos de levar os operários à formação de um partido próprio, independente e oposto a todos os partidos burgueses.

Três anos antes, no centenário da queda da Bastilha, tinha sido fundada em Paris, a Segunda Internacional, composta predominantemente por partidos. Delegados franceses, ingleses, alemães, belgas, italianos, holandeses, dinamarqueses, suecos, noruegueses, suíços, húngaros, tchecos, austríacos, poloneses, russos, rumenos, búlgaros, espanhóis, portugueses, norte-americanos e - para não esquecer a América Latina - argentinos, estavam presentes ao ato de fundação. Nem todas as sessões representavam partidos já formados, mas a grande maioria dos membros da Internacional já o eram e se consideravam como partidos marxistas.

Que partidos eram esses? Qual o seu caráter, sua forma organizatória?

Em primeiro lugar, eram organizações de massas. Eram partidos que visavam organizar o operariado e, embora no início só atingissem uma fração do proletariado, a sua tendência era abranger a classe toda. Todo operário que reconhecesse o programa, os estatutos e que pagasse a sua contribuição, era aceito como membro do partido.

Isso implicava num predomínio absoluto de operários entre os membros da base, embora houvesse intelectuais entre os dirigentes. Mas mesmo assim havia diferenças entre as sessões nacionais. Enquanto na Alemanha, na Inglaterra e nos países escandinavos o elemento operário tinha peso maior entre as lideranças (August Bebel era marceneiro), no outro extremo, na Itália, por exemplo, o papel do advogado, do professor e do médico era muito mais pronunciado em todos os escalões do partido. Isso dependia não somente das tradições de luta já criadas nos diversos países, como também do nível de seu sistema escolar e educativo.

Quase todos os partidos da Segunda Internacional se formaram e cresceram em torno de atividades eleitorais e parlamentares, que eram os instrumentos indicados para arregimentar a classe. Luta política era luta em torno de leis destinadas a defender os interesses da classe operária no quadro da sociedade exploradora. Os partidos operários nascidos numa época não revolucionária, no fundo, só podiam lutar por reformas. Com o tempo, verificou-se uma polarização no seio desses partidos. Enquanto nas alas esquerdas, os revolucionários viam na luta pelas reformas um meio para mobilizar e organizar a classe, criando assim um ponto de partida mais favorável para o futuro assalto contra a sociedade capitalista, a direita via nas reformas um fim em si, querendo melhorar a situação do operariado no quadro da sociedade existente. Geralmente surgia um "centro" entre os dois pólos, que em última análise não fazia mais do que reforçar a direita. Assim, no partido alemão, o mais poderoso da internacional, de 1895 em diante, distinguem-se nitidamente três correntes: a esquerda representada por Rosa Luxemburgo, o centro por Kautsky e a direita por Ebert.

Sem querer diminuir a importância que essa forma de partido político da classe operária tinha na sua época - era o instrumento principal para a formação da classe operária independente nos países industriais do Ocidente - ela ficou superada e entrou num beco sem saída, quando as lutas de classes se aguçaram com o salto qualitativo, que a sociedade capitalista de livre concorrência deu em direção ao imperialismo. A falência da Segunda Internacional no início da Guerra Mundial de 1914, não dizia respeito unicamente ao conteúdo da sua política, mas igualmente à forma de organização dos seus partidos.

A renovação do conceito de partido veio do oriente da Europa. Foram Plekanov e Lênin, que defenderam o "partido de quadros" (Embora Plekanov não tivesse mais forças para ir até o fim). "Quadro", tirado da terminologia militar francesa, abrange o conjunto de cada um dos

seus componentes, de especialistas militares, do sargento até o oficial do Estado Maior, destinado a treinar e liderar a massa dos recrutas, em caso de guerra.

A noção do "partido de quadros" surgiu nas condições peculiares, sob as quais se desenrolavam as lutas de classes na Rússia czarista. Em si, significava um rompimento frontal com a concepção do partido político, que tendia a abranger a classe operária toda.

O que caracterizava as lutas de classes na Rússia czarista era que se desenrolavam sob a repressão mais violenta que então se conhecia na Europa e que qualquer movimento político tinha de se dar na mais completa clandestinidade.

Em segundo lugar, o proletariado russo, jovem e recém-vindo do campo, ainda não tinha criado tradições de luta e formas de organização próprias. As lideranças políticas no seio da classe ainda tinham de ser criadas.

Em terceiro, os revolucionários russos, ao contrário dos europeus, tinham que contar com a proximidade da revolução. Não se tratava ainda da revolução socialista, da qual ainda não se cogitava, e sim burguesa, pela abolição do absolutismo czarista. A Rússia não tinha passado pelo aburguesamento, em grande parte evolutivo, da Europa Ocidental, com suas repúblicas parlamentares ou monarquias constitucionais. O absolutismo czarista só podia ser derrubado por uma revolução, isto é, por um movimento insurrecional. O partido, que tinha que liderar o operariado nessa revolução e garantir que a classe preenchesse o seu papel, de antemão escolheu formas organizatórias adaptadas à perspectiva insurrecional.

Os social-democratas russos não foram os primeiros na história que tiveram de lutar em condições de clandestinidade. Os partidos alemão, austríaco e italiano, conheceram fases de repressão e de proibição das suas atividades no fim do século passado. Sua situação, entretanto, era diferente da dos russos. No Ocidente os partidos chegaram a ser proibidos depois de aproximadamente uma década de atividades legais, durante a qual tinham conseguido penetrar profundamente na classe operária. Conseguiram, portanto, manter na clandestinidade muitos traços de um trabalho de massas. As próprias tradições de luta criadas pelo proletariado alemão na fase legal garantiam as suas atividades na clandestinidade.

O mesmo não se podia dizer da Rússia, onde tudo estava por fazer ainda, pois o proletariado russo não conhecera uma situação de legalidade, até então.

As diferenças de concepção de Lênin e da facção adversária da social-democracia russa (que tornar-se-ia conhecida como "menchevique", a minoria) tornaram-se óbvias no Congresso de fundação, de fato, do POSDR, em 1903 em Londres, na questão dos Estatutos. Lênin propunha uma formulação pela qual podia ser membro da nova organização "quem reconhecer o seu programa e apoiar o partido tanto do ponto de vista material como pela atuação numa de suas organizações." Martov, o futuro dirigente menchevique, exigia igualmente o reconhecimento do programa e a contribuição financeira, mas de resto bastava para ser membro *que "dê ajuda pessoal ao partido, de maneira regular e sob a orientação de uma das suas organizações"*.

Para o observador desprevenido poderia parecer uma divergência sobre o sexo dos anjos, mas certamente não para as partes empenhadas. Lênin, que exigia a integração incondicional no partido, visava uma organização de quadros. Martov, de seu lado, tinha em mente uma reprodução de partido de massas ocidental, onde os membros podiam atuar sob o controle de um dos membros do partido.

Lênin já tinha exposto a sua concepção do partido no seu célebre "O que Fazer?". O livro continua um marco na história do marxismo, mas em cada obra desse gênero é preciso saber distinguir o que é duradouro e o que é limitado pelo tempo e espaço.

Condicionada às condições russas de então é a noção do partido composto por revolucionários profissionais (ou talvez seja melhor dizer "profissionalizados", pois um militante revolucionário não pode deixar de ser um profissional), que são sustentados pelo partido para poder se dedicar inteiramente às tarefas políticas. Esse esquema, a experiência o mostrou, não funciona em países onde a classe operária já desenvolveu tradições de luta

e formas de organização próprias. Nessas condições, o partido dos revolucionários profissionais fica isolado da classe e geralmente se condena a uma existência de seita.

Igualmente condicionados às condições russas de então são os plenos poderes delegados à direção do partido, com seus direitos de nomeação de direções inferiores, de cooptação e de intervenção em todos os níveis. Ensaçados em outras condições e em outros países (numa fase em que tudo que era russo era revolucionário) levaram depressa à degeneração e fracassos.

Abstraindo esses aspectos especificamente russos, o conceito fundamental de Lênin de um partido que só abrangia a parte mais adiantada da classe operária, receberia em breve um reforço inesperado pelo desenrolar das lutas de classe no Ocidente. O próprio Lênin estava longe de supor que seus pontos de vista poderiam encontrar um campo de ação nos partidos de massas europeu-ocidentais. Mas na medida em que se cristalizava o fenômeno do imperialismo, com todas as conseqüências sobre a estrutura de classe dos países industrializados, tornou-se claro que a velha forma de organização política deixara de ser funcional. A política imperialista possibilitou a diferenciação de camadas no seio do proletariado, com a criação do que freqüentemente foi chamado de "aristocracia operária", a base material do reformismo. O fenômeno é mencionado pela primeira vez por Engels (ainda numa fase pré-imperialista), quando fala da situação da classe operária inglesa, que teve uma situação privilegiada em relação à continental, em virtude da exploração das colônias pela classe dominante britânica, que por sua vez podia pagar salários mais altos. Com o florescimento do imperialismo em muitos países, partes do operariado puderam ser "integradas" na sociedade burguesa, conseguindo um nível de vida que permitia uma acomodação econômica, social e política. Esse fenômeno já se tornara claro depois da Primeira Guerra Mundial, por ocasião das tentativas de revolução socialista no Ocidente.

Nessas condições, também os partidos revolucionários do Ocidente não podiam mais tender a se expandir pela classe operária inteira, sem trazer para as suas fileiras toda a gama de ilusões reformistas e democratistas que dominavam vastas partes do proletariado. As mudanças das condições materiais de luta fizeram com que os revolucionários do Ocidente chegassem a conclusões semelhantes às de Lênin, começando a falar do partido como **vanguarda da classe**.

As conseqüências teóricas e práticas da nova situação criada foram tiradas com a fundação da Internacional Comunista.

Nas teses sobre as tarefas principais da nova Internacional, redigidas por Lênin, consta nos parágrafos 3 e 4:

Significa igualmente querer minimizar o capitalismo e a democracia burguesa e enganar os operários se supuséssemos, como fizeram os antigos partidos e dirigentes da Segunda Internacional, que a maioria dos trabalhadores e explorados seria capaz, sob as condições da escravidão capitalista... desenvolver uma clara consciência socialista, pontos de vista e caráter socialistas.

Para vencer o capitalismo são necessárias relações mútuas justas entre o Partido Comunista, o proletariado, a classe revolucionária e a massa, isto é, a totalidade dos trabalhadores e explorados. Somente se o Partido Comunista for realmente vanguarda da classe revolucionária, contando com os melhores representantes dessa classe nas suas fileiras, constituídas por comunistas conscientes e fiéis à causa, formados e endurecidos em lutas tenazes, somente se esse partido souber se ligar indissolúvelmente à vida da sua classe e, por meio desta, com toda a massa de explorados, somente nessas circunstâncias esse partido estará em condições de liderar o proletariado na impiedosa luta final contra todo o poder do capitalismo.

O que as teses de Lênin ressaltam aqui, é justamente o aspecto do partido como vanguarda da classe. Trata-se de uma reformulação do papel e da função do partido, resultado de experiências surgidas em pólos tão diferentes como na Rússia czarista atrasada e na Europa Ocidental industrializada. Neste sentido e somente neste, pode-se falar de um partido de

novo tipo, um "partido Lêninista". Essa caracterização, entretanto, não tem nada em comum com as aventuras voluntaristas que posteriormente se deram na Internacional, quando os partidos de todo o mundo foram reduzidos a apêndices da facção vitoriosa do partido soviético. Estudando mais detalhadamente o material desse Segundo Congresso da Internacional, principalmente as 21 condições de admissão, vemos que não há princípios organizatórios a serem impostos às sessões nacionais, a não ser a premissa da existência de um **centralismo democrático**, que garanta a capacidade de ação do partido e a submissão de todas as atividades, como a parlamentar, de imprensa e editorial, à linha política definida nela maioria dos seus militantes. Os detalhes organizatórios ficam a cargo dos partidos nacionais, que tem de levar em conta as tradições de luta já criadas pelo seu proletariado.

A posterior "bolchevização" das sessões nacionais da Internacional, iniciada por Zinoviev e levada a termo por Stalin, forçou os partidos a copiar literalmente o estatuto soviético (pós-revolucionário), com Comitês Centrais e Birôs Políticos, desprovendo-os do centralismo democrático, cortando as possibilidades do seu futuro amadurecimento e desenvolvimento revolucionário. De modo que a experiência do "partido do novo tipo" foi curta e não chegou a se desdobrar nas várias condições que as lutas de classes em países diferentes oferecem. O que ficou para nós é um ponto de partida; a experiência nós próprios temos de colher.

Mesmo entre os revolucionários, o conceito do partido como vanguarda não se impunha pacificamente. Houve o célebre debate entre Luxemburgo e Lênin, em 1904 e muita gente, até hoje, pretende tomar as polêmicas de então como ponto de partida para opor uma concepção "luxemburguista" à Lêninista. A intenção peca pela origem.

Também Rosa aplicava o termo de "vanguarda", quando falava do partido político da classe operária, embora lhe desse outro conteúdo do que Lênin. Deve-se esta atitude, antes de tudo, ao fato dela militar em condições completamente diferentes que os bolcheviques. Ela estava empenhada em formar uma ala esquerda no Partido Social-democrata alemão, mas a situação aí encontrada tornava inviável a criação de uma facção de esquerda, com disciplina própria, à base de uma organização de quadros, como se dera na Rússia. Isso teria isolado a esquerda alemã do proletariado e deixado este a mercê dos direitistas. Este fator objetivo fez com que Rosa Luxemburgo sustentasse ainda (naquela época) a noção do partido que tendia a abranger a classe toda. Desse ponto de vista, ela teve razão em muitos detalhes da sua polêmica com Lênin, inclusive quando atacava o centralismo extremo, que a realidade das condições russas impunha.

Isso, porém, era seu ponto de vista teórico. Ao mesmo tempo em que militava na Alemanha, ela era fundadora e continuava a fazer parte da direção do Partido Polonês, que por sua vez se considerava parte da social-democracia russa, pois a maioria do território polonês estava anexada ao Império dos Tzares. E na prática, o Partido Polonês estava sob um centralismo ainda mais rígido do que os bolcheviques. A oposição no seio do Partido Polonês, que protestava contra esse estado de coisas (Radek, Djerzinsky, Unschlicht, etc.), chegou a colaborar diretamente com Lênin, quando não encontrou mais espaço de expressão no próprio partido.

Rosa conhecia, evidentemente, por experiência própria, as condições sob as quais se desenrolava a luta de classes sob o czarismo. O que ela não queria era teorizar e generalizar as necessidades dessa luta sob essas condições peculiares, que ela via como exceção passageira de um país atrasado. Teoricamente ela defendia o conceito de partido da Segunda Internacional, que naquela época ainda não tinha perdido a sua razão de ser, no Ocidente.

Mais duvidoso era o conceito de Luxemburgo sobre o papel do espontaneísmo, questão estreitamente ligada ao problema organizatório. Não estamos querendo endossar aqui as críticas burocráticas posteriores contra Rosa, que negavam qualquer papel positivo à espontaneidade. Para Lênin, o fator espontâneo nas lutas de classes e no próprio movimento operário fazia parte de qualquer estratégia realista. Assim mesmo havia divergências entre os dois revolucionários e ela se manifestou talvez melhor na questão insurrecional durante a Revolução Russa de 1905. Rosa defendia o ponto de vista que era

inútil querer **organizar** uma insurreição, pois essa tinha de surgir espontaneamente do seio das massas proletárias e populares ou, então, não se dava. Lênin, ao contrário, exigia desde o início que se preparasse e organizasse a insurreição contra o tzarismo. E a única insurreição armada maior, que se deu durante a Revolução de 1905, a de Moscou, foi deflagrada e liderada pelos bolcheviques.

Finalmente, as divergências entre Lênin e Luxemburgo nunca chegaram a ter esse peso que os "luxemburguistas" de hoje pretendem atribuir. Sinal é que no Congresso de Londres, em 1907, Rosa defendeu abertamente e se solidarizou com a atuação dos bolcheviques durante a revolução e desse momento em diante, Lênin e Luxemburgo atuaram em conjunto na ala esquerda da Segunda Internacional.

O que os "luxemburguistas" de hoje pretendem, no fundo, é responsabilizar os princípios que Lênin defendia na questão organizatória como responsáveis pelas deformações que a Revolução Russa iria sofrer posteriormente. Trata-se evidentemente de uma atitude de puro idealismo querer explicar o curso de uma revolução por padrões organizatórios "errados". Somente as seitas têm a liberdade de escolher padrões de organização conforme princípios pré-estabelecidos. Movimentos vivos encontram as formas de organização apropriadas para vencer. O simples fato de a Revolução Russa ter sido vitoriosa, em 1917, mostra que os bolcheviques tinham adotado formas de organização apropriadas nas circunstâncias em que tiveram de atuar.

E aqui vale a pena, talvez, perder algumas palavras, sobre o conceito partidário de Trotsky e dos trotsquistas de hoje.

O próprio Trotsky pouco ou nada contribuiu para a elaboração de formas organizatórias revolucionárias. Em 1903, no Congresso de fundação da social-democracia russa limitou-se a apoiar as formulações dos mencheviques e quando destes se separou, ele e seus adeptos nunca formaram uma organização propriamente dita e se empenhavam numa estéril tentativa de reunificar numa só organização bolcheviques e mencheviques. O fato de os bolcheviques representarem o obstáculo maior a essas tentativas levou Trotsky, em 1912, a fazer frente única com os mencheviques, fundando o chamado Bloco de Agosto, frente única dirigida contra Lênin.

A guerra e o desenrolar futuro das lutas de classe fez com que Trotsky rompesse com os reformistas, se aproximasse dos bolcheviques, integrando o partido de Lênin e desempenhando o seu conhecido papel de destaque na Revolução e na guerra civil.

Anos mais tarde, já no exílio na França, Trotsky diz no seu "Diário", que não tinha tido um papel insubstituível durante os Dias de Outubro. Com a presença de Lênin a revolução teria se dado de qualquer maneira. Trotsky, porém, não explica porque chegou a essa conclusão. Parece uma simples reverência perante o gênio de Lênin e em nenhum lugar da sua vasta obra literária entra no mérito da questão. Acontece que da genialidade de Lênin faz parte o fato de ter formado e forjado o partido político do proletariado russo, em condições de liderar o proletariado na revolução. Sem a existência desse partido e a continuidade da sua ação durante quinze anos, o próprio Lênin nunca teria "feito" a revolução. Acontece que sem esse partido não teria havido Lênin tal como a história o conheceu - e é também problemático se o próprio Trotsky teria tomado o lugar na história que chegou a ocupar.

Trotsky nunca voltou a esse assunto. Uma avaliação teórica, autocrítica, não condizia muito com seu temperamento e naquela época ainda não era habito exigir autocrítica para pecados passados.

De resto, nota-se nas apreciações históricas de Trotsky uma preocupação latente de relegar a importância e o papel dos "velhos bolcheviques" a um segundo plano. Durante as lutas de facções, porém, quando se criou um "culto a Lênin" (que teria revoltado o fundador do Estado Soviético), começaram as polêmicas sobre quem era o "discípulo mais fiel" do mestre. Trotsky, que nessa disputa bizantina levava evidente desvantagem, em virtude do seu passado anti-bolchevique, procurou compensá-la por uma extrema fidelidade aos "princípios" Lêninistas, também na questão organizatória. O "partido Lêninista" tornou-se um dogma, também para o trotsquismo.

Foi essa a herança que os trotsquistas de todo o mundo retomaram. De saída, os adeptos de Trotsky no exterior se constituíram como "bolcheviques-leninistas" e embora os rótulos tenham mudado com o tempo, sua atitude em relação ao problema do partido não mudou nem evoluiu. Qualquer trabalho crítico ou criador, qualquer tentativa de comparar essa herança com as necessidades que tempo e espaço impunham, esbarrou no medo de serem chamados de "anti-Leninistas". Mas, dogmatismo nunca fez parte do método de Lênin.

Aliás, não queremos ser injustos. Há uma inovação que as organizações trotsquistas criaram: o direito de formar facções.

No 10º Congresso do Partido Comunista Soviético, que se realizou durante os dias críticos do levante de Kronstadt, em 1921, Lênin propôs e foi aceita a proibição de formar facções no seio do Partido. Não é que antes a existência de facções tenha sido permitida. Não existia nenhum "direito" nesse sentido, mas elas foram freqüentemente toleradas com fato consumado. Como essa proibição formal de 1921, posteriormente foi usada por Stalin contra Trotsky e este chegou a reivindicar a sua suspensão no decorrer da luta interna no PCUS, o direito de formar facções entrou nos estatutos das organizações trotsquistas. E lançando um olhar sobre o movimento trotsquista nos mais diversos países, é preciso constatar que os seus militantes souberam fazer uso desse direito, não se contentando com meias medidas.

Um problema fundamental da vanguarda, principalmente quando constituída por uma organização de quadros, era a sua ligação com o movimento de massas. Na própria Rússia, os revolucionários chegaram a criar um partido de massas, entre fevereiro e outubro de 1917, no qual a antiga organização de quadros representava a espinha dorsal da vanguarda, que por sua vez encontrou o seu campo principal de atuação nos **soviets**.

Nos países ocidentais, onde os soviets (como os raete na Alemanha, Áustria e Hungria) só tiveram uma existência passageira, pesaram os sindicatos como forma básica de organização operária.

Um caso especial foi o da Inglaterra, onde o poderoso **Labour Party** (Partido Trabalhista), fundado por sindicatos e agremiações políticas reformistas, dominava a classe operária. Quando, depois da Primeira Guerra Mundial, foi fundado um pequeno Partido Comunista, sua existência se dava praticamente à margem do movimento operário. Lênin insistiu junto aos camaradas ingleses para ingressar, como organização, no Partido Trabalhista, cujos estatutos previam a existência de entidade políticas com certa autonomia. Os comunistas ingleses resistiram por muito tempo e quando finalmente aceitaram os argumentos de Lênin, já era tarde. Os dirigentes do Partido Trabalhista, alertados pela discussão travada em público, fecharam as portas ao PC britânico, que dessa maneira ficou condenado à impotência política.

O caso inglês era especial, entre outras coisas, em virtude da própria constituição do Labour Party. Mas independente disso, semelhante atitude não poderia ter sido tomada pelos comunistas da Alemanha, por exemplo, onde o Partido Social-democrata liderou a contra-revolução de 1918/19, sendo responsável pela morte de milhares de revolucionários, entre os quais Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht. Na Alemanha os comunistas estavam condenados a agüentar à margem do movimento de massas, até que conseguiram cindir o partido centrista (O Partido Social-democrata Independente) e se constituir, por sua vez, como partido de massa.

Outro caso clássico foi o dos comunistas chineses. Partido pequeno, com poucas centenas de militantes, em 1923 ingressou, após muita resistência e discussões, no Kuomintang, o partido da revolução burguesa e anti-imperialista de Sun-Yat-Sen. A experiência chinesa teve um desfecho trágico, quando cinco anos depois, o Kuomintang, já sob a liderança de Tchiang-Kai-Chek, fez as pazes com as potências imperialistas e reprimiu violentamente o movimento operário e comunista. Estes, em conseqüência, tiveram de retirar seus quadros sobreviventes para o campo, fora do alcance do terror branco, iniciando assim, a "longa marcha".

Trotsky, naquela época criticava, violentamente a liderança de Stalin e Bukarin, responsável pelo desastre e, sem dúvida, estava com a razão. Acontece porém, que Trotsky, desde o início, tinha estado contra o ingresso dos comunistas no Kuomintang.

A falha dos comunistas chineses (e da direção de Moscou) foi que, por inércia ou oportunismo, não souberam romper os laços com o Kuomintang na hora certa, não reconhecendo as mudanças da situação que estavam se esboçando a olho nu. Mas, se tivessem ficado fora do partido de Sun-Yat-Sen, naqueles anos críticos de ebulição revolucionária teriam ficado à margem do movimento de massas e é pouco provável que chegassem a liderar uma revolução vitoriosa.

Bem, o que essas situações tem a ver com os problemas que nós enfrentamos hoje no Brasil?

Esse esboço certamente não discute e não entra no mérito da nossa situação e dos problemas que enfrentamos. Visa, sim, embora não esgote as questões aqui levantadas, destruir mitos enraizados também no nosso meio e fornecer subsídios para uma discussão que se impõe já.

O nosso problema imediato ainda não é o da constituição do partido revolucionário da classe operária brasileira. Não se constitui esse partido sem a participação ativa da classe. Não se pode afirmar, com a melhor boa vontade, que o nosso proletariado já esteja disposto a enfrentar esse problema, o qual ainda não corresponde à sua experiência de luta. As forças políticas existentes no seio e fora da classe, ainda enfrentam problemas de organização pré-partidários. Mas mesmo nesta fase, os problemas aqui levantados já estão presentes de forma embrionária. E quanto mais cedo conseguirmos obter clareza em relação a eles, menos acidentado será o caminho para o partido revolucionário da classe operária brasileira, quando amadurecer a situação. O aguçamento das contradições de classe no país indica que isso não representa mais uma perspectiva para um futuro remoto.

APÊNDICES

1 - ESTRUTURA DO CURSO MARXISMO E LUTA DE CLASSES

2 – Currículo do autor

1 - ESTRUTURA DO CURSO MARXISMO E LUTA DE CLASSE¹

1. Origem do marxismo

2. O Manifesto Comunista

Engels: Prefácio da quarta edição alemã

Engels: Socialismo como movimento da burguesia e movimento comunista dos trabalhadores²

Lênin: Karl Marx (Obras Escolhidas I)

Riazanov: Marx e Engels não apenas para principiantes

Engels: Princípios do comunismo

3. A experiência de 1848

Engels: Para a história da Liga dos Comunistas (Obras Escolhidas II)

Mehring: Karl Marx

Marx: Discurso dos serviços centrais na Liga (MEW 7)³

4. Tempo da reação

Mehring: Karl Marx

Mehring: História da social-democracia

Riazanov

MEW 9

Obras de Lassalle

5. A I Internacional

Braunthal: A história da Internacional

Mehring: Karl Marx

Mehring: História da social-democracia

Riazanov

Endereço inaugural, Estatutos (Obras Escolhidas I)

Bakunin: Deus e o estado

MEW

Horowitz: The Anarchists

6. A Comuna de Paris

Endereço do Conselho Geral (MEW e Obras Escolhidas)

Engels: Introdução para Guerra civil na França 1891

¹ Traduzido por Sérgio Antão Paiva. Todas as notas de pé de página são suas.

² Pode ser também: *Socialismo como movimento burguês e movimento comunista dos trabalhadores* [convém verificar se há um título em inglês para esse trabalho do Engels].

³ MEW – Obras Completas de Marx e Engels; o número é o volume.

Lênin

7. Fundação dos partidos socialistas

Mehring

Abendroth

Riazanov

Braunthal

Jaque Proz (org): Nascimento dos partidos socialistas europeus

8. Crítica ao Programa de Gotha

Mehring

Riazanov

9. A II Internacional

Braunthal

Riazanov

Mehring: História da social-democracia

10. Testamento de Engels

Como acima¹

11. Revisionismo

Bernstein: Os pressupostos do socialismo

Luxemburgo: Reforma social ou revolução (Obras vol. 1/1)

V. Freyberg: História da social-democracia alemã

Mehring: História da social-democracia

Cartas de Marx (MEW)

Udo Winkel R.Luxemburgo e a social-democracia alemã (Rosa Luxemburg und die deutsche Sozialdemokratie. Gaiganz : Politladen Erlangen, 1974).

12. O Partido Social Democrata até 1905

C.E. Schoske: German Social Democracy (1905 – 1917)

(Harper Torchbooks, Harper & Row, NY, London)

Udo Winkel: R. Luxemburgo e a social-democracia alemã

13. Os bolcheviques até 1905

Zinoviev: História do PCUs (b)

Lênin: As tarefas da social-democracia russa

Deutscher: Biografias de Trotsky e de Stalin

¹ Em alemão consta apenas: "wie oben"; é possível que seja a mesma bibliografia do item 9.

14. A questão da organização
 - Lênin: Que fazer?
 - Um passo adiante, dois atrás
 - Prefácio à coletânea "Em doze anos"¹
 - Luxemburgo: A questão da organização da social-democracia russa
15. A Revolução de 1905
 - E.H. Carr: History of the Bolshevik Revolution
 - Trotsky: 1905
 - Lênin: Duas táticas da social-democracia russa
 - Nenarócov: História ilustrada da revolução russa
 - Martov: História da social-democracia russa
16. O Partido Social Democrata até à 1ª Guerra
 - Udo Winkel
 - Jaques Proz
 - Antonia Grunenberga: Debate sobre a greve de massas
 - R. Luxemburgo: brochura de Junius
17. Colonialismo, Imperialismo
 - História do mundo, de Fischer, Lênin, Bukharin
18. As conferências de Zimmerwald e Kinthal
 - Reisberg: Lênin e o movimento de Zimmerwald (Dietz)
 - Humboldt-Droz: A guerra e o imperialismo alemão
 - Balabanova: O movimento de Zimmerwald
19. A revolução de outubro
 - Nenarócov: História ilustrada da revolução russa
 - E. H. Carr: History of the Bolshevik Revolution
 - Trotsky: A revolução de outubro
20. Reações à revolução de outubro
 - Lênin: Estado e revolução
 - E. H. Carr
 - R. Luxemburgo: A revolução russa
21. A situação na Europa e a fundação da III Internacional
 - Documentos²
 - Jaques Proz

¹ Prefácio escrito por Lênin para uma coletânea com textos de 1895 a 1905, publicada em set/1907.

² Em alemão, apenas "Dokumente".

Braunthal

22. A situação revolucionária do pós-guerra (1º e 2º congressos da IC)
 - Documentos
 - Lênin: Doença infantil
23. Fim da situação revolucionária e Frente Única
 - Documentos
24. Frente Única na prática
 - Thalheimer
 - Documentos do KPD
 - Krusch: Sobre a frente única e o governo dos trabalhadores
 - Hanje-Oltmanns: Movimento dos trabalhadores, frente única
25. Colonialismo, nacionalismo
 - E. H. Carr
 - Documentos
 - Stalin: O marxismo e a questão nacional
26. A fase ultra-esquerdista da III Internacional
 - Protocolos ¹
 - Thalheimer
27. Revolução na Alemanha (1919, 1921)
 - Flechtheim
 - Weber
28. A revolução alemã de 1923
 - Flechtheim
 - Weber
 - Thalheimer: A revolução traída
 - Brandler: Foi a ação de março um putsch bakunista?
 - Paul Levy: Entre Espártaco e a social-democracia
 - Carta a Lênin
 - Nosso Caminho
29. A NEP e a luta de frações até 1923
 - E. H. Carr
 - Bukharin: Economia do período de transformação
 - Preobrajenski: Nova economia
 - Lênin: Sobre o imposto em espécie¹

¹ Em alemão, apenas "Protokolle"

30. A fase da reconstrução e a luta de frações até 1928

E. H. Carr

Documentos da oposição russa

Ehrlich: O debate da industrialização

31. Desenvolvimento da URSS até hoje

32. Desenvolvimento dos PC's na Europa até 1926

E. H. Carr

33. A crise econômica mundial

34. Fascismo

35. Frente popular

36. Espanha

37. Atitude dos comunistas frente à guerra

38. A guerra mundial

39. A Alemanha no pós-guerra até 1948

40. França, Itália e Grécia

41. Outros países e colônia

42. China até 1948

43. A Iugoslávia e o bloco oriental

¹ Em alemão: "Naturalsteuer". Necessário confirmar a tradução. Nas Obras Escolhidas V. III, sob o título "O significado da nova política e suas condições", existe um conjunto de artigos sobre a temática "Imposto em espécie".

2 – Currículo do autor¹

Érico Czaczkes Sachs

Colônia, 24 de abril de 1971
Schwalbengasse 2 a

Meu nome é Érico Czaczkes Sachs e nasci em 11 de março de 1922, em Viena, como Erich Czaczkes. Meu antigo sobrenome é de origem ucraniana. Por ocasião da minha naturalização posterior no Brasil, em 1955, o meu pseudônimo na imprensa "Sachs" passou a fazer parte do meu sobrenome. Meu sobrenome é agora Czaczkes Sachs. Também tenho o direito de me chamar Érico Sachs. Tenho em minha posse um documento a respeito da mudança do meu sobrenome.

Vivi até os doze anos de vida, portanto até 1934, com os meus pais em Viena. Meus pais se chamam David Czaczkes e Sina Ida Czaczkes (sobrenome de solteira: Roemer). Minha mãe tinha ascendência russa. Em Viena, estudei de 1928 até 1931/32 na Volksschule e, depois, no Realgymnasium na III Circunscrição até a segunda ou terceira série. Em 1934, fui para Moscou com minha mãe, onde estabelecemos domicílio na casa dos seus pais. Vivemos em Moscou de outubro de 1934 a setembro de 1937. Estudei na escola de língua alemã, que tinha dez séries, de acordo com o sistema da época, da quarta até o começo da sétima série. Em setembro de 1937, minha mãe e eu fomos expulsos da União Soviética, em decorrência dos expurgos da época. Voltamos para Viena. Em junho de 1938, minha mãe e eu deixamos Viena, devido à anexação da Áustria ao Reich Alemão, porque queríamos evitar as perseguições raciais nacional-socialistas. Tanto meus pais como também eu somos de ascendência judaica. Fui para a França, passando pela Alemanha. De cerca de junho de 1938 a maio de 1939, vivi em diferentes lugares. Durante alguns meses estudei numa escola agrícola do governo francês, em Charleroi-sur-Seine. Em maio de 1939, embarquei com minha mãe num navio para o Brasil. Ficamos no Rio de Janeiro, para onde meu pai seguiu em setembro de 1939. Ele morreu pouco tempo depois. Vivi, depois de 1939, mais ou menos constantemente no Rio de Janeiro. Aprendi, em seguida – tinha então dezessete anos – o ofício de gráfico e trabalhei nele até 1948.

Nessa época havia aprendido a língua portuguesa e a dominava tão bem que me transferi para a imprensa. Depois, colaborava como autônomo num jornal e, mais tarde, fui empregado com vínculos mais estáveis, sendo essa a minha profissão principal. Minha especialidade era a política, de fato e exclusivamente a política externa. Em 1955, renunciei à minha cidadania austríaca, adquirida por nascimento, com a minha naturalização. Desde então, sou cidadão dos Estados Unidos do Brasil. Em 1959, transferi-me do jornal dos "Diários Associados", onde estava ocupado desde 1953, para um outro jornal de nome "Jornal do Comercio". Esse era o jornal econômico tradicional do Rio de Janeiro, mas também abrangia outros assuntos.

Paralelamente, de 1958 a 1960, em função de um acordo, atuei como tradutor para a embaixada alemã no Rio de Janeiro, no departamento de imprensa. Traduzia o boletim de notícias diário da embaixada. De 1960 a 1962, tive uma relação de trabalho estável nessa atividade. De 1962 a 1964, continuei nesse trabalho, ainda que de forma mais limitada, como autônomo. Tratava-se então das mesmas relações de contrato vigentes de 1958 a 1960. Em 1962, tornei-me funcionário do Ministério da Educação. Trabalhei no setor de publicidade. Em 1º de abril de 1964, ocorreu no Brasil o golpe de estado mundialmente conhecido, por meio do qual a constituição democrática do estado foi substituída por uma ditadura militar. Nessa época, junto a minha atividade no Ministério da Educação – desde

¹ Escrito pelo autor para fins de regularizar sua situação de exilado político na Alemanha.

1962 – eu era redator de um diário de nome "Correio da Manhã". Esse jornal, publicado no Rio de Janeiro, defendia o ponto de vista de que a antiga constituição democrática do estado deveria ser restabelecida. Com isso, entrou em contradição com o regime político dominante. No ano de 1968, esse jornal foi censurado. Em maio de 1964, logo após a mudança de poder, fui levado à prisão e permaneci nela seis semanas sob investigação.

Eu era desde 1957/58 membro do Partido Socialista Brasileiro, seção do Rio de Janeiro, até a sua dissolução. Esse partido, junto com todos os outros partidos democráticos, foi dissolvido em 1966. Minha prisão em 1964 tinha também relação com minha filiação partidária.

Fui demitido de meu emprego no Ministério da Educação. Uma lei de exceção foi o fundamento para isso. Ao mesmo tempo, perdi minha ocupação na embaixada alemã. Do final de 1964 até agosto de 1967 fui processado por "subversão" por um tribunal militar de exceção. O procurador requereu contra mim uma pena de prisão com base em determinações que previam um mínimo de doze anos. Como a acusação era insustentável, fui absolvido. Em setembro de 1969, fui preso novamente, como em maio de 1964, por minhas atividades jornalísticas. Na noite de 8 para 9 de outubro de 1969, pude fugir da prisão. Procurei abrigo na embaixada do México no Rio de Janeiro. Lá recebi o assim chamado asilo diplomático. Após cinco meses, recebi salvo-conduto para viajar para o México. Residi no México até outubro de 1970. Então, viajei para a Europa. Em 17 de novembro de 1970, entrei na República Federal da Alemanha. Meu primeiro domicílio foi em Colônia, onde encontro-me até agora.

Antes da minha segunda prisão no Brasil, de cerca de 1967 até setembro de 1969, ocupava-me como tradutor autônomo. Traduzi, entre outros, Heinrich Heine do alemão para a língua portuguesa.

Após minha chegada a Colônia, encontrei novamente uma ocupação jornalística na Deutsche Welle, que exerço desde 13 de abril de 1971. Está previsto que, na Deutsche Welle, instituição de direito público, eu venha a ter um contrato como tradutor e redator para o rádio e a televisão.

Érico Czaczkes Sachs

CONTRA CAPA

Esta publicação é o terceiro volume da "Coleção Marxismo Militante", através da qual o Centro de Estudos Victor Meyer pretende levar aos militantes da atualidade as experiências e as reflexões teóricas daqueles que, ao longo dos tempos, construíram a luta dos trabalhadores pela sua emancipação.

*No primeiro volume ("**Sobre o fascismo**") trouxemos a público textos inéditos sobre o fascismo e sobre a frente popular, de autoria do revolucionário alemão August Thalheimer (1884-1948), cuja obra é praticamente desconhecida no Brasil.*

No segundo volume reproduzimos o "Curso Básico" da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), curso esse utilizado por aquela organização em sua prática política durante os anos da ditadura militar. À época, a publicação revelou-se como um importante instrumento para transmitir e debater os conceitos básicos do marxismo, destacando-se pelo didatismo e poder de síntese dos textos.

*Agora trazemos a luz uma reedição revisada e ampliada do livreto "**Marxismo e luta de classes**", de autoria de Érico Sachs, publicado pela primeira vez no Brasil em 1987, pela Editora Práxis (Salvador – BA). Trata-se da reprodução de curso ministrado pelo autor na Alemanha, quando do seu exílio, nos anos 70.*

No trabalho ora apresentado, o autor não teve a pretensão de escrever uma história do marxismo e das lutas de classes, mas sim procurou destacar os seus marcos principais. E não foi motivado por simples interesse histórico. Nas suas próprias palavras: "Queremos destacar justamente os marcos que contribuíram para formar o marxismo de hoje, como doutrina de luta contra a sociedade atual, mais complexa do que o mundo de Marx e Engels e mesmo o da Revolução Russa".

Ao levar aos trabalhadores e ativistas dos movimentos sociais textos inéditos da produção teórica revolucionária das mais diversas posições, esperamos estar contribuindo para o entendimento da realidade brasileira, ponto fundamental para a luta contra a exploração.

A opinião do leitor é fundamental: escreva-nos sobre o conteúdo dos textos.

CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER